

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO**  
**PSICANÁLISE E LINGUAGEM: UMA OUTRA**  
**PSICOPATOLOGIA**

**CAMILA FERNANDA COELHO BILOTTI**

**A PSICANÁLISE E O ATO INFRACIONAL**

**SÃO PAULO**  
**2015**

Camila Fernanda Coelho Bilotti

## **A PSICANÁLISE E O ATO INFRAACIONAL**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do certificado no programa de Especialização Psicanálise e Linguagem: Uma Outra Psicopatologia.

Orientadora: Sandra Dias

São Paulo  
2015

## RESUMO

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo teórico-clínico a partir da orientação de Freud e Lacan sobre o ato infracional e as transformações subjetivas na adolescência. Para investigar a relação entre adolescência e transgressão faremos uma apresentação da constituição do sujeito de 0 a 18 anos. Tomaremos fragmentos de caso de adolescentes que cometeram atos infratores para analisar os processos subjetivos em relação a lei. Buscou-se investigar se há ou não relação entre transgressão e adolescência por meio do estudo acerca da constituição subjetiva dos mesmos; da investigação dos processos de internalização da lei e sua relação com os atos delinquentes; e posterior análise de possibilidades interventivas e da direção de tratamento com jovens em conflito com a lei. Para a psicanálise, na adolescência, os fenômenos transgressores estão relacionados a fatores de ordem singular, às figuras referenciais, e as transformações da adolescência relativas à separação do Outro e a sexuação. Os modelos de cuidado oferecidos, respaldados em práticas reabilitativas, acabam associados a medidas punitivas ao adolescente. A reflexão sobre a clínica mostra a relevância do oferecimento de um espaço de escuta para o surgimento de um sujeito que elabore questionamentos e se responsabilize por seus atos.

Palavras-chave: psicanálise; adolescência; ato infracional; delinquência; transgressão

## **ABSTRACT**

The current research is characterized as a theoretical and clinical study from Lacan and Freud's orientation regarding infractional act and subjective transformations during adolescence. To investigate the relations between adolescence and transgression a person constitution, from 0 to 18 years old, will be presented. Fragments of police inquests which teenagers committed infractional acts will be taken to analyze the subjective process related with the law. It was sought investigate if there is a relation between transgression and adolescence through a study regarding both subjective constitution; from the investigation of law's internalization and its relations with delinquent acts; and further analyses of interventional possibilities and treatment directions for young people in conflict with law. For psychoanalysis, during adolescence, the transgressional phenomenas are related with singular factors, with referential figures, and transformations during this period are related with the separation of the Other and sexualization. The care models offered, backed in rehabilitation practices, ends to be associated with punishment measures to adolescents. The clinic reflections shows the need to offer a space for hearing and to build up an individual that elaborates questions and be responsible of their acts.

Keywords: adolescence; psychoanalysis; infractional act; delinquency; transgression

## SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	06
1.1. Adolescência: Considerações Históricas.....	09
2 – ADOLESCÊNCIA EM PSICANÁLISE	
2.1. Infância e adolescência em Freud.....	12
2.3. Infância e adolescência em Lacan.....	19
3 – O ADOLESCENTE, O OUTRO E A LEI	
3.1. Do pai ao laço social: a transmissão da lei e o surgimento do Outro.....	26
3.2. Adolescência e sexuação.....	31
3.3.O adolescente e a separação do Outro.....	35
4 – TRANSGRESSÃO E DELINQUÊNCIA	
3.1. Agressividade em psicanálise e a pulsão de morte.....	39
3.2. Acting out e passagem ao ato.....	45
3.3. Elisão do pai e gozo materno: o adolescente como outro de si mesmo.....	48
5. O adolescente, os atos infracionais e as medidas socioeducativas.....	52
6.CONCLUSÃO.....	71
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS– FRAGMENTOS DE CASO.....	81

## I - INTRODUÇÃO

O tema sobre adolescência e ato infrator surgiu do trabalho realizado em uma instituição de saúde mental, que recebe para atendimento crianças e principalmente adolescentes designados delinquentes, ou seja, que apresentam condutas e comportamentos violentos, quebra de valores sociais e jurídicos, na medida em que rompem e infringem a lei.

Segundo Rassial (1999, p. 55), a etimologia da palavra delinquente, *Linquere*, significa deixar algo, ou alguém, no seu lugar; e também de marca a separação, o destacamento. O delinque é, aponta Rassial, contra a própria natureza das coisas, sendo aquele que desaloja de seu lugar, ou seja, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade. Tal fenômeno é comumente observado na adolescência, que de modo consonante, pode ser vista como um período de alguém sem lugar, que se mantém fora do que é considerado infantil, porém não incluso no que é integrante do mundo adulto.

A delinquência e transgressão juvenis são fenômenos amplamente presentes na contemporaneidade, sendo alvo de diferentes campos de interesse e conhecimento. Acompanhamos nos meios de comunicação uma série de notícias a respeito do tema e com ele o recrudescimento de polêmicas discussões acerca das políticas de combate a violência juvenil.

Lacan, no texto “Introduções teóricas às funções da psicanálise em criminologia”, formula que a relação que uma determinada sociedade estabelece entre ato infracional e a punição procedente, expõe as concepções que vigoram em determinada época.

Pela tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93) que propõe a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos, atualmente está inflamada a discussão acerca do tema, sendo a ideia aprovada por parte da população como uma forma de intervenção imediata no combate à violência. São defendidos também como recurso para o enfrentamento do problema, medidas punitivas, condenatórias e ações reabilitativas, centralizadas no sujeito.

Percebe-se que estas opiniões elidem uma série de aspectos de ordem social, político, econômico, cultural, institucional, dentre outros envolvidos na ocorrência do fenômeno da transgressão e delinquência. Com isso, como afirmado por Soares (2004), a inserção na carreira do crime é um desfecho da parceria entre a disposição de alguém para transgredir as normas e a disposição da sociedade para não permitir que essa pessoa desista.

Apesar dos múltiplos debates e opiniões que refletem a complexidade do tema, presentemente são adotados como modelos de tratamento, práticas reabilitativas e reintegrativas nos casos de adolescentes delinquentes. Após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, documento que estabelece alguns princípios e diretrizes que norteiam a construção de políticas públicas ligadas à criança e ao adolescente, surgiu no Brasil o modelo de responsabilização do jovem entre 12 e 21 anos em conflito com a lei e o surgimento de um projeto reabilitativo denominado Medida Sócio Educativa (MSE)<sup>1</sup> e instituições com finalidade recuperativa, como a antiga FEBEM, hoje chamada de Fundação Casa no Estado de São Paulo<sup>2</sup>

Estão sujeitos às medidas sócio educativas os adolescentes que cometeram atos infracionais, estes entendidos como “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, p.36). Quando um juiz verifica a ocorrência de conduta considerada infracional, pode aplicar as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional ou projetos sociais; cursos profissionalizantes e/ou acompanhamento terapêutico. O juiz é incumbido de determinar a modalidade que será aplicada, respaldado pela avaliação de uma equipe técnica ligada ao órgão e serviços que possam vir a acompanhar o adolescente, como o Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tal decisão deve levar em conta as circunstâncias nas quais o ato foi cometido, a possibilidade e capacidade de o adolescente cumprir a medida e a gravidade do ato. As medidas de internação devem ser aplicadas aos casos mais graves, pois estão sujeitas aos princípios de brevidade e excepcionalidade (BRASIL, 1990).

Apesar do avanço com o desenvolvimento deste novo modelo interventivo respaldado no ECA, o que se vê na contemporaneidade é o aumento gradativo de adolescentes internados na Fundação Casa, com índice de reincidência de 13,5%<sup>3</sup> e superlotação<sup>4</sup>. Estes dados

---

<sup>1</sup> As medidas socioeducativas foram estabelecidas de acordo com o (ECA), lei nº 8069 de 1990 que determina normas e regras para o atendimento integral às crianças e aos adolescentes pela sociedade brasileira.

<sup>2</sup> Nomenclatura referente ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, substituto da extinta Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Tal mudança ocorreu por meio da Lei Estadual 12.469/06, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro de 2006, como forma regulamentar a instituição ao que prevê o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

<sup>3</sup> Boletim Estatístico Fundação Casa referente a 2013

<sup>4</sup> Revista Carta Capital

levantam questões acerca de propostas de cuidado e intervenção com estes adolescentes ditos infratores.

Desta forma, é relevante o desenvolvimento de estudos e a construção de pesquisas acadêmicas para a reflexão e discussão sobre o tema, cujo embasamento científico e teórico poderão subsidiar a elaboração de novas políticas de tratamento e cuidado a estes jovens.

A partir do acompanhamento de alguns adolescentes em cumprimento de medida sócio educativas atendidos em um CAPS Infantil após determinação judicial e/ou indicação de equipe técnica do MSE, surgiu a ideia desta pesquisa, pois o trabalho com estes usuários levanta questões que levam a problematizar, para além de qualquer conclusão condenatória, sobre os aspectos subjetivos relacionados ao ato de transgredir, o manejo clínico e a possibilidade de encontro com esses sujeitos que rechaçam a vigente organização social e vivem à margem da lei, e que mesmo sofrendo graves consequências de cunho criminal e punitivo, não cessam de transgredir.

No interesse de problematizar os pontos aqui expostos, algumas questões foram levantadas como norteadores e constituintes dos objetivos a serem investigados: a) como ocorre a constituição subjetiva de adolescentes denominados infratores; b) como ocorre o processo de internalização da Lei e qual a sua relação com os atos delinquentes; c) qual a relação entre as transformações da adolescência com a transgressão; d) quais possibilidades interventivas podem ser pensadas para estes jovens.

De acordo com os fundamentos teóricos da psicanálise, a confluência das moções inconscientes e as experiências subjetivas junto ao outro são responsáveis pela constituição psíquica e terão influência durante toda a vida do sujeito. Desta forma, este trabalho se iniciará com breve resgate histórico sobre a adolescência e seguirá com as contribuições teóricas de Freud e Lacan acerca do advento do sujeito na primeira infância até a puberdade. Posteriormente, serão abordadas questões ligadas a Lei e apresentado seu o conceito jurídico e psicanalítico, elencado a discussão acerca da função do pai, figura responsável por apresentá-la simbolicamente ao sujeito, e instâncias psíquicas ligadas a este processo. Em seguida, será realizada uma apresentação acerca do conceito de Outro, enquanto primordial na ocorrência das mudanças e transformações decorrentes do processo da adolescência. Posteriormente, serão abordados conceitos do campo da psicanálise relacionados ao tema deste trabalho, como agressividade, pulsão de morte, acting out e passagem ao ato, sendo esboçadas algumas considerações a respeito.

Por fim, a partir destas premissas do campo da psicanálise, nesta monografia, os fragmentos de casos serão apresentados e analisados a partir da temática deste trabalho, em

que as histórias junto a narrativa da evolução do tratamento de cada adolescente e da passagem pela Fundação Casa serão tomadas como dados da pesquisa e examinados na etapa de análise de dados exposta no último capítulo, através de ferramentas metodológicas e teóricas como análise de conteúdo e análise de discurso; a fim de evidenciar se a delinquência tem relação com o funcionamento inconsciente e singular, e assim refletir sobre as possibilidades interventivas com estes sujeitos.

Serão utilizados seis fragmentos de casos de jovens infratores atendidos em CAPS Infantil (EM ANEXO), com idade entre 15 e 18 anos, na busca de um embasamento teórico que corrobore com a abordagem psicanalítica no tratar do indivíduo que transgredir e corrompe. Em cinco dos seis casos, os jovens tiveram ao menos uma passagem por internação em Fundação Casa. Na descrição de cada um dos casos, serão apresentados os dados referentes a: encaminhamento, dados da história e o trabalho interventivo, a fim de articular os princípios teóricos e metodológicos de construção psicanalítica com os elementos referidos. As principais informações de cada um dos casos e/ou aquelas que foram citados no corpo deste trabalho, estão grifadas em negrito.

## **1.1. Adolescência: Considerações Históricas**

Adolescência é um termo que designa o período transitório de constituição biológica e psíquica entre a infância e a idade adulta. De acordo com Moura e Pinheiro (2000), quanto a sua significação, a palavra adolescência advém do termo *adolescere*, com raízes na civilização greco-romana. Pregando a palavra na língua portuguesa, significa “ir em direção à dor” ou “ir em direção ao que arde”

A adolescência e suas questões ocorrem de maneira linear ao período sócio histórico de diferentes épocas. Em épocas remotas, pouco se falava do jovem adulto muito em função da existência de mecanismos simbólicos e ritualísticos que ajudavam na passagem do jovem púbere para a idade adulta e a inserção do jovem na sociedade de seus antepassados. Na Grécia clássica às sociedades indígenas e pré-modernas, as alterações orgânicas eram acompanhadas pelas mudanças sociais, e com isso, a transformação do corpo infantil por um corpo já maduro possibilitava ao indivíduo assumir as obrigações e responsabilidades de um adulto (Ibid., p. 233). Os rituais iniciáticos e religiosos também ofereciam subsídios e marcas que permitam ao jovem assumir um novo lugar na constituição social, isso porque a idade adulta era delimitada como uma etapa posterior ao amadurecimento do corpo infantil

(CONTE, 1997). A cultura e o funcionamento social, portanto forneciam significantes que garantiam ao jovem adulto uma inscrição simbólica para o enfrentamento das diversas transformações com ele ocorridas.

Com a ascensão da economia industrial e capitalista junto ao advento da sociedade burguesa e das ciências, ocorre a modificação de valores e modelos sociais, culturais e familiares até então impostos e mantidos como ideais. Os ritos de passagem são esvaziados de sentido e substituídos pela valorização de uma etiologia empirista, que impõe como verdade os dados comprovados cientificamente. A educação é considerada como relevante nas famílias e a inserção do jovem no trabalho não é tida mais como prioridade. Os dispositivos das sociedades ditas pré-modernas ou não ocidentais já não são suficientes para enfrentar a passagem do púbere à idade adulta, reverberando na alteração na concepção da infância e em drásticas mudanças no laço social da criança, e com isso, o surgimento de uma compreensão que distinguia maturidade sexual, orgânica e social (MELMAN, 1999).

Esta série de alterações criaram um “hiato” entre a infância e idade adulta, advindo a adolescência como produto da modernidade. Tais mudanças não são sem consequências, pois corrompem com a função dos rituais em reinscrever simbolicamente no corpo infantil as transformações advindas com a idade adulta e situar o jovem em seu novo estatuto. Com isso, na cultura ocidental as rupturas características de tal fase se expressam de outros modos, geralmente através da rebeldia e do confronto geracional (TUBERT, 2000)

Em “Esse sujeito adolescente” (2009) Sonia Alberti faz um resgate histórico do termo dentro e fora da psicanálise. A partir de um texto de Perrot (1985), a autora expõe que a adolescência nasce tal qual o senso comum o entende atualmente, no fim do século XVIII ou início do século XIX, pela necessidade da comunidade científica da época em designar certa categoria etária, a fim de integrá-la na sociedade e exercer sobre o novo conjunto uma disciplina mais vigilante.

No campo da psicanálise, Ernest Jones foi o primeiro a utilizar o termo, em 1923. As considerações iniciais deste e outros autores definiam a adolescência como época de consolidação da genitalidade, e seus esboços eram centrados na referência do sujeito à sexualidade genital. Ao longo dos anos, porém, os autores foram deslocando o enfoque de seus estudos sobre o tema para uma questão contemporânea, em que se interroga a adolescência como período de crise ou patologia.

Independente da vertente principal, a adolescência é comumente vista como momento singular e distinto da infância e vida adulta, tornando-se tanto nas disciplinas que a abordam

quanto no senso comum, um traço identificatório e época marcada por grande crise psíquica e longo processo de transformação e elaboração.

A partir do campo da psicanálise, será construído um caminho teórico que permita a compreensão da adolescência a partir do ensino de Freud e Lacan. Apesar de ambos os autores pouco se referirem ao período na extensão de seus textos, é afirmativo dizer que ele está impresso ao longo de suas obras, pela vastas considerações a respeito das formações inconscientes que podem ser relacionadas ao período.

Desta forma, considerando a premissa psicanalítica de constituição a partir de um tempo lógico, o advento do sujeito é iniciado e transcorrido de forma que a primeira infância e as experiências nela advindas serão patamares nas construções futuras, dentre elas a adolescência. Assim, serão apresentadas considerações freudianas e lacanianas a respeito da formação subjetiva para a compreensão das moções e transformações juvenis.

## 2 – A ADOLESCÊNCIA NA PSICANÁLISE

### 2.1. Infância e adolescência em Freud

A adolescência é um termo não mencionado por Freud ao longo de sua obra, muito em função do momento histórico que viveu, em que a discussão do assunto ainda não era preponderante.

Em os “Três Ensaio sobre a sexualidade”, na terceira parte do texto, o autor aborda tal fase referindo-a como puberdade, definida como período constituinte do desenvolvimento psicosssexual e época de consolidação da posição sexual e escolha do objeto sexual. Inclui na citação deste termo tanto as mudanças fisiológicas como as psíquicas <sup>5</sup>.

Segundo o autor, enquanto momento de concretização, a puberdade aparece como conseqüente a uma época anterior, a saber, a infância.

“Devemos supor, ou podemos convencer-nos disso mediante a investigação psicológica de outrem, que impressões infantis deixam os mais profundos rastros na vida anímica e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior” (FREUD, 1905/2006, p. 165)

Vemos nesta colocação de Freud, que a tenra infância é crucial e decisiva no processo de constituição subjetiva, pois deixa traços permanentes no inconsciente. Ao longo de toda a sua obra, o mesmo fala sempre em organização psíquica e nunca em desenvolvimento, visto que as configurações e acontecimentos subjetivos e anímicos são dependes de processos inconscientes e por isso deixaram marcas que podem ser fixadas, reprimidas e retornar em qualquer momento da vida.

Desta forma, consideramos importante uma breve elucidação a respeito da teoria desenvolvida pelo autor sobre a vida anímica infantil, tendo em vista sua influência nas formações características da adolescência.

---

<sup>5</sup> Segundo a definição do dicionário Aurélio (2010), puberdade é a “fase da evolução corporal em que começam a desenvolver-se os caracteres sexuais secundários, bem como a reprodução da espécie”. Deste modo, gramaticalmente, o termo é relacionado somente a mudanças biológicas e fisiológicas do corpo, distintamente a definição freudiana, que inclui as modificações no plano psíquico. Deste modo, a palavra puberdade será utilizada ao longo de todo este trabalho na consideração do conceito freudiano e como referência ao termo adolescência.

No artigo citado anteriormente, Freud constrói uma teoria acerca da organização subjetiva, embasado em um conceito primordial e tido como marca na teoria psicanalítica: a sexualidade. Ao contrário da concepção de sua época que elegia a puberdade como momento de início da vida sexual, Freud acredita no aparecimento da sexualidade nos primórdios da vida da criança representada pela denominada pulsão sexual:

“Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual”. (FREUD, 1905/2006, p. 163)

Para o autor, o conceito de pulsão não deve ser ignorado por sua relevância etiológica, pois é representante de uma fonte endossomática de estimulação, presente no ser humano desde a tenra idade e ponto central nas formações inconscientes e na vida psíquica (FREUD, 1905/2006, p. 159). Os diferentes destinos da pulsão encontrados pela criança e o repertório subjetivo de escolhas de objeto influenciarão diretamente sua estruturação psíquica e serão determinantes em sua organização psicosssexual.

Como afirma Costa (2010), com o conceito de pulsão, Freud mostra que o corpo da criança é um corpo pulsional, corpo de desejo. Com isso, logo haverá sempre uma distância entre a satisfação almejada e a alcançada, sendo essa a hiância que marcará o sujeito<sup>6</sup> em sua eterna busca por um suposto objeto como alvo sexual, que irá completá-la e saciá-la de diferentes formas.

Freud aponta que a escolha do objeto e a tentativa de satisfação da pulsão será baseada de acordo com a fase de organização psicosssexual da criança, que se dá em três momentos: pré-genital, fálica e genital<sup>7</sup>. Deste modo, a pulsão terá sempre um destino, que será determinado de acordo com o período da organização sexual em que está a criança.

Inicialmente, nos primórdios da vida do bebê, a pulsão emerge a partir da existência de necessidades fisiológicas e de sobrevivência, a saber, a fome. Neste momento, toda a atividade sexual se apoia em funções ligadas a preservação da própria vida. É o momento de inauguração da sexualidade infantil que “nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo auto erótica, e seu alvo sexual acha-se no domínio de uma zona erógena. (FREUD, 1905/2006, p. 172).

---

<sup>6</sup> Na teoria freudiana o termo é referido ao sujeito tanto consciente quanto e inconsciente. .

<sup>7</sup> Conceito de constituição referente à estrutura neurótica, única que será abordada no presente trabalho.

Diante da prematuridade da criança em saciá-la de modo autônomo, há aqui a indispensável presença e troca com outra pessoa, representada pela mãe ou substituto, que se torna o primeiro alvo externo da pulsão e, portanto, o primeiro objeto de investimento sexual eleito pela criança, o que permitirá a formação de seu próprio Eu, em sua forma consciente. Como afirma Freud (1905/2006), o trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa, usualmente, a mãe ou representante, a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo, havendo aí uma alienação simbiótica entre mãe e filho, que mutuamente, se elegem como alvos da pulsão. Desta forma, os cuidados promovidos por tal figura, erogeniza o corpo da criança, promove uma experiência de prazer e a insere no campo da sexualidade. Durante este momento, as zonas genitais ainda não assumiram seu papel preponderante na organização da vida sexual criança, ou seja, as zonas erógenas localizam-se em outros lugares do corpo que não os genitais, sendo as principais delas, as zonas oral e anal respectivamente.

Já a próxima fase, denominada por Freud como fálica, é permeada por diversas mudanças e equacionamentos cujo efeitos serão cruciais na organização psicosexual.

As zonas genitais, neste momento da organização sexual, obtêm uma relevada importância para a criança pelo prazer que é obtido através da experiência de banho, micção, entre outras; é a partir do órgão genital que ela estabelece todos os prazeres do seu corpo. Com isso, é possível dizer que tal parte corpórea adquire relevada importância e um valor simbólico. Diante da prematuridade infantil, as crianças de ambos os sexos levam em consideração a existência de apenas um órgão sexual, a saber, o masculino.

Pela relevância adquirida, o pênis<sup>8</sup> acaba por representar simbolicamente o denominado falo, referência psíquica que guia a organização sexual e subjetiva da criança pelo seu poder de atração. Deste modo, como aponta Freud (1923/2011 p.180), não se trata de “primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo”. Concomitante a isso, o infans começa a observar que alguns tem e outros não tem o pênis e acabam por concluir que aqueles que não o tem foram castrados. “A ausência de pênis é vista como resultado de uma castração, e o menino se acha ante a tarefa de lidar com a castração em relação a ele próprio (FREUD,

---

<sup>8</sup> Na teoria psicanalítica, este órgão é referenciado como símbolo do falo, sendo utilizado para citar a organização genital, diferente de seu significado literal ligado ao órgão genital.

1923/2011, p. 173). Ainda que numa conotação anatômica pela ligação com o órgão sexual, ser castrado ou não ser castrado é análogo a ter ou não o falo<sup>9</sup>.

Tal equacionamento psíquico não acontece sem consequências para a criança e desencadeia diversos eventos. Com a eminência do pênis enquanto falo, o interesse sexual concentra-se nessa parte do corpo que passa a ser a principal zona erógena. Como aponta Moura e Pinheiro (2000), a partir deste momento, as pulsões já não encontram mais as facilidades auto eróticas para sua realização, sendo possível dentro de uma organização fálica, um ordenamento às pulsões de modo que a satisfação possível seja parcial, através do investimento em um objeto. Diante desta nova conjectura, ocorre o denominado complexo de Édipo, em que os pais são eleitos como objetos de amor e alvos da pulsão. No entanto, pela existência do interdito social do tabu do incesto, a criança, a partir de suas fantasias sobre a diferença anatômica entre os sexos, conclui que aqueles que não o possuem foram castrados como punição ao desejo sexual pelo objeto parental. Tal processo psíquico é nominado por Freud de complexo de castração, entendido, juntamente com o complexo de Édipo, como conjunto de associações inconscientes ligadas a historicidade infantil e suas relações subjetivas.

Se a satisfação amorosa no terreno do complexo de Édipo deve custar o falo, aponta Freud (1924/2011), tem de haver um conflito entre o interesse narcísico nessa parte do corpo e o investimento libidinal dos objetos parentais, vencendo geralmente a primeira das forças, levando o eu a se afastar do complexo de Édipo. Simbolicamente, a figura do pai ou representante, evidencia para o filho tal realidade da castração, pois é visto pela criança como aquele que detém o falo e portanto detém a lei sendo assim uma figura imponente.

Diante do imperativo social acerca do tabu do incesto, a criança abandona os pais como alvos sexuais e reprime a pulsão por uma solução de compromisso para se proteger da castração e se inserir na lei simbólica, ou seja, a lei enquanto normativa e reguladora do funcionamento social psíquico. Com o abandono do investimento pulsional, a autoridade dos pais é introjetada pelo Eu, formando ali o âmago do denominado supereu, uma instância psíquica reguladora que toma ao pai a severidade, perpetua a proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto (Ibid., p. 208-209). Ao mesmo tempo em que aparece como repressor, o pai é também introjetado como figura de

---

identificação, permitindo o afastamento do investimento libidinal incestuoso e a formação do Ideal de Eu, que desempenha uma função de tipificação do desejo e guia para a criança.

Assim, ao final do Édipo, a criança recalca os desejos incestuosos e toma o pai como modelo de identificação, num modo dela lidar com a interdição e assemelhar-se à figura que detém o que ele tanto almeja, o falo, ou seja, o objeto de desejo simbolizado pelo pênis. Desta forma, o par parental é internalizado no registro do Ideal, oferecendo um ponto norteador do que é certo e errado para a criança e por isso condicionante do recalque, pois tudo o que o mesmo avalia como transgressivo, é posto de lado. Freud nos diz que o Ideal do eu se constitui como “substituto do narcisismo perdido de sua infância, onde ele era o seu próprio ideal” (FREUD, 1914/2006, p. 101). O Eu fica constantemente submetido a este ideal e suas restrições.

A renúncia pelos objetos parentais no entanto é acompanhada pela convicção de uma promessa implícita de que ela adquirirá a satisfação sexual completa na idade adulta. Enquanto o menino nutre a ideia de que irá, na puberdade, receber o falo do pai, a menina, de forma inconsciente, acredita que o acesso ao falo se dará com um filho do pai, possibilidade também possível apenas na adolescência com a maturação do corpo.

Logo após a dissolução edípica, a criança esquece tudo o que vivenciou em relação aos pais, por estar submetida à amnésia infantil, ou seja, submissão ao denominado período de latência. Sobre ele, diz Freud:

“As fantasias sexuais fálicas junto com a pulsão são recalçadas e o interesse sexual é sublimado e investido em atividades sublimatórias. Ganha-se tempo para que a criança construa, entre outras restrições à sexualidade, a barreira contra o incesto, e para que ela possa assim incorporar em si os preceitos morais da civilização” (FREUD, 1905/2006 p. 167)

Apesar do investimento libidinal das figuras parentais dar lugar a identificação, tal afirmação mostra como o recalque dos desejos incestuosos não é equivalente a sua eliminação. Como aponta o autor, o recalque consegue, em sua essência, sustentar algo afastado da consciência, mantendo-o à distância. Ou seja, há algo desse complexo processo constitutivo que permanece no inconsciente.

Como se vê, a constituição psíquica dentro da psicanálise freudiana se dá por base na família nuclear, o que não representa necessariamente a presença real das figuras materna e paterna, já que os complexos descritos e as formações oriundas ocorrem a partir de construções simbólicas, que podem envolver figuras substitutivas.

Com a chegada da puberdade, em que se deixa para trás o corpo infantil para aquisição do corpo adulto, uma complexidade de fatores de ordem física, subjetiva e social, influenciam diretamente no retorno ao primado das zonas genitais, introduzindo mudanças que influenciarão na escolha de um novo objeto sexual junto ao renascimento das forças pulsionais, até então não experienciada.

Em “Os três ensaios sobre a sexualidade”, Freud afirma:

“Com a chegada da puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Até esse momento, a pulsão sexual era predominantemente auto erótica; agora, encontra o objeto sexual. Até ali, ela atuava partindo de pulsões e zonas erógenas distintas que, independentemente umas das outras, buscavam um certo tipo de prazer como alvo sexual exclusivo. Agora, porém, surge um novo alvo sexual para cuja consecução todas as pulsões parciais se conjugam, enquanto as zonas erógenas subordinam-se ao primado da zona genital.” (Ibid., p.196)

Freud enfatiza as mudanças no âmbito sexual e a possibilidade de escolha de um objeto. A emergência da pulsão com o primado das zonas genitais ocasiona o retorno dos “restos” recalcados no inconsciente que voltam a produzir efeitos perturbadores sobre o psiquismo. O advento do sexual, a maturidade hormonal e a necessidade de escolha objetal portanto fazem surgir ameaças pelo retorno dos desejos incestuosos e com isso intensificação da rivalidade edípica com o genitor pela possibilidade real do encontro sexual. “O encontro do objeto é, na realidade, um reencontro dele” (Ibid., p. 229).

Além disso, as modificações da adolescência proporcionam várias mudanças na relação com o par parental, pois com a semelhança ao corpo dos mesmos, o ressurgimento das pulsões sexuais e a ocorrência de uma série de decepções e perdas, desconstroem a idealização nutrida e estabelecida no inconsciente durante a infância, e aos poucos o adolescente desfaz a imagem até então formada dos pais, que são agora são percebidos em “carne e osso”. Corroborando tal concepção, Corso e Corso (1999) afirmam que a operação própria da adolescência acaba por gerar grande agonia pela morte dos pais reais enquanto suporte ideal, havendo como consequência o descolamento da posição de amantes, amados e alicerces para uma posição de estranhamento. Por isso Freud (Ibid., p.215) afirma que na puberdade “o sujeito/a criança terá de superar e repudiar suas fantasias ligadas aos pais, para poder se desligar destes e crescer”.

Apesar da necessidade de destituir os pais como ideais, ambos são importantes no enfrentamento da passagem adolescente do filho e dos hiatos que faz surgir. Resgatando as premissas psicanalíticas de organização subjetiva, sabemos que o outro é imprescindível para

fornecer os elementos primordiais na construção do aparelho psíquico através de um processo de trocas estabelecido e serão decisivos no enfrentamento dos paradoxos da adolescência.

Em muitos casos de delinquência, os sujeitos tiveram uma infância marcada exatamente pela ausência ou distanciamento de ao menos um dos representantes parentais. Mesmo com a presença de figuras substitutivas, muitos relatam um sofrimento pela ausência dos pais biológicos durante o crescimento e justificam o comportamento transgressor pela “falta de pai e/ou mãe”, o que deixa indícios de que o par parental tem grande influência na economia libidinal, sendo alvos de investimento mesmo em ausência.

Como expõe Alberti (2008, p. 13), à medida em que cresce e faz suas próprias experiências de vida, a criança incorpora a alteridade dos pais de modo que passa a ser parte integrante do inconsciente do sujeito. É este o parâmetro determinante do final da infância e início da adolescência, e exatamente isso que estabelece a relevância do par parental, na medida em que o adolescente já não depende mais da idealização dos pais da infância por tê-los incorporado. Os desencontros entre os adolescentes e a família, tão característico deste momento, são reflexo exatamente desta alteridade parental incorporada, que o sujeito percebe mas não reconhece como sendo ele, ou seja, ele rechaça, através das brigas e desentendimentos, aquilo que é seu e que identifica nos pais. As decepções e perdas advindas com a maturação juvenil e a desconstrução da imagem até então formada do par parental, leva o púbere à separação da adolescência. De acordo com Alberti (2008), este processo terá êxito se a incorporação dos pais no período de latência tiver ocorrido, pois quanto mais sólida ela for, maior terá sido a herança dos mesmos que servirá como recurso para o sujeito adolescente agir conforme suas próprias decisões.

Portanto, a relação simbólica e as trocas subjetivas estabelecidas com os pais ou substitutos ao longo da infância serão decisivas nesse momento de constituição e nas escolhas do adolescente. Neste sentido, Freud (1905/2006, p. 216), salienta que “a afeição infantil pelos pais é sem dúvida o mais importante, embora não o único, dos vestígios que, reavivados na puberdade, apontam o caminho para a escolha do objeto”. “A ternura advinda de ambos é bem-sucedida em evitar que a pulsão seja prematuramente despertada na criança, ou seja, antes que se deem as condições somáticas da puberdade, pode cumprir sua tarefa de orientar seu filho, na maturidade, em sua escolha do objeto sexual” (FREUD, 1905/2006, p. 212-213). Portanto, os pais cumprem um papel de certa forma ambíguo pois ao mesmo tempo em que são importantes figuras de referência na orientação do filho, também devem ser abandonados como objetos de amor para a eleição de novos. Sua presença é relevante assim como seu afastamento.

O ressurgimento do sexual no adolescente e a separação dos pais também são acompanhados pela possibilidade do encontro sexual, maturação de seus órgãos genitais e consolidação da posição sexual. “Sabe-se que somente com a puberdade se estabelece a separação nítida entre os caracteres masculinos e femininos, num contraste que tem, a partir daí uma influência mais decisiva do que qualquer outro sobre a configuração da vida humana” (Ibid., 1905/2006, p. 207)

## **2.2. Infância e adolescência em Lacan**

Lacan, como ele bem mesmo afirma, é discípulo de Freud e seus escritos são embasados na releitura de sua obra. Na teoria do autor, o sujeito psíquico se constitui nos primórdios da vida a partir de um processo estrutural, em que as formações oriundas da infância serão decisivas nas construções subjetivas posteriores. Deste modo, de modo análogo a teoria freudiana, é relevante realizar um resgate teórico sobre a constituição subjetiva para o estudo da adolescência a partir dos escritos do autor.

O início da construção psíquica da criança ocorre através de uma ligação com a mãe ou representante, que é responsável por incluir a criança no universo da linguagem através dos primeiros cuidados e afetos oferecidos a ela, que nasce com um psiquismo a ser inaugurado, não formado. Segundo Lacan (1949/1998), o bebê nasce com uma insuficiência psíquica, que torna impossível uma estruturação mental a partir de um conhecimento instintual ou autônomo. É necessário um processo alienatório com o outro, que se torna viável pela capacidade da criança realizar uma antecipação, sobre o plano mental, do seu esquema corporal por uma função do olhar, o que permite a construção mental de uma unidade corporal própria, que após o nascimento, é desfragmentado, despedaçado, sem qualquer totalidade.

Desta forma, a criança vai organizar suas experiências e adquirir uma imagem de si mesma, ou seja, formar seu Eu, através primeiramente do próprio corpo, cujo despedaçamento característico dos primórdios de sua vida, vai se esvaindo e dando margem para a construção da imagem do corpo em sua totalidade, antes mesmo do domínio motor. Lacan denominou este processo “estádio do espelho”. Nesta operação, o aparelho psíquico do outro funciona de modo protético, estabelecendo um funcionamento corporal subjetivado no organismo do bebê, instaurando as inscrições fundadoras do psiquismo e formação egóica. Como aponta Rassial

(2005, p.46) após este momento de jubilo em que a criança, posta diante do espelho, se reconhece e é reconhecida, o mundo vai se organizar em função do delineamento do corpo enquanto imagem delimitado pela pele, definindo um interior e um exterior.

Este momento inicial, em que a imagem da mãe aparece de modo protético para que a criança construa a o próprio Eu através do processo de alienação é denominado por Lacan como o primeiro tempo do Édipo, dentre três por ele definido. Neste momento a mãe torna-se a primeira encarnação imaginária do Outro<sup>10</sup> simbólico, que fornece o significante um, primeiro, da identidade da criança e marca seu lugar de sujeito no mundo (RASSIAL, 2005). Este equacionamento é possível com o infans sendo colocado no lugar de falo da mãe, ou seja, ele é o falo - significante da diferença, que abre a dimensão do desejo e simboliza a falta, inerente a todo o ser humano e estabelecido deste o nascimento pela inserção do sujeito no campo da linguagem, de acordo com Lacan. A criança se posiciona como falo imaginário da mãe, ou seja, ocupa um lugar inexistente na fantasia de que seria possível.

No entanto, a permanência dessa relação sucumbiria no esmagamento do desejo da criança, que ficaria à mercê na função de encobrir a falta da mãe. Há um limiar intransponível nesta busca.

Para a instauração da possibilidade de inscrição do desejo enquanto impossível, é necessário à criança criar uma identidade e perder uma relação distinta com o mundo e com os objetos que a mãe sustentava. Para isso, é fundamental a conjunção do complexo de castração e constatação da castração da mãe, em que a criança é instaurada na ordem simbólica. Em seu texto, “A significação do falo”, Lacan afirma que o falo é o significante que “dá a razão do desejo” (1958b/1998, p. 270). Deste modo, a existência de uma falta na cadeia significante é imprescindível para que o sujeito possa desejar.

Para que uma relação possa de fato assumir seu valor simbólico, é necessário o aparecimento de um terceiro personagem que realize o elemento transcendente, permitindo que a relação da criança com o objeto seja sustentada a certa distância, a saber, o pai, que priva a mãe de tomar o filho como próprio falo (LACAN, 1963/2004). O segundo tempo do Édipo é marcado exatamente como o momento em que este terceiro aparecerá no plano imaginário para capturar o desejo da mãe e privá-la de tomar o filho no lugar como falo, permitindo que ele surja como sujeito pela emancipação de sua relação alienatória com a mãe. Lacan (1958a/1999) afirma que neste momento ocorre o primeiro aparecimento da lei, sob a forma

---

<sup>10</sup> O Outro na teoria lacanianiana se refere a uma instância simbólica ligada ao campo da linguagem, distinta à pessoa empírica. “O Outro, é dele que se trata na função da fala” (LACAN, 1955/1985, p. 297). O conceito será abordado de forma mais detalhada no próximo capítulo.

do fato de que a mãe é dependente de um objeto, que não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem. “Observemos esse desejo do Outro, que é o desejo da mãe e que comporta um para além. Só que para atingir esse para-além é necessária uma mediação, e essa mediação é dada, precisamente, pela posição do pai na ordem simbólica” (LACAN, *Ibid.*, p. 190). Para tanto, é imprescindível fazer do falo da mãe um objeto perdido, para ter acesso ao falo simbólico.

Deste modo, a criança internaliza a impossibilidade de ser o falo da mãe e se depara com a existência de uma falta impreenchível. Após este momento, inicia-se o último e terceiro tempo do Édipo, em que o pai aparece como aquele que pode dar a mãe o que ela deseja e pode dar porque o possui (LACAN, 1958b/ 1999). O pai é onipotente, instaurando a lei e fazendo operar a castração através da nominada metáfora paterna, em que há a colocação do falo em foco como o que pode faltar e o situa como significante de uma falta. Como cita Lacan (*Ibid.*, p.180), “a função paterna é situar também o pai como uma metáfora, entendida como um significante que surge no lugar de outro significante, a saber o materno”. Tal significante é o denominado o Nome-do-Pai, cujo valor simbólico fundará a lei e privará a mãe do acesso ao falo, como já citado, permitindo a criança separar-se dela e transportando-a para a cultura. “O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal” *Ibid.*, p.197).

Deste modo, o Nome-do-Pai instaura a lei simbólica e eleva o falo a um patamar de impossibilidade, regulador do desejo e com isso significante da falta para a criança.

“Trata-se que a criança assumo o falo enquanto significante, e de um modo que o faça instrumento da ordem simbólica de trocas, enquanto que ele preside à constituição de linhas. Trata-se em suma que ela seja confrontada a esta ordem que fará da função do pai o pivô do drama” (LACAN, 1957/1995, p. 200)

Esta colocação deixa claro o papel do pai enquanto regulador no processo constitutivo. Ao final do Édipo, ele é internalizado pela criança como Ideal de Eu, levando-a a se identificar com ele, determinando, como uma lei, como o indivíduo deve se definir em relação às imagens que o constituíram e como ele deve ser. Sobre a formação desta instância, Lacan afirma:

É assim que, para jogar nesta função, o pai intervém como personagem real, como Eu, que este Eu vai se tornar um elemento eminentemente significante, constituindo o cerne da identificação última, supremo resultado do complexo de Édipo. Eis porque é o pai que se relaciona a formação dita Ideal do eu (LACAN, 1958a/1999, p. 227).

Deste modo, como descreve Quinet (2012) o ideal de eu se configura como uma instância simbólica constituída pelos significantes do Outro, formado pela introjeção dos ditos dos familiares mais próximos. Esta instancia simbólica como representação dos pais conjuga o desejo e tem a força que move todo o imaginário, pela possibilidade identificatória. Como afirma Bertol (2010), o ideal de eu é de fundamental relevância por carregar as insígnias fálicas, do ideal sexual e de escolha do objeto sexual, sendo a partir deste ideal que o sujeito procurará satisfazer suas pulsões, servindo-se dele como referência para novas e identificações e escolhas objetais.

A identificação com o pai enquanto simbólico, apresenta possibilidades do sujeito aparecer em sua singularidade, para além da submissão e reporte ao Outro materno. Como cita Pereira (1999), o pai traz ideais que afastam a criança da miragem do paraíso materno, e mais do que isso, posiciona um lugar de filiação, uma posição sexuada – filho ou filha – e os traços ideais que vão inspirar a vida. Assim, o Édipo encaminha-os para uma escolha objetal do sexo oposto, tendo como uma função essencial de normalização (LACAN 1957-58a/1999 p. 167), uma vez que se trata de um complexo universal (ocorre tanto nos neuróticos como em “pessoas normais”, assim como uma função normativa, pois aponta para a assunção, tanto pelo menino quanto pela menina, de seu sexo (Ibid., p. 170).

Vemos através do longo processo constitutivo a importância do Outro enquanto portador do saber sexual. Ao longo de toda a infância, os pais assumem a função de encarná-lo de modo absoluto, como detentores da verdade sobre o gozo e o sexo. Deste modo, a pulsão sexual, enquanto parcial, condiciona o sujeito a uma condição alienante, produzida pelo ordenamento fálico em que o objeto e a pulsão se recobrem de forma incessante. Corroborando esta ideia, Poli (2014) afirma que através deste mecanismo, a criança se defende pela via imaginária, da angústia de ver-se tragada como objeto para preencher a falta do Outro e defendendo-se, sobretudo, da constatação de que o Outro não existe e que, portanto, não há nenhum desejo a ser satisfeito.

Com a dissolução edípica, a criança entra no período de latência, num momento em que “o corpo se mantém tranquilo, que não se faz ouvir” (MELMAN, 1999, p. 37). Segundo o mesmo autor, Lacan aponta que aqui, o sujeito renuncia a atividade sexual em função de algo que seria a aceitação do fato de estar privado do instrumento que permitisse a satisfação sexual, porém, mantendo-se no aguardo à promessa de recebimento do falo para acesso ao gozo pleno, ligado à pulsão.

Na puberdade, com o advento de uma série de mudanças de ordem física, psíquica e social, o adolescente se depara com engodo de tal promessa. Com isso, as formações

imaginárias e simbólicas constituídas até aqui não se sustentam mais, dando margem a inauguração de uma série processos que deixaram marcas profundas e cruciais para o adolescente, como já comentadas neste trabalho.

Um dos conceitos ligados a insuficiência do significante fálico como encobridor da falta, é o que Lacan denomina de objeto *a*. O autor o conceitua como objeto causa do desejo, para sempre perdido, mas almejado pelo sujeito. No Seminário IV afirma: “é através da busca de uma satisfação passada e ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não o ponto onde se o procura” (LACAN, 1956-57/1995 p.13). Distintamente ao falo, o objeto *a* está fora da cadeia significante, o que faz dele algo inalcançável e não preenchível nas relações estabelecidas com os objetos empíricos, simbólicos e imaginários.

Considerando a teoria lacaniana, a inserção do sujeito no universo adolescente é permeada por complexas e decisivas mudanças subjetivas, pois para Lacan (1949/1998), a formação da imagem do corpo em sua totalidade foi fator decisivo na construção do aparelho psíquico e, portanto, será aspecto influente nas transformações da adolescência, tendo em vista a perda do corpo infantil para a aquisição de um adulto. Corroborando tal afirmação, Rassial (2005) aponta que o adolescente acaba se defrontando com “uma pane nas encarnações imaginárias do Outro”, e afirma que depois do estágio do espelho, a adolescência é um momento em que, sob o olhar do outro, a imagem do corpo é afetada em quatro aspectos complementares: primeiramente pela mudança de seus atributos (pilosidade, silhueta, seios); em segundo, por seu funcionamento (genitalidade, menstruação, mudança de voz, etc); em terceiro lugar por sua semelhança com o corpo adulto, especificamente, o genitor do mesmo sexo; em quarto lugar, por sua importância para o olhar adolescente ou do adulto do sexo oposto.

Com tais mudanças, a imagem da totalidade corpórea até então constituída já não se sustenta mais, lançando o adolescente num universo totalmente desconhecido e repleto de enigmas e interrogações. O jovem é obrigado a se reapropriar de uma representação do corpo semelhante ao genitor do próprio sexo, leva também há aquisição de uma potencialidade sexual análoga a dele. O adolescente agora torna-se possível objeto de desejo para o outro, que por sua vez é designado como sujeito do desejo desde a infância na função edípica. O desejo, fundado primordialmente na relação com o primeiro objeto de investimento, a saber, a mãe, agora aparece com a fundamental diferença da possibilidade real do encontro sexual. Como aponta Rassial (1999), o outro exerce assim um poder de reconhecer no corpo um

corpo genitalmente maduro, desejável e desejante, com a diferença de que aqui, o portador privilegiado não é mais os pais mas um semelhante cujo desejo está ele mesmo engajado.

Estas referidas modificações acarretam complexas mudanças psíquicas no sujeito, que tem agora o corpo imaginário esvaído e o aparato simbólico construído abalado. Na assonância ao que expõe Melman (1999), a adolescência representa o momento em que tudo o que funcionava no registro da privação na infância, abruptamente, vai dar ingresso ao campo infinitamente complexo da castração.

A potência sexual junto a maturação corporal permite o gozo sexual, enquanto parcial, não pleno, que leva o adolescente a constatar que o acesso ao falo é uma ilusão, já que ninguém, nem mesmo o pai, atinge o gozo pleno e, portanto, está submetido à castração. Assim, se a dissolução edípica foi marcada por uma configuração que protegia a criança da realidade da castração, a adolescência é o momento de destruição dessa formação, já que mais uma vez o sujeito se vê diante da necessidade de um novo arranjo subjetivo (MELMAN, 1999)

Lacan (1962/2004 p. 294) destaca no Seminário “A Angústia” que "este falo, para os dois sexos, é o que eu desejo e o que não posso ter senão enquanto -cp. Este menos se representa no campo da conjunção sexual, como o meio universal, como esse menos, enquanto que constitui o campo do Outro como falta”. Ou seja, o sexual, enquanto parcial remete a uma falta de gozo e subtração no campo do Outro.

A realidade até então construída é assolada e o jovem se vê diante da necessidade de restituí-la dando um novo sentido aos seus significantes. O corpo muda, os ideais caem, o real do sexo pela possibilidade do encontro sexual emerge, a verdade estabelecida até então é desfeita.

Como bem aponta Solberg (2010), em função da série de transformações ocorridas no âmbito subjetivo, a adolescência pode ser vista, a partir do ensino lacaniano, como um segundo tempo de constituição do sujeito, em que a infância será re-significada, re-inventada. Assim, reflete a autora, a adolescência poderá ser um momento de pura repetição (de manifestações patológicas), ou um momento de abertura para a vida adulta, de produção de um novo sentido e seus desdobramentos dependerão da posição que o sujeito vier a tomar a partir do segundo tempo de sua constituição. Abre-se com isso uma lacuna diante das certezas até então construídas pelo sujeito e que lhe servia de suporte, criando-se à exigência por parte do adolescente de reapropriação do novo corpo pelo eu e a necessidade de criar novos ideais e a obrigação de dar um novo sentido a vida é reativada na adolescência, que se torna momento chave do trabalho de construção imaginária e simbólica (RASSIAL, 2005).

Portanto, em função do desmoronamento da referência parental imaginária e a perda do alicerce especular formador do Eu, a elaboração de novas identificações são obrigatoriamente necessárias para que o Outro e o objeto adquiram novo valor psíquico. Como aponta Rassial (2005 p. 49), “se o Outro do bebê deve ser referido à mãe e o Outro do Édipo aos pais, o Outro do adolescente está imaginariamente ligado ao Outro sexo”. Desta maneira, surge um novo ordenamento sexual que confere ao falo um novo estatuto, onde no lugar do ter ou não tê-lo, aparece sou homem ou sou mulher. Neste sentido, Melman (1999) afirma que a vivência do sexual e a relação com os pais enquanto objetos de amor é totalmente diferente entre criança e adolescente. Para o autor, tal construção é relativamente fácil para a criança, pois além do sexual se restringir somente no registro do jogo, a sexualidade dos pais é facilmente separada no pensamento da criança dos mesmos enquanto figuras fraternais, apesar de não ser ignorada. Dito de outro modo, a mãe aparece inicialmente como mãe antes de aparecer como esposa, já que para a criança é muito simples com o estatuto de mãe ao invés do estatuto da mulher. O adolescente é assim convocado a assumir uma identidade, do ponto de vista sexual, permeada por complexos mecanismos e operações. É a partir daí, da incerteza na construção de um corpo de ficção para ser “homem” ou ser “mulher”, que a adolescência se traumatiza (COSTA, 2000).

Como descreve Sonia Alberti (2009), tais operações não são sem consequência e caracterizam o período em que se tem a “tendência em agir”, de distintas formas, dentre elas a delinquência.

### **3 – O ADOLESCENTE, O OUTRO E A LEI**

#### **3.1. Do pai ao laço social: a transmissão da lei e o surgimento do Outro**

A partir do que foi esboçado até aqui, percebe-se que a adolescência, em sua essência, é época de interrogação, perdas e incertezas pela queda dos referenciais identificatórios infantis, modificações no corpo e do seu lugar social além da consolidação de sua posição sexual. Tais mudanças remetem a necessidade de reconstruções simbólicas e imaginárias pelo sujeito, que é destituído do lugar de subordinação ao Outro da infância, sendo agora necessário um redirecionamento na sua posição em relação ao mesmo.

O ato infracional, objeto de estudo desta pesquisa, inicia-se na maioria dos casos exatamente na adolescência, deixando indícios de que as modificações inerentes ao período podem ter estreita relação com a ocorrência do fenômeno. Tal conduta, nada mais é do que uma transgressão, que remete a violação de normas, regras e leis que ditam a sociedade.

Para seguir numa linha de compreensão, a lei surge junto ao nascimento da linguagem. O surgimento da cultura e a transformação do selvagem em homem se deve a intermediação da lei enquanto código a ser seguido. Dentro do campo das ciências, são muitas as formas de representar e explicitar a lei enquanto tal, seja ela lei da natureza, lei da física, lei moral, lei econômica, etc. Como aponta Nogueira (2006), independente da área, todos os conhecimentos almejam e querem alcançar a lei primeira, ou pelo menos leis imutáveis; procuram a relação constante e fundamental entre os fenômenos, ou seja, a própria definição de Lei.

Neste sentido, em *Totem e Tabu* (1912-13/2006) Freud escreve sobre o surgimento de uma lei primeira cuja base é primordialmente responsável pela fundação das proibições morais e do imperativo categórico, cuja presença perpassa o inconsciente e o desejo, levando o sujeito a agir conforme uma obrigatoriedade.

Ao longo deste texto, Freud aborda o surgimento da lei através do mito da horda, que elege e fixa o pai como representante simbólico que assegura o nome e a lei no social. Segundo o mito, na horda primitiva, somente o pai tinha permissão para o acesso as mulheres do clã, não dando acesso a seus filhos. Era detentor do gozo pleno, infinito, sem brechas e, portanto, invejado. “ Encontramos um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas

para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem” (Ibid., p.145). O ódio despertado nos filhos por este pai, levam-nos a arquitetar a morte deste tirano e sua devoração num banquete, pois através deste ato canibal, identificam-se a ele e adquirem uma parte de sua força.

No entanto, o assassinato do pai junto a sua devoração, não acende nenhum dos filhos ao seu lugar, pela presença de vários que não podem ocupar uma só posição. Com isso, o banquete propicia a introjeção da lei paterna e a aquisição da culpa advinda do assassinato. O pai morto, agora ocupa um lugar vazio, inalcançável e de devoção, gerando a base das restrições morais, organização da sociedade e religião (FREUD, 1912-13/2006). Logo, quando o tema da função paterna é abordado, o que necessariamente se coloca em pauta é a representação e a instauração de leis no campo do psíquico, assim como a transmissão de uma lei maior, equivalente à proibição do incesto e que legisla sobre as relações entre sujeitos de uma mesma comunidade (REFOSCO, 2012).

Lacan enfatiza o uso desta mítica por Freud, relacionando exatamente a ênfase do lugar vazio conservado pelo pai morto como marca da falta:

*“Totem e tabu é feito para nos dizer que, para que os pais subsistam é preciso que o verdadeiro pai, o pai singular o pai único, esteja antes do surgimento da história, e que seja o pai morto. [...] E por que, senão para conservá-lo? Chamo a atenção de vocês, de passagem, para o fato de que em francês, e em algumas outras línguas, entre as quais o alemão *tuer*, matar, vem do latim *tutare*, que quer dizer *conservar*” (LACAN, 1957/1995, p. 215)*

Esta e outras histórias encontradas nas mais variadas culturas têm a função de configurar uma concepção lógica do mundo e, portanto, da lei, enquanto reguladora e determinante nas relações e significantes. É uma ficção que funciona do lado do simbólico e inscreve o campo do Outro no inconsciente do sujeito.

No texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1964/1998), Lacan consolida o Outro como “o lugar do tesouro do significante”, sendo o próprio inconsciente do sujeito, de onde vêm as determinações simbólicas da sua história. O Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que pode presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer (Ibid., p. 193-194). É como um aspecto discursivo que organiza o laço social, envolvendo as prerrogativas simbólicas ligadas a cultura, a linguagem de um povo e as características e determinada sociedade, que atravessarão o sujeito na constituição de sua vida anímica e serão decisivas na adolescência enquanto segundo momento de constituição. Como assinala Quinet

(2012), a história, os ideais e desejos que sustentam a suas fantasias inconscientes e imaginárias sofrerão a ação significativa advindos exatamente do campo deste Outro.

É uma instância que existe para além do sujeito, mas determina sua historicidade. Com isso, torna-se elemento crucial para interditar e delimitar os circuitos de trocas, bem como as diferentes encarnações circunstâncias da demanda, cujo protótipo inicial é a demanda materna, endereçada a criança e formadora de seu primeiro Outro, encarnado por diferentes figuras ao longo de sua constituição (BECKER; POLI, 2010).

Como mencionado anteriormente, o sujeito é produto de um alienamento com a mãe, cujo desejo aparece como possível de se realizar pela existência de seu pequeno bebê cuja imagem e psiquismo é construído através das trocas com ela estabelecidas. A mãe é a encarnação de um grande Outro imponente e onipotente, que coloca a criança num lugar de aniquilamento por aparecer como falo e, portanto, como resposta ao desejo desta mãe. Lacan utiliza a metáfora do crocodilo para referir a mãe, dizendo que "o papel da mãe é o desejo da mãe, e carrega sempre estragos. [...] “um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar a sua bocarra” (LACAN, 1970/1998, p. 105).

Para que a criança possa deslocar desta posição mortífera perante o Outro materno e surgir enquanto sujeito através da apropriação dos significantes adquiridos, é imprescindível a entrada de um terceiro que represente alguém que possa simbolicamente barrar esta mãe e impedi-la de suprimir a criança enquanto sujeito e possuidora de um desejo, interdita o usufruto, gozo, desse objeto-criança. Nas palavras de Lacan:

“O que é essencial, é que a mãe funda o pai como mediador do que está para além da sua lei a ela e de seu capricho, a saber, puramente e simplesmente, a lei como tal. Trata-se então do pai enquanto Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana nos anuncia e o promove. É nisto que ele é aceito ou que ele não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo” (LACAN, 1958a/1999, p. 191)

Esta inclusão portanto é possível através da entrada do pai ou substituto na díade mãe-criança, que introduz o Nome-do-Pai no Outro. Esta operação inclui uma novo significante e impõe uma lei que impede a mãe de possuir a criança como um objeto; a criança por sua vez percebe a mãe como submetida a algo que a ultrapassa. (QUINET, 2012). “A função do pai no complexo de Édipo é a de ser um significante substituído ao primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (Ibid., p. 175).

Corroborando esta ideia, Lacan (1956-57/1995) expõe que esta operação, para além de impor um limite a mãe, instaura a presença do grande Outro enquanto detentor de uma Lei,

recalcada no inconsciente mas permanente e representante de algo que responde no simbólico. Trata-se portanto de uma função que nenhum pai da realidade é capaz de ocupar completamente, pois é referida a uma posição que organiza a ordem simbólica. Por isso Lacan lê este processo como uma metáfora.

O pai é de suma importância na construção subjetiva, pois além de exercer a função de interdição a mãe, cumpre um papel que ordena e estrutura o psiquismo. Ele é o responsável pela apresentação da lei simbólica e a inserção do filho na cultura. Isso significa que a criança passa a ser regida pela lógica significante, que determinará suas ações e falas e que a guiarão na ordem simbólica. Assim, “o pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei (Id., 1957/1995, p. 196).

Desta forma, o sujeito que internalizou esta lei advinda da figura paterna, fica submetido a um aglomerado de restrições e interditos, impostos como condição para sua aceitação no campo social. Como já mencionado, o supereu aparece como instância psíquica também herdeira do complexo de Édipo, que encarna a representação da lei em sua tirania e ambivalência, imprimindo no homem uma relação singular com o significante. Como assinala Lacan (1956-57/1995) o supereu nada mais é do que a forma real sob a qual se inscreve o núcleo permanente da consciência moral, que instaura a lei como recalcada no inconsciente, mas permanente, que responde no simbólico. No entanto, diferente de Freud, na teoria lacaniana, o supereu emana do sujeito que o mesmo goze, de modo irrefreável, na busca da quebra da lei e o acesso aquilo que ela impede.

De todo modo, a lei implica a instauração de uma proibição, que de forma paradoxal impede a saciação do desejo e garante sua existência. Fixa a presença de uma falta no inconsciente, da castração, ou seja, simboliza a falha do Outro através da inscrição da lógica fálica.

A passagem pelo complexo de Édipo e o complexo de castração são a chave da humanização e da assunção da função de desejo enquanto causa. Esse processo no entanto abre margem para a colocação de uma falta impreenchível, que se inscreve no inconsciente e fixa uma insatisfação permanente. Com isso, mesmo com a inscrição da metáfora paterna, o neurótico permanece na busca de algo que venha a completá-lo, não aceitando, portanto, a castração, mesmo com a sua internalização. Uma possível elaboração deste paradoxo acontece quando o sujeito aceita limitar suas satisfações para pertencer ao núcleo social, onde poderá adquirir outros tipos de satisfação, como ser reconhecido, protegido e amado. Deste modo, se submete às leis estabelecidas no social e representadas pelo Estado (FREUD, 1930/2006). No entanto, Freud (1932/2006) aponta também para a dificuldade do exercício prático da

igualdade que a lei proclama na teoria, já que uma sociedade possui uma formação em que ocorrem relações de poder desiguais, e as leis são instituídas para e por aqueles que exercem um domínio dentro dela. Como cita Bertol (2010), quando nos aproximamos da realidade brasileira, observamos que a lei jurídica e seus pressupostos não se aplicam tal como aparecem na teoria, e o seu exercício deixa margens para aqueles que possui um poder político (no sentido de maior representação dentro da rede social) ou financeiro agirem à revelia da lei. Esta realidade fornece elementos que apontam para o furo também na lei, que não impera a partir de uma lógica absolutista, que promulga a lei como verdade maior e inquestionável.

A partir das colocações até aqui, podemos pensar que o adolescente dito delinquente irrompe com a lei para ultrapassar os entraves que se colocam entre ele e o objeto, almejando o alcance da totalidade dessa relação. Nesse sentido, Oliveira (2000), aponta num paradoxo dessa transgressão, que a busca deste adolescente contém elementos reveladores da condição de ser amado o que alimenta a experiência da mais plena submissão – “a credulidade de amor torna-se, se não a mais fundamental, uma importante fonte de autoridade” (FREUD, 1905/1921 apud OLIVEIRA, 2000). Há dessa maneira a idealização do objeto de amor, sob a forma de referências que desafiam as normas e regras sociais estabelecidas como uma lei.

Muitos dos jovens delinquentes se mantêm numa submissão a determinadas figuras de autoridade, como traficantes ou comumente chamados de “donos da boca”, que encarnam uma lei distinta aquela ligada a normativa social. São figuras austeras, inflexíveis, soberanas e intocáveis, semelhante ao pai da horda do mito estudado por Freud. Muitas vezes os jovens cometem crimes hediondos e estarrecedores para não quebrar as regras estabelecidas e pelo grande receio do traficante, que incorpora o poder da ordem regente. Há, portanto, um funcionamento ambivalente, pois ao mesmo tempo em que o sujeito burla a norma social, é submisso ao código transgressor.

A função do pai, intrinsecamente ligada a presença da lei, se faz presente nessa ocorrência. Enquanto referencial de identificação, o fracasso dessa função simbólica leva o adolescente a buscar em outros lugares alguém que possa ressoar como substituto paterno, seja pela via de um ideal poderoso, como no exemplo acima citado, seja pela intensa rivalidade com o progenitor, ambas pela ordem do registro imaginário.

Em ambos os casos a identificação enfraquece o pai enquanto simbólico, morto, cujo domínio é capaz de produzir o efeito da castração.

Enquanto ordenadora e limitadora do desejo, esta função é essencial, já que na adolescência, o sujeito é defrontado com a falta de objeto pelo encontro com o real do sexo, a

re edição da castração e a inevitável convocação do objeto *a*. O adolescente é desta forma chamado a se responsabilizar pelo seu sexo, e isso impõe a ele a cessão, a cada vez, do objeto *a*, constituindo a causa do desejo (LACAN, 1962-63/2005 apud SOLBERG, 2010). A sexuação será determinante nessa passagem.

Ademais, percebe-se que a reformulação psíquica ocorre pela crise que se estabelece entre o púbere e o Outro, agora inconsistente. Assim, o trabalho da adolescência consiste na elaboração deste conflito através da ressignificação e separação do Outro, enquanto presença no discurso inconsciente e condição para a existência do sujeito.

### **3.2. Adolescência e sexuação**

Para muitos autores que estudam o período abordado neste trabalho, a identidade sexual é considerada como questão central na adolescência. Como assinala Alberti (2009), a partir do momento em que o púbere, saído da infância, se depara com o real do sexo, a puberdade torna-se um encontro, malsucedido, com esse real, que por definição, é algo que jamais poderá ser totalmente simbolizado, como será visto a seguir.

Ao longo da organização sexual, vimos que a sexualidade é definida através de um processo psíquico em que a criança pela via identificatória adquire uma identidade sexual, definida pela relação estabelecida com o significante. Como referido, tal operação ocorre a partir de um só sexo representado pelo falo enquanto significante que representa simbolicamente o sexo masculino. No texto “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1908/2006) Freud afirma que na tenra idade, anterior ao período edípico, a criança atribui a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis, tal como o menino sabe a partir de seu próprio corpo. E conclui que ‘Em consequência de circunstâncias desfavoráveis, tanto de natureza externa quanto interna, as observações seguintes se aplicam principalmente ao desenvolvimento sexual de apenas um sexo - isto é, o dos homens’. (Ibid., p. 211.) Corroborando o autor, Lacan (1964/1998, p.194), afirma que “a sexualidade se instaura no campo do sujeito por uma via que é a da falta.

No complexo de Édipo, ao se deparar com a realidade da castração e existência de outro sexo que não o masculino, a criança tem que se haver com a existência de algo para além do conhecido e conclui que há indivíduos fálcos e outros que foram castrados. Essa discrepância suscita respostas distintas entre o menino e a menina. Cada um desenvolve diferentes teorias em relação a inexistência do pênis em algumas pessoas. Freud levanta

algumas hipóteses em relação a isso. Em um primeiro momento, o menino acredita que aqueles que não possuem o órgão fático um dia o terão já que um dia ele irá crescer. Porém, logo concluem que esta crença é puro engano, o que introduz o complexo de castração no menino. “Eles recusam essa ausência, acreditam ver um membro [...] mediante evasiva de que ele é ainda pequeno e crescerá, e aos poucos chegam a conclusão emocionalmente significativa de que no mínimo ele estava presente e depois foi retirado” (FREUD, 1923/2011, P. 173). Pelo medo de perder seu tão precioso órgão que ocupa alto grau de interesse, ele abandona as fantasias edípicas e a catexia objetal e identifica-se com o pai, como mencionado anteriormente. Já a menina, ao se ater a existência do pênis, diz Freud (1925/2011, p. 297) “se comporta diferentemente. Faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo”. Pelo ressentimento com a mãe que não lhe deu acesso ao pênis, é através do complexo de castração que a menina entrará no complexo de Édipo. Com isso, se apegará ao amor ao pai, com que almeja o recebimento de uma recompensa pela ausência fálica - como um filho - quando seu corpo amadurecer.

Vê-se, portanto, que a ocorrência do complexo de castração, o subjetivismo da criança é constituído por um só significante para a sexuação no inconsciente, sendo necessária a criação das denominadas teorias sexuais infantis para a passagem no complexo Edípico.

Ao longo de sua obra, pela obscuridade implícita na sexualidade feminina, Freud deu indícios de sua incompreensão: ‘Sabemos menos sobre a vida sexual das meninas que sobre a dos meninos. Em sua conferência XXXIII, denominada “Feminilidade”, afirma: “a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher - seria esta uma tarefa difícil de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma” (1932-33/2006, p. 117).

Já Lacan, em sua releitura da obra freudiana aprofunda a questão. A emblemática frase, “o que é ser uma mulher” referida no Seminário IV ao discutir o caso Dora, exalta a indagação que se coloca para a mulher perante a ausência de algo que possa simbolizar o próprio sexo. Não há um significante que possa simbolizar a Mulher. A menina é obrigada, pela ausência de outra alternativa, a tomar a imagem do outro por base em sua identificação. A saída possível perante esta dissimetria é a identificação com o pai durante o complexo de na forma imaginária no complexo de Édipo, exatamente como o menino, possibilitada pela prevalência da forma imaginária do falo, mas na medida em que é ela própria tomada como elemento simbólico central no Édipo (LACAN, 1956-57/1995). Complementando tal colocação quanto ao Édipo feminino, o autor assinala mais adiante no Seminário V que, “é na medida em que o pai se torna o ideal do eu que se produz na menina o reconhecimento de que

ela não tem falo” (1957-58a, p. 179). Como expõe Gama (2008), é na identificação com o pai, com o surgimento do ideal do eu, que ocorre a resolução do complexo de Édipo.

Como afirma Freud (1923/2011), não é a primazia fálica que está em jogo, mas sim a primazia do falo, enquanto simbólico. Dentro da vivência edípica, independente do sexo, Lacan (1957/1995 p. 203) ressalta que “a função do homem e da mulher é simbolizada, e na medida em que ela é literalmente arrancada ao domínio imaginário para ser situada no domínio simbólico, que se realiza toda posição sexual consumada”.

Portanto, a passagem pelo complexo de Édipo junto ao complexo de castração, tanto no menino quanto na menina, configura uma saída pela lógica fálica na construção da identidade sexual infantil dando sentido ao Real sem sentido da diferença sexual. O sentido sexual provém assim do recalçamento escandido em dois tempos, que se efetua sobre o afeto do encontro traumático com o sem-sentido da diferença sexual (SANTOS, 2009).

Com o advento da puberdade, operam-se mudanças que levam a maturação da vida sexual infantil para sua forma final, o que implica encontrar o objeto sexual a partir do que se inscreveu nas formações oriundas da organização sexual infantil (FREUD, 1905/2006). No entanto, conclui Freud, “O encontro do objeto é, na realidade, um reencontro dele” [...] é na puberdade que o encontro com um objeto amoroso para a qual o indivíduo foi preparado desde a primeira infância se efetua. (Ibid., p. 210).

Como descrevem Santos e Zeitoune (2011), a escolha de objeto do adolescente é dirigida pelas experiências infantis, revividas na puberdade, e da inclinação sexual da criança em relação a cada um dos pais e ou substitutos, que embasam as fantasias sexuais da primeira infância na relação da criança com eles estabelecida. No entanto, tal escolha não ocorre de forma simples, pois com a ascensão da adolescência, a verdade inscrita sofre uma grande queda, visto que a sustentação do ideal de eu enquanto guia para o desejo é abalado pela inconsistência das figuras parentais que embasaram seu surgimento. Dito de outro modo, partindo da hipótese freudiana, enquanto que na infância a corrente afetiva (amor) era consonante com a corrente sexual (pré-genital), pelo investimento em um só objeto, na adolescência, essa harmonia é interrompida, pela necessidade de escolha de outros objetos para além dos pais (SANTOS; ZEITOUNE, 2011).

Além disso, como expõe Santos (2009), para poder servir-se da significação fálica e encontrar, para além do falo, o objeto causa do desejo, o púbere precisará ultrapassar a convicção infantil de uma oposição fálico/castrado e inventar uma resposta nova para a questão da diferença sexual. Dentro de uma leitura freudiana, a identidade sexual dependerá

da passagem singular no complexo de castração e edípico e do modo como o sujeito se posicionará perante a eclosão pulsional reprimida até a latência.

Já para Lacan, enquanto que no período edípico foi possível para a menina uma saída pela via identificatória ao pai perante a ausência de uma significante que pudesse representar seu sexo, na adolescência, com exigência de escolha de um novo objeto amoroso junto a maturação corporal, abre-se a possibilidade do encontro sexual, quer seja na realidade quer seja na fantasia, levando o adolescente ao encontro com o real do sexo, não simbolizável. Ou seja, perante a impossibilidade de significação do feminino pela inexistência de algo que possa responder ao que é ser mulher, essa dissimetria aponta para o desmoronamento que força a barra no sujeito, dividindo-o de modo radical e imprimindo a existência de um mais além do significante fálico, mais além do masculino do sujeito.

Como indica Pinheiro e Moura (2000), a constatação desta dessimetria junto as rupturas e desconstrução do Outro infantil, leva o adolescente a nesse momento rejeitar o gozo fálico como herança do Outro, já que esse gozo tem o preço de sua própria divisão. Segundo os mesmos autores, mediante a emergência pulsional advinda com a maturação corporal, uma nova forma de gozo, para além do gozo fálico, lhe é apresentada: um Outro gozo que escapa a lei fálica ligado a não-toda mulher exatamente porque não há um significante para o feminino.

Como isso, o Outro sexo não existe, a relação sexual não existe, a mulher não dispõe fundamento para o seu ser o que faz do sexo feminino uma fenda, um buraco cuja marca é a impossibilidade de significação.

Desta forma, o encontro com o objeto permite ao adolescente a constatação de que a crença na existência da relação sexual construída pela organização fálica edípica não é verdadeira. No entanto, a significante fálico permanece e será através dele que será instaurada uma divisão entre uma posição masculina – que diz respeito ao gozo fálico – e uma feminina, que diz respeito ao gozo-Outro (MOURA; PINHEIRO, 2000). Não é algo simples. Junto a isso, o despertar das pulsões oriundas da adolescência, influenciará também nessa discordância fundamental entre os sexos, gerando um mal-estar, que poderá ser expressado de distintas maneiras, dentre elas a manifestação de atos contestatórios, agressivos ou que levam o adolescente a refugiar-se nas drogas como forma de evitar o laço com o Outro, ou como uma solução para a angústia (ZEITOUNE, 2010).

A elaboração das desconstruções oriundas ao período somente são possíveis através do modo com que o sujeito poderá se haver com a falta de objeto, inerente a existência de

qualquer ser humano. A alternativa desenvolvida sobre a sexualidade infantil precisa ser ultrapassada, sendo necessária a significação da diferença sexual para além desta presença ou ausência do falo, que permitirá as identificações sexuais oriundas da puberdade.

Corroborando tal afirmativa, Santos (2009) assinala que para o processo de maturação da adolescência, é necessário entrar em cena a função essencial do vazio pertencente ao objeto *a*, para que se possa entrar no universo dos semblantes — isto é, dos papéis sexuais em jogo na encenação da vida amorosa — por uma via diferente do imaginário. Ao contrário disso, como contorno a realidade da castração, muitas vezes o neurótico estabelece uma relação com a falta através da criação da fantasia (S  $\diamond$  a).

A fantasia enquanto recurso para lidar com a castração evidencia o Real enquanto registro não simbolizável. Santos (2009), conclui que as posições subjetivas masculina e feminina são sintomas, enquanto suplências da relação sexual inexistente.

É muito comum encontrar no discurso de adolescentes internados na Fundação Casa certa imprecisão quanto à identidade sexual, pois o feminino e o masculino aparecem de maneira indiferenciada. O contexto de reclusão, muitas vezes leva os jovens a encontros homossexuais pela presença de um só sexo, já as unidades são organizadas a partir da separação de homens e mulheres. No entanto, o discurso indiferenciado permanece muitas vezes mesmo após a saída daquela instituição. Enquanto operação ligada à castração, a presença de um só sexo no inconsciente leva o sujeito a uma construção imaginária diante da falta, que pode estar relacionada a falha na função paterna, responsável pela possibilidade do encontro faltoso.

Percebe-se que o processo de sexuação é envolto de complexidades, que unidas à indefinição do lugar do adolescente na cultura, tornam um desafio a sua subjetivação, levando-o a um questionamento infundável sobre certezas anteriormente sustentadas. Esta desordem no plano psíquico e social, é um terreno fértil para desencadear uma forte angústia perante a ausência de respostas e a origem de tendências destrutivas, ligadas estreitamente ao surgimento de atos de violência e delinquência como uma defesa diante de tantas desconstruções.

### **3.3. O adolescente e a separação do Outro**

De acordo com Lacan (1964/1998), a inscrição e permanência do Outro no inconsciente é definida pelos denominados processos de alienação e separação. A alienação nada mais do que o encontro com a linguagem, ocorrida pela subordinação ao significante

primeiro inscrito na relação com o Outro materno determinante na formação do sujeito e que o designa para todo e sempre. Nessa operação irrompe-se um *vel* da alienação que condena o sujeito há aparecer sob a marca da divisão e da junção há algo além, ou seja, encoberto pelas insígnias do Outro (LACAN, 1964/1998). É fundamental na instauração das formações psíquicas fundadoras, na organização sexual fálica e surgimento do desejo da criança enquanto desejo do Outro.

Neste mesmo seminário, ao comentar sobre a dialética do senhor e do escravo, o autor afirma que:

“não há liberdade sem vida, mas não haverá para ele (escravo) vida com liberdade. De uma a outra há uma condição necessária. [...] não há meio de seguir sem passar por meus significantes, mas passar por meus significantes comporta esse sentimento de alienação que os incita a procurar, segundo a fórmula de Freud, a pequena diferença” (Ibid., p. 205-206)

A alienação ao Outro é assim condição na existência do sujeito e algo permanente no estabelecimento dos significantes que direcionaram suas relações e determinarão seus desejos mais íntimos. Por outro lado, é relevante o advento de uma singularidade, para além do Outro, na possibilidade da pequena diferença referenciada por Freud. É nisto que reside o processo ligado à adolescência enquanto época de separação do Outro e ressignificação perante as perdas e desconstruções infantis. Como afirma Solberg (2010) o par parental ou qualquer outro que ocupava esse lugar de grande Outro na infância, já não pode mais ocupar esse lugar (de sujeito suposto saber) na adolescência deixando-o inepto a quem endereçar suas questões.

O que se mantém no adolescente é o resquício identificatório adquirido ao final do complexo edípico e acionado no inconsciente do adolescente. Esta configuração do púbere gera um grande “curto circuito”, pois aquilo que foi incorporado como ideal agora falha por não mais sustentar as verdades estabelecidas na infância.

Com isso, o pai se apresenta agora como alguém que está submetido a falta e também a castração, enquanto lei, como já mencionado. O ordenamento fálico de almejar possuir o falo, já não se sustenta mais pela ausência de sentido que este alcance implica. Um ponto do Real emerge, indicando um mais além do significante fálico e masculino.

É a partir deste surgimento do Real no pai indicando a falta como inerente e impreenchível que se dá o processo separatório entre o adolescente e o Outro, que deixa de aparecer como onipotente e pleno e permite a inclusão do impossível no inconsciente e a existência de falhas entre discurso e pulsão, que deixa um resto mais-a-gozar, pela barra colocada no Outro, como não-todo. Assim, o sexual, enquanto parcial, remete ao Real como

uma falta de gozo e subtração no campo do Outro. O adolescente se atém a impossibilidade de proteção frente ao denominado de desamparo fundamental (ALBERTI, 2008).

A barra posta sub o Outro movimentada o sujeito em sua condição desejante. Poli (2014) ao discorrer sobre os processos de alienação e separação, faz uma citação de Zizek (1991) que define bem o que vem a ser a barra, ou seja, a castração posta sob o Outro:

“... o Outro barrado significa precisamente a impossibilidade constitutiva de um saber absoluto, da realização simbólica consumada, porque existe um vazio, uma falta do significante que acompanha o movimento da significação, ou ainda num outro nível, porque há um não-senso que surge necessariamente em algum lugar tão logo há o advento do sentido” (ZIZEK p. 78-79 1991 apud POLI 2014)

De forma oposta a esta direção, o crescimento do jovem é acompanhado pela mudança no laço social e o surgimento de diferentes demandas por parte da sociedade, que exige a aquisição de responsabilidades que antes não cabiam a ele enquanto criança, como a assunção da posição sexuada e independência do par parental e exigência de autonomia. Frente a esta dicotomia que se estabelece pela necessidade de separação junto as demandas advindas do outro, muitas vezes o adolescente mantém-se num posicionamento alienado, emergindo sintomas diversos na tentativa de descolar deste Outro, já que a castração foi operada.

Diante deste paradoxo, o adolescente tem que inscrever formas de dar resposta ao insuportável da falta. Darriba e Stenzel (2013) em um artigo em que abordam o assunto, apontam três possibilidades: Como objeto do desejo do Outro, numa resposta imaginária; no nível do ideal do eu, na ordem simbólica, porém ainda alienada à demanda de amor e às insígnias paternas; ou na fantasia, suturando o Outro, não mais pela via do amor, mas pela via da falta.

Enquanto segundo tempo de constituição e re-edição do complexo edípico, a primeira delas implicaria na fixação do adolescente no lugar de falo imaginário da mãe pelo insuportável da constatação de sua castração e numa tentativa de responder ao enigma de seu desejo. Esse tipo de resposta, segundo os autores, ocorre quando a função paterna não é muito clara no discurso da mãe e na posição que o pai ocupava no desejo da mãe, o que dificulta na transmissão da castração. Enquanto falo imaginário, o adolescente mantém-se numa posição particular de objeto do Outro, que faz calar o seu desejo.

Já a segunda possibilidade, liga-se a identificação ao pai. A função paterna é instaurada, porém, o sujeito mantém-se fixado ao ideal de eu ligado fundamentalmente a tal figura, enquanto referência. Tal instância simbólica é de grande relevância na puberdade, mas com a substituição e a criação de novos referenciais identificatórios e a eleição de novas

figuras de referência e autoridade para sua composição, tendo em vista a necessidade de abandono dos pais enquanto objetos.

Já a terceira e última resposta perante a inconsistência do Outro mencionada pelos autores se refere à construção da fantasia como alternativa para tamponar a falta. A fantasia (\$\diamond a\$) está presente desde a infância e aparece posicionada entre o sujeito enquanto barrado e o objeto *a* enquanto inscrição inconsciente da falta de objeto, protegendo imaginariamente o sujeito da realidade de castração e a diferença sexual, ou seja, do encontro com o Real.

Como se vê, a adolescência constitui-se num tempo cuja superação da trama simbólica e os enlaces imaginários são envoltos de grande complexidade, o que torna qualquer processo de apaziguamento e equilíbrio psíquico longe de ser simples. A pulsão sexual emerge, o prazer é almejado, o limite imposto pelo outro é rechaçado e não há nada que responda as questões que transitam seu psiquismo...

A adolescência desempenha a difícil lidar com a inconsistência e suportar a existência de um gozo fálico e de um gozo Outro. Por isso, alguns autores como Moura, Pinheiro (2000) e Alberti (2008; 2009), apontam como o paradigma da adolescência o “ato de agir”, seja pela transgressão, anorexia ou até mesmo o suicídio, pela emergência da inassimilável pulsão de morte que se liga ao objeto.

## **4 – TRANSGRESSÃO E DELINQUÊNCIA**

### **4.1. Agressividade em psicanálise e a Pulsão de Morte**

A partir das considerações discorridas até aqui, pode-se entender a delinquência como um fenômeno ligado à adolescência, tendo em vista sua comum ocorrência entre os jovens. No entanto, nem todos os adolescentes apresentam atos transgressores, o que exige uma abordagem desse fenômeno em sua especificidade.

Dentro do senso comum, este comportamento é duramente criticado e condenado, na medida em que seu efeito é alvejado na sociedade, seja pelos furtos, roubos, brigas, depredação e a violência contra o outro. Apesar da multiplicidade de fatores ligados a sua ocorrência, comumente o sujeito que produz o ato delincente é integralmente culpabilizado e rechaçado.

Para além de uma leitura simplista e condenatória, a psicanálise aborda a agressividade, tendência fortemente presente no ato transgressor, como uma manifestação ligada as formações inconscientes. Em *Totem e Tabu* (1912-13/2006), Freud aponta que a origem da cultura e da lógica de funcionamento social é fruto exatamente de um grave ato de transgressão, cujo resultado é a morte do pai totêmico. Com isso, ao adentrar na lei simbólica com a internalização da metáfora paterna, todos os seres humanos se tornam cúmplices do assassinato do pai, carregando em seu psiquismo a herança desta violência, logicamente recalçada. A partir da reconstrução deste mito, Freud mostra que a transgressão enquanto violação, é uma condição de fundação da subjetividade. Na concordância desta ideia, Lacan, na releitura que faz da obra freudiana referida acima, afirma que “não importa a que crítica de método esteja sujeito este trabalho, o importante foi que ele reconheceu que a lei e o crime começava o homem” (LACAN, 1950/1998, p. 132). Desta forma, pode-se afirmar que a transgressão é mote da organização social, das repressões das pulsões sexuais e formação dos sintomas.

Segundo Freud, a elisão do desejo de tomar o lugar do pai totêmico instaura no psiquismo aquilo que ele chama de recalque originário, ou seja, a existência deste interdito no inconsciente como um imperativo desde o nascimento, que influenciará na constituição subjetiva e inserção do sujeito na ordem social. O mito do Édipo vem para complementar esta ideia e radicar esta lei universal no particular da subjetividade. Desta forma, enquanto recalçado, este desejo primevo se faz presente nas formações psíquicas, fazendo da lei uma existência necessária exatamente para impedir sua emergência. Percebe-se deste modo que a

satisfação do desejo exige uma experiência de transgressão. O supereu aparece no psíquico exatamente como a instância que impede, através de sua excessiva severidade, o acesso ao desejo.

Percebe-se que a proibição aponta para o paradoxo da lei: ela instaura o desejo ao mesmo tempo que o interdita. Este *não-senso* aponta para o impossível da falta, já que a existência do sujeito depende da manutenção do desejo, que por sua vez, gera um incomodo no sujeito, que se mantém numa busca incessante para saciá-lo.

Os fenômenos de delinquência certamente ligam-se a esta ambivalência. Pelos relatos observados na clínica, percebe-se que os jovens que transgridem, querem ter acesso aquilo que lhe é impedido ou que lhe é excessivamente ofertado. Os furtos e roubos são um exemplo disso. No primeiro caso, muitos adolescentes justificam este comportamento pela vontade de adquirir roupas, tênis, acessórios “da moda” aos quais não podem ter acesso na ausência de recurso financeiro. Percebe-se um vazio incluso nesse querer, já que conseguir qualquer um desses artigos não é suficiente, sendo almejado um outro logo em seguida, tendo em vista a existência da falta enquanto originária. Certamente o funcionamento capitalista influencia diretamente nesse funcionamento, porém, há algo da singularidade do sujeito que mantém esse circuito de querer algo que ainda não se tem – simbolicamente, o falo. Já no segundo caso, quando o adolescente é excessivamente ofertado de algo, estes roubam objetos supérfluos, irrisórios, que conseguiriam de outra forma. Muitas vezes os pais ou substitutos se desesperam e mostram grande incompreensão, já que dão “tudo o que os filhos querem”, se mostrando abismados com tal ato. Nestes casos, o adolescente mostra através da delinquência, uma tentativa desesperada de manter o lugar do desejo diante do outro, que tenta de todo modo suprimi-lo na resposta as suas demandas.

Seguindo nesta lógica compreensiva, pode-se entender que além de herança simbólica pelo assassinato do pai, a agressividade, comumente percebida naquele que transgride, também é condição de existência do homem enquanto um ser social, na medida em que a fundação do aparelho psíquico se dá através de uma invasão do outro sob a criança, que não deixa de ser uma operação de todo modo agressiva. Corroborando esta ideia, ROSA (2006), assinala que na antecipação da oferta de sentido feita em nome do que o adulto deseja e imagina que a criança deseja, há uma invasão no mundo interno infantil, como um corpo estranho; na medida que este excesso não pode ser simbolizado psiquicamente, passa a ser vivido como violento, o que de certa maneira situa que o desejo dos pais, embora necessário e inevitável, é sempre violentador. Como salienta Lacan (1950/2003, p. 128) “a dolorosa alienação do indivíduo em seu semelhante encontra represálias na agressividade”

Essas incursões permanecem ao longo de toda a vida sob o sujeito, já que o homem é um ser social, suscetível ao atravessamento do outro. Neste sentido, Lacan no texto “Agressividade em psicanálise” (1948/1998), afirma que o entendimento da agressividade parte exatamente da origem do eu, em que o homem se fixa numa imagem que o aliena a si mesmo, cuja organização de dá de uma forma passional. Este ordenamento, cristalizará uma tensão conflitiva interna no sujeito, que determinará o despertar de seu desejo pelo desejo do outro.

Assim, a construção e manutenção do eu se dá a partir de um desconhecimento, ligado ao que vem de fora; e uma tensão se estabelece entre o homem e o mundo, na medida em que o desejo é inaugurado enquanto condição há uma anterior alienação do sujeito ao outro. Neste mesmo sentido, como afirma Freud ao longo de suas obras apesar de algumas nuances, os estímulos provenientes do exterior são de todo modo aversivos para o sujeito, por causar-lhe desprazer. Na eminência de preservar um almejado equilíbrio interior, a pessoa tende a direcionar impulsos agressivos para fora e evitar a internalização daquilo que lhe é exterior. Assim, como aponta o autor, para além da ambiguidade constitutiva, as condutas agressivas estão relacionadas a um instinto de preservação, ligado ao narcisismo primário, ou seja, a uma tentativa de manter protegido o Eu dessas invasões advindas do outro.

Para além das raízes ligadas a herança pela morte do pai totêmico e da invasão do outro para a inauguração do aparelho psíquico, a transgressão também é fruto das ambivalências inerentes a via mental do homem, que o mantém num eterno mal-estar. No celebre texto “O mal estar da civilização” (1930/2006), Freud afirma que uma das origens do sofrimento humano está ligada exatamente as trocas estabelecidas com o outro e mediadas por atos transgressores e agressivos, exemplificando com as guerras, explorações, etc.

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio [de energia]. Em consequência dessa mútua hostilidade primária dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. O interesse pelo trabalho em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos. (Ibid., p. 167)

Freud expõe aí o alto preço que o homem paga para a inserção no campo social, sendo constante a “luta” travada entre as pulsões individuais e a manutenção da civilização, ou seja, a aceitação do Outro enquanto detentor da verdade que ordena a sociedade e reprime aquilo

que é da ordem do singular. A transgressão desta forma é um burlar desta organização. Os jovens que transgridem mostram claramente isso, pois através de seu ato, eles questionam a veracidade do que foi instaurado pelo Outro pela desconstrução desta lógica normativa e regras estabelecidas. Como consequência, a sociedade o exclui e o condena, na medida em que ele foge à regra ao mesmo tempo em que aponta um dos mais íntimos desejos do homem: buscar a satisfação para além da regra instaurada pelo Outro.

No mesmo texto, o autor elenca a agressividade há um impulso de destruição, algo além de qualquer dispêndio de energia. Aponta que o instinto, no caso do sujeito destruir alguma coisa, está a serviço das pulsões sexuais nominadas pulsões de vida, na medida em que algo de fora é destruído em vez do próprio Eu, intuindo sua preservação. Inversamente, qualquer impedimento desta agressividade dirigida para fora estaria fadada a aumentar a autodestruição, a qual, em todo e qualquer caso, o Eu é alvo de aniquilamento:

“Os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo” (FREUD, *Ibid.*, p.133)

Para o autor, o que protege a civilização destes instintos particulares e permite a sua organização subjetiva é Eros, ou seja, a pulsão de vida, cujo propósito é combinar indivíduos isolados formando a unidade da humanidade. Já o instinto dito agressivo é derivado e o principal representante do instinto de morte, Tânatos, que ao lado de Eros, divide o domínio do mundo.

Freud aponta que a saída encontrada pelo sujeito de inibir o instinto agressivo e manter a civilização é a introjeção de uma parcela desta agressividade no próprio eu, dando origem à formação do supereu, que se põe em ação contra o eu e aparece como agente de coerção. A tensão gerada pela severidade do supereu, é chamada de sentimento de culpa; e expressa-se como uma necessidade de punição. “A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (*Ibid.*, p. 83)

Retornando ao tema deste estudo, há considerações a serem feitas em relação a essas colocações de Freud. Além de um ato dirigido ao exterior, como já mencionado, a transgressão também acarreta consequências autodestrutivas, pois implica em ações perigosas,

em que o adolescente se coloca em risco, seja pela violência que pode sofrer ou pela punição relacionada ao Código Penal pelo cometimento de um ato infracional. Por meio da ação inconsciente, portanto, o sujeito comete delitos cuja consequência provável é o recebimento de algo aversivo e desestabilizador da economia psíquica.

Esta hostilidade voltada para o próprio sujeito pode ser relacionada a ação do supereu, em sua censura e vigia. A delinquência parece assim o travamento de uma luta entre instinto de vida e de morte, não deixando de existir nessa ambígua tendência a agressividade como mote.

Num seguimento as considerações descritas sobre a agressividade e a tendência à destruição, Freud desenvolve uma teoria acerca daquilo que denomina de pulsão de morte, fortemente presente no ato transgressor. As descrições deste importante conceito na teoria psicanalítica são inauguradas pelo autor no texto “Além do princípio do prazer” (1920/2010) em que, influenciado pela corrente biológica, fala sobre a existência de um impulso instintual inato que tende a buscar a restauração da vida inorgânica, ou seja, a ausência total de excitação, de pulsão.

O autor afirma que as forças instituais que procuram conduzir a vida para a morte estão ocultas pelas forças conservadoras da vida, mas sendo muito difícil encontrar qualquer prova direta de sua presença. O instinto de morte se faz presente na economia psíquica através da tendência à estabilidade, proposto por Fechner<sup>11</sup>, que influi o aparelho psíquico a uma busca de reduzir a nada a quantidade de excitação que lhe chega ou mantê-la mais reduzida possível. A partir das inevitáveis experiências de desprazer vividas pelo sujeito, uma parcela da pulsão direciona-se à tentativa de morte, ou seja, a recuperação de um estado inanimado, anterior ao nascimento. A partir da escuta clínica de seus pacientes, Freud chegou à conclusão de que as experiências desagradáveis tendem a ser reprimidas, porém, pelo caráter ininterrupto da pulsão e da lógica do funcionamento inconsciente, distinta à consciência, os impulsos reprimidos tendem a retornar, obedecendo aquilo o autor chamou de compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio do prazer. “Todo o desprazer neurótico é desse tipo, é prazer que não pode ser sentido como tal” (Ibid., p. 167)

No texto “O problema econômico do masoquismo” (1924/2011), o autor continua suas considerações sobre este conceito tão enigmático através do estudo da lógica de funcionamento presente no masoquismo. Freud faz uma importante consideração ao afirmar que o masoquismo moral ocorre pela predominância do sentimento inconsciente de culpa,

---

<sup>11</sup> Filósofo alemão. O conceito citado por Freud foi retirado de seu texto “Algumas ideias sobre a história da criação e do desenvolvimento dos organismos”, 1873.

originário do parricídio e do incesto, em que o sujeito busca uma punição pela lei, aplicada por um poder paterno.

“A fim de provocar o castigo por este representante dos pais, o masoquista tem de fazer coisas inadequadas, de agir contra seus próprios interesses, arruinando as perspectivas que para ele se abrem no mundo real e, eventualmente, destruindo a sua própria existência real (Ibid., p. 200)

Mais adiante em sua obra, no celebre texto “O mal-estar na civilização” (1930/2006), já mencionado neste trabalho, Freud modifica alguns aspectos acerca da definição do conceito de pulsão de morte. Como assinala Roza (1999), o autor reconhece tal pulsão como uma força destrutiva totalmente independente da sexualidade. “Não se trata mais de uma sexualidade que, regida pelo princípio do prazer, lança mão da agressividade para atingir seu objetivo, mas sim de uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano” (Ibid., 1999, p. 134).

A partir da obra lacaniana, estas definições são semelhantes ao conceito de gozo proposto pelo autor, em que o sujeito permanece numa repetição de experiências desagradáveis, num mais além do prazer regido pela lógica inconsciente, ligado à pulsão de morte. O gozo aponta para a tentativa de acesso ao mais íntimo desejo, porém, gozar plenamente é flertar com a morte, na medida em que esta ocorrência culmina na destruição do desejo. As barreiras ao gozo são encontradas no princípio do prazer, cuja satisfação é limitada por certa parcialidade, apesar de sua busca plena.

No retorno a Freud, Lacan pontua que para o mais além da experiência de prazer inclui uma tendência à destruição, ligada a pulsão de morte. “A pulsão, como tal, e uma vez que é então pulsão de destruição, deve estar para além da tendência ao retorno ao inanimado. O que ela poderia ser? - Senão uma vontade de destruição direta” (LACAN, (1959-60/2008, p. 254). Mais adiante no texto relaciona esta vontade a vontade de recomeçar, vontade de Outra-coisa. Assim, a pulsão se configura não como um esgotamento, mas sim de uma tentativa outra de recomeço, de criação, conectada a função significante; numa dimensão histórica e dentro do funcionamento da natureza, que se articula num nível que só é definível em função da cadeia significante (LACAN, 1960/2008).

A pulsão de morte assim seria antinatural (como diz Lacan) e anti-cultural (segundo Freud) não no sentido dela ter como meta a destruição da natureza e da cultura, mas no sentido de colocar em causa tanto uma como outra, de recusar a manutenção do “mesmo” e provocar a emergência de novas formas (ROZA, 1999)

Com diferenciações em vários pontos, Freud com a citação de *Das Ding* e Lacan com o conceito de Real, associam essa tendência destrutiva aquilo que está além de qualquer

possibilidade de significação e simbolização, mas que circunda a realidade psíquica e influencia as ações do sujeito.

Todas estas considerações embasam a ética psicanalítica, que permite entender a transgressão sob uma ótica subjetiva, em que a pulsão de morte e o encontro ao gozo estão presentes, numa hipotética tentativa de criação. Lacan em sua obra associa o gozo com uma transgressão, já que sua busca implica em ultrapassar a lei que regula o desejo para o encontro daquilo que é proibido e inscrito no Real. Assim, pode-se entender que nas ações delinquentes e infracionais, os adolescentes aparecem como autores de um ato que possui grande influência da pulsão enquanto destrutiva, do gozo enquanto transgressor e do Real em presença.

Percebe-se por meio dessas definições, que ao longo de suas obras, Freud e Lacan citam a agressividade, em diferentes ângulos, associando-a aos aspectos de ordem social e também subjetiva, deixando evidente um posicionamento ético em relação a fenômeno, fugindo de qualquer consideração que indique como condição de anormalidade, direcionada única e exclusivamente ao sujeito

## **4.2. Acting out e passagem ao ato**

No presente estudo, muito se fala sobre a delinquência e transgressão enquanto fenômenos ligados ao ato infracional. Na teoria psicanalítica, a palavra ato tem uma conotação que permite o discorrimento de uma série de considerações, ligadas ao conceito de acting out e passagem ao ato.

O termo ato foi inicialmente estudado por Freud no emblemático “Caso Dora”, em que jovem que dá nome ao texto, ao invés de reproduzir no momento da análise suas fantasias e lembranças, acaba por atuar:

“Assim, fui surpreendido pela transferência e, por causa desse “x” que me fazia lembrar-lhe o Sr. K., ela se vingou de mim como queria vingar-se dele, e me abandonou como se acreditara enganada e abandonada por ele. Assim, atuou uma parte essencial de suas lembranças e fantasias, em vez de reproduzi-las no tratamento” (FREUD,1905/2006, p.113)

Lacan discorre sobre este tema no seminário “A Angústia” (1962-63/2004). Para ele, o ato, aparece como uma defesa do sujeito contra a angústia, causada pelo encontro com o objeto *a*, que remete há uma falta da falta no Outro. Esta ausência, leva o sujeito ao encontro direto com o Real, que escapa de qualquer possibilidade de simbolização, sendo insuportável para o mesmo se haver. Como descreve Pinho (2002) angústia e ação associam-se intimamente, pois se toda atividade humana nasce da certeza, é da angústia que a ação toma

emprestada sua certeza. Tanto acting quanto passagem ao ato incluem-se nesta definição, no entanto, com algumas nuances.

Partindo das considerações freudianas, no texto “Recordar, Repetir e Elaborar” (1914/2006), o autor afirma que a partir da compulsão à repetição e da transferência com o analista, o papel da resistência é extensiva a atuação, aqui denominada de acting out, que substitui uma lembrança esquecida, que se mantém recalçada. Dito de outra forma, quanto maior a resistência pela rememoração do conteúdo recalçado, cuja transferência hostil ou demasiadamente excessiva exerce influência, maiores são as chances de ocorrer uma atuação, caracterizada por Freud como uma das armas utilizadas pela repressão. O acting out pode ser entendido assim como um ato dentro de uma transferência, ou seja, no envolvimento do Outro a quem a ação do sujeito é endereçada. Dito de outro modo, o acting nada mais é do que a construção de uma mensagem através da ação, cuja finalidade inconsciente é um apelo ao Outro, enquanto detentor da resposta ao enigma do desejo do sujeito.

Retornando ao conceito de acting, através da releitura freudiana, Lacan destaca que aparece como resposta perante o encontro com o objeto, numa relação com a falta do Outro. “O acting out é, essencialmente, alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito. A ênfase demonstrativa de todo acting out, sua orientação para o Outro, deve ser destacada (LACAN, 1963/2004, p. 137). Enquanto apelo ao Outro, o ato aparece como tentativa de organizar a relação do sujeito com seu entorno.

Referindo a um caso, Darriba e Stenzel (2013) dizem que o acting out coloca em cena o que o inconsciente exhibe, como uma mensagem endereçada ao Outro, encarnado num sujeito qualquer, não por meio de palavras, mas do ato. Deste modo, ao mesmo tempo em que a falta da falta remete a ocupação de um lugar de objeto da falta do Outro, o ato vem a ser um clamor ao Outro enquanto barrado, afim de posicionar o objeto *a* como causa do desejo.

Vale notar a observação de Freud citada acima de que o acting out aparece na existência de uma transferência, que implica num referir-se ao Outro, enquanto detentor de um saber. Neste sentido, Lacan (LACAN, 1963/2004) cita que o acting out é o começo da transferência, porém selvagem, e clama por interpretação. Nele, algo que não pode ser dito por falta de simbolização é evidenciado, sem que possa ser recordado, ou seja, aquele que age não sabe o que mostra, nem reconhece o sentido daquilo que desvela, ficando a cargo do Outro a tarefa de decifrar e interpretar sua conduta. (PINHO, 2002).

Lembrando que o ato se relaciona estreitamente com a angústia, para avançar na compreensão do tema, faz-se um recorte teórico proposto por Lacan (1963/2004) neste mesmo seminário. Para ele, existem três tempos para a constituição do sujeito de desejo: o

gozo, a angústia e o desejo. Intermediário ao primeiro e terceiro tempo, do gozo e do desejo respectivamente, está o tempo da angústia, em que Lacan aponta aparição do objeto *a*. O acting out, nada mais é do que o evitar da angústia, pois culmina num ato que almeja interpretação, distinguindo-se no encontro com o objeto *a*, impossível de simbolização. Com isso, vai-se em direção oposta ao desejo, na direção do gozo, em que há o encontro com o Outro, segundo Lacan. (PINHO, 2002).

Em seguimento a esta afirmativa, como já citado, a adolescência é um momento de confrontação com o Outro por uma série de incongruências construídas na infância que acabam por se tornarem inconsistentes aqui. Desta forma, como destacado por Alberti (2009), este é um período caracterizado pelo que chama de uma “tendência em agir” do jovem, que “não pensa duas vezes” antes de agir, indo exatamente em direção gozo, seja pela ingestão de drogas, tentativas de suicídio, inibição da ação, dentre outros. Estes atos podem ser efeitos tanto do processo de alienação como o de separação, sendo necessária a análise da especificidade de cada caso.

O ato aparece como resposta do adolescente. De acordo com Melman (1999), as discrepâncias quanto os aspectos biológico, social e subjetivo se relacionam com colocação do ato como ação pelo sujeito. Para o autor, a maturação do corpo do ponto de vista biológico permite ao adolescente a vivência do ato sexual, que culturalmente, é reprimido pela sociedade por considera-lo incapaz e não reconhecido ao exercício de tal função. Esta dissonância implica num conflito subjetivo que leva adolescente ao acting out.

De forma distinta ao acting, a denominada passagem ao ato não envolve o Outro, ou seja, é uma ação sem transferência. O momento da passagem ao ato é o momento do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra, ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito, ele se precipita fora da cena. (LACAN, 1963/2004, p. 129)

A referência ao Outro não se faz presente, pois o sujeito é deslocado para o lugar do objeto *a*, que se caracteriza com um objeto de todo modo não simbolizável, excluído da cadeia significante. Desta forma, este ato não é direcionado para alguém, pois é de todo modo indecifrável. No entanto, representa sempre um rompimento, uma mudança pelo encontro com o não senso pertencente ao inconsciente.

A partir desta definição, algumas considerações são possíveis de serem pensadas em relação ao adolescente infrator. Muitas vezes estes não possuem uma figura de referência na realidade a quem possam se respaldar e buscam incessantemente alguém que possa

representar a lei enquanto interdito. A passagem ao ato reflete este desencontro. Neste sentido, como afirma Jerusalinsky (1999), o não encontro no discurso social de repercussões que possam significar as ações do adolescente, levam-no a passar ao ato através da violência, que representa a impossibilidade de substituição daquilo que faz falta. Diante da desesperança que este cenário impõe, estes jovens já não esperam nada de ninguém, pelo fato mesmo da ausência de transferência (MELMAN, 1999). Numa busca sem freios e desesperada, almejam encontrar a barra no Outro através do policial, o juiz, o educador, etc.

Além disso, na consideração do discurso do capitalista vigente no campo social imbrincado a este funcionamento citado, o ato infracional aponta para um rompimento com a significação fálica em relação à questão do desejo e do gozo, já que tal discurso apaga o efeito de impossibilidade e promove um empuxo ao consumo, a um gozo não regulado pela castração (ZEITOUNE, 2010). Com isso, o Outro acaba por aparecer como inexistente pela ineficácia de impor a falta para barrar o gozo desenfreado, o que implica na destruição do desejo e conseqüente flerte com a morte, característico dos atos transgressores.

Perante aos ditos atos infracionais, é relevante a responsabilização do sujeito. No texto “Premissas a todo o desenvolvimento possível da criminologia” (1950/2003) Lacan afirma que a verdade do ato deve ser libertada, pois só assim poderá haver a assunção lógica que pode levará o sujeito à aceitação de um justo castigo. Portanto, através da punição, pode-se definir a responsabilidade por meio de um assentimento subjetivo, ou seja, do acato às leis que regem determinada sociedade. Como assinala Salum (2009) se por meio da punição é provável conhecer-se o homem de determinada época, há também um ideal de homem a ser preenchido na pena e, pelo assentimento, o ideal e a lei são legitimados.

### **4.3 Elisão do pai e gozo materno: o adolescente como Outro de si mesmo**

Viu-se até aqui, que o funcionamento de distintas instâncias e mecanismos psíquicos estão conectados a ocorrência da delinquência. No entanto, há algo de constitucional e relacional ligado a este fenômeno e atrelado as principais figuras de referência que encarnam o Outro para o sujeito. Ao longo de todo este trabalho foi abordado e destacado em momentos distintos, vários acontecimentos subjetivos que incluem este elemento chave na adolescência, seja pela constatação de sua inconsistência por parte do adolescente, seja pelos processos de separação e alienação, que abrange a necessidade de uma reinvenção do ponto de vista

simbólico e imaginário por parte do sujeito. Apesar de um encontro crítico e de certa forma conflituoso, o Outro enquanto presença é fundamental nesta passagem.

Como já abordado, o primeiro Outro primordial da criança aparece através da mãe ou substituto, que tem papel fundamental na organização fálica e consolidação do desejo da criança enquanto desejo do Outro. Isso porque, num primeiro momento, pelo desamparo fundamental, o bebê aliena-se à mãe e tem como desejo, o desejo de sua mãe, e com isso, põe-se numa tentativa de ser o falo, ou seja, o objeto materno.

Esse circuito constitutivo, só é possível através da submissão daquilo que Lacan chama de *lei da mãe*, ou seja, uma lei que inscreve no sujeito que alguma coisa em seu desejo é completamente dependente de alguma outra coisa; esta lei está, toda ela, no sujeito que o sustenta, ou seja, no bem-querer ou malquerer da mãe (LACAN, 1958/1999). Em obediência a essa lei, a criança se engaja numa dialética subjetiva de engodo, na tentativa vã de satisfazer o desejo da genitora, engajando na via de se fazer a si mesma de objeto (LACAN, 1957/1995).

Desta forma, o autor expõe que a criança acaba assujeitada aos caprichos de quem depende, ocupando o lugar de falo, base de toda a dialética subjetiva desta mãe, que poderá ou não abdicar do filho enquanto ocupante deste lugar.

A mãe, neste sentido, possui uma importância e um papel decisivo nas formações psíquicas que se seguirão na criança, pois somente através de sua permissão, de todo modo inconsciente, haverá possibilidade de fazer surgir em seu filho um desejo de Outra coisa, para além do seu próprio desejo; que propiciará o início do processo de subjetivação no infans, através da aparição do pai em seu discurso, enquanto proibidor:

“Essa proibição chega como tal em A, onde o pai se manifesta como Outro. Em vista disso, a criança é profundamente questionada, abalada em sua posição de assujeito – potencialidade ou virtualidade salutar, afinal. Em outras palavras, é na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente objeto da mãe.” (Ibid. p. 210)

Deste modo, a identificação da criança ao falo materno não se sustenta e ela se atém a incompletude da mãe, podendo assim assumir seu próprio desejo, dando margem a função paterna como agente da castração, que inclui o gozo da pulsão no campo do desejo. A significação fálica aparece como aquilo que vai apontar, para a criança, a lei do pai, na medida em que sua instauração, ao fim do processo de metaforização do desejo da mãe pelo Nome-do-Pai, equivalerá exatamente à proibição do gozo primordial da mãe (ZEITOUNE, 2010)

Caso isso não aconteça ou ocorra de maneira falha, muitas poderão ser as consequências, dentre elas o comportamento transgressor. Se tratando de uma estrutura neurótica, a internalização da metáfora paterna ocorreu, mas o adolescente, de todo modo, mantém-se numa posição de assujeitamento à mãe, que se configura como onipotente e o subordina para ter seu gozo saciado, não dando margem a desvinculação e criação de um Outro com quem o adolescente possa se identificar.

Como já mencionado, a adolescência por si só instaura um furo no campo do Outro e re-atualização do complexo de Édipo. No sujeito que delinque, a falha na função paterna, frágil em sua inscrição nos tempos da infância, oferece abertura para assunção do Outro primordial, que recoloca o adolescente como objeto do desejo materno. O sujeito aqui não é mais um significante que se representa por meio da conexão com outro significante, mas é aquilo que escapa ao simbólico, identificado com o objeto a (DERRIBA; STENZEL, 2013). O gozo pleno aparece assim como possível e almejado, levando o adolescente a transgredir, o que o mantém numa estreita proximidade com a morte, já que o suprime enquanto sujeito desejante. Diante da onipotência desta mãe mortífera e ausência do pai, o adolescente acaba sendo o Outro dele mesmo.

A partir do que assinala os autores referidos acima, é necessário que ocorra um abalo na consistência deste Outro para que o adolescente saia da posição de objeto, para além da mãe, para ter acesso ao falo simbólico e às identificações simbólicas, situando-se diante do real da sexualidade.

Diante da elisão do pai enquanto agente da castração e figura de identificação, a delinquência, enquanto ato, é exatamente uma evocação desesperada de que algo faça Outro para ele para suturar o gozo que o invade. Neste sentido, é muito comum observar também que os atos delinquentes de certa forma atraem o olhar do outro, que se espanta com tamanha ousadia, coragem e brutalidade que compõem tal conduta, ou seja, ele atrai para si o olhar do outro como tentativa de reconhecimento. Ao mesmo tempo, esse tipo de ação tem como efeito o contrário daquilo que se busca, já que a transgressão, seja por meio da agressividade ou causando um prejuízo, acaba por afastar o outro, afrouxando o laço. De modo paradoxal, pode-se pensar que o ato vem na tentativa de resgatar o Outro “paterno” ligado a inscrição da lei e ao mesmo tempo distanciar-se do Outro primordial.

Nesta mesma linha, Benhaim (2008) percebe o adolescente delinquente como aquele que não dispôs da denominada ilusão fundadora, constituída pela alienação oriunda dos primórdios da infância, em que a criança acredita ter sido preenchida por sua mãe e de preenchê-la. A ausência de ilusão ocorre com a mãe se ausentado muito cedo, não tendo

preenchido a criança no tempo furtivo, mas vital, para que se instalasse a ilusão, base de sustentação de sua capacidade de criação do objeto achado-criado, que ele então teria podido abandonar (Ibid. 2008). Para a autora, esta ilusão é muito importante, pois permite à criança através da frustração ocorrida diante da descoberta deste engano, desfazer-se do domínio mortífero, que na adolescência, também permitiria a transformação do desamparo. A passagem ao ato apareceria assim como conduta desesperada para o adolescente não desaparecer.

O que poderia proteger o adolescente perante este Outro primordial, é o amor. A partir da afirmação de Lacan (1969-70/1998 p. 49) “amar é dar aquilo que não se tem”, pode-se dizer que o amor inclui no campo da subjetividade aquilo que falta, dando margem a ascensão do desejo e com isso a assunção do pai, enquanto simbólico e também enquanto real, ou seja, que tem a resposta ao enigma surgido na adolescência de como satisfazer a mãe enquanto mulher. Desta forma, o pai, apesar de castrado, mantém uma função de agente da castração da mãe, na medida em que aponta para aquilo que falta a ela enquanto mulher, que permitirá o acesso ao falo simbólico e às identificações simbólicas, situando o adolescente diante do real da sexualidade.

Pode-se supor assim, que há uma falha no auxílio à criança na passagem do gozo ao desejo. A lei que precede o gozo após o complexo de Édipo acaba por não se instalar, e o gozar do objeto permanece identificado à mãe. Com isso, como cita a mesma autora referida acima, ao invés da regulação do desejo ocorrer pela função fálica, acaba por ser referido numa pura lógica de gozo. Essa configuração não é sem consequências, pois resultará num impasse quanto a sexuação, a escolha do objeto e também a desvinculação do Outro. Assim, o ato parece advir como forma do adolescente solucionar esses impasses mencionados, vindo a dizer sobre a verdade do sujeito. Assim, como bem descreve Melman (2000, p.42) “Não é somente o acesso ao objeto que se encontra assim particularizado na delinquência, mas o objeto mesmo não parece tomar seu preço justamente à condição de ser raptado. Em outras palavras, o que faz seu preço não é seu valor venal”. Para o autor, a delinquência se dá exatamente como uma denúncia à falta de reconhecimento ligado ao Nome-do-Pai, em que o sujeito demonstra através de seus atos, a falta que impõe a ele: a omissão do Outro.

## 5 – O ADOLESCENTE, OS ATOS INFRAACIONAIS E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

*“A dimensão da historicidade se marca pela insistência com que ela se apresenta, uma vez que ela se refere a algo memorável ou memorizado. A rememoração, a historização, é coextensiva ao funcionamento da pulsão no que se chama de psiquismo humano”- Lacan, seminário 7, p. 260*

O crime, a violência e a delinquência são partes integrantes de uma determinada sociedade, que não está isenta de funcionar livre desses tipos de conduta. Ao longo dos séculos, muitos foram os modos de lidar com tais transgressões e diversas foram as formas de aplicabilidades punitivas adotadas no decorrer destes períodos, como duelo de armas, tortura, condenação à morte, entre outras. Aos poucos, com a assunção de movimentos humanitários e o estabelecimento dos direitos humanos, práticas mais drásticas diminuíram significativamente, e foram substituídas por medidas ligadas a área do direito e da justiça, que delegam punições prisionais e de exclusão do meio social, denominadas de “privação de liberdade”.

A partir do Código de Menores e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o adolescente de até 18 anos que transgredir alguma lei é denominado menor infrator, que no ponto de vista do Estatuto, quando apurada sua participação, ao invés de uma punição, é aplicado uma medida sócio educativa (MSE) a qual prevê um caráter preventivo e recuperativo, que aparece de distintas formas, desde prestação de serviços à comunidade até na contenção máxima, em que o adolescente fica confinado num regime de internação (MARTINS, 1999).

Dentro desta medida, algumas intervenções são realizadas por equipes multidisciplinares ligadas a programas e equipamentos integrantes a uma rede de proteção a crianças e adolescentes, embasada e construída a partir do ECA. Atualmente, no município de São Paulo, os principais serviços que recebem estes jovens e adolescentes ditos infratores, são o Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O primeiro destes equipamentos é um serviço vinculado à Secretaria de Assistência Social, que recebe adolescentes de 12 a 21 anos que cumprem algum tipo de medida sócio educativa de meio aberto e ciclo de violência, encaminhados pela Fundação Casa, Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ), Centro de Referência da

Assistência Social (CRAS), Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRECA) e Conselho Tutelar. O objetivo deste serviço é promover a garantia dos direitos das crianças e adolescentes recebidos, bem como de sua família, oferecendo condições para que os mesmos participem do contexto comunitário em que estão inseridos de forma consciente e responsável através do exercício de sua cidadania tendo como base os artigos 117 e 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>12</sup>. O trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional, que oferece atendimentos individuais, grupais e oficinas terapêuticas, além de inserção e acompanhamento em consulta médica, escola entre outros serviços complementares.

Já o CAPS, é um serviço vinculado à Secretaria de Saúde, que segundo a portaria nº 615 do Ministério da Saúde, deve atender pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desta definição, há alguns anos, este equipamento tem recebido adolescentes entre 12 e 21 anos que cumprem algum tipo de medida sócio educativa de meio aberto ou fechado. No caso destes últimos, os mesmos são deslocados da Unidade da Fundação Casa até o CAPS para realizar o tratamento. O objetivo deste serviço é oferecer atendimento multidisciplinar para estes usuários e seus familiares que se enquadram na especificidade descrita na portaria deste serviço. São oferecidos atendimentos individuais, grupais e oficinas terapêuticas, escolhidos a partir da especificidade de cada caso. Os adolescentes são encaminhados pela Fundação Casa e DEIJ, sendo muitos deles por determinação judicial, havendo ou não demanda espontânea.

No presente trabalho, como já mencionado, serão citados alguns fragmentos casos de adolescentes, que foram ou continuam sendo atendimentos em CAPS Infantil. Alguns foram acompanhados durante a passagem pela Fundação Casa, outros antes ou depois e um deles não chegou a ser inserido em regime de internação apesar de inúmeros processos envolvidos por furtos e tráfico de drogas.

A construção de cada um dos casos se deu na experiência clínica de escuta do sofrimento destes jovens, interrogados a partir de conceituações psicanalíticas acerca da direção do tratamento. Como aponta Fedida (1992), é relevante citar que a narrativa e conduta de um determinado caso, a partir da história advinda de fragmentos, relatos e lembranças de um paciente, implica em um trabalho de interpretação, que encontra-se atravessado pelos efeitos de uma escuta do psicanalista. Freud, ao longo de sua obra, desenvolveu um constructo teórico acerca da ética e da técnica em psicanálise, sinalizando que a partir do método de

---

<sup>12</sup> Informação retirada do site da Prefeitura Municipal de São Paulo

associação livre, o analista deve buscar no discurso do paciente, uma imagem de seus esquecidos verdadeiramente essenciais, produzindo-lhe uma firme convicção da verdade de sua construção subjetiva particular, independente dos fatos ocorridos na realidade concreta (ROSA JUNIOR, 2006). “O vivido não é o fundamental, o que conta é que o sujeito reconstrói, o essencial é a reconstrução” (FREUD, 1939 [1934-1938]/2006, p. 23). Neste sentido, no seminário “Escritos de Freud”, Lacan escreve: “O interesse, a essência, o fundamento, a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis” (LACAN, 1953/1986 p. 21). Neste mesmo texto, Lacan conclui que a restituição da história do passado no presente é que deve ser considerada, como o ponto de mira visado pelas técnicas.

Tais premissas embasadas na ética da psicanálise foram consideradas na construção do trabalho interventivo e na direção do tratamento de cada um dos casos. Apesar da singularidade de todas as histórias, alguns fatores se repetem de modo a permitir considerações sobre os atos infracionais dentro de uma leitura psicanalítica.

Todos os adolescentes citados neste trabalho foram encaminhados para tratamento sem qualquer demanda espontânea, o que dificultou o trabalho analítico, sendo constante longos silêncios, a negação de falar e inconstância no comparecimento ao CAPS.

A demanda judicial é um fator muito presente no acompanhamento destes adolescentes, o que gera uma série de considerações a respeito além de grandes desafios. Neste tipo de demanda, alheia ao interesse do adolescente, há inclusive uma obrigatoriedade, onde a sentença judicial acerca de possíveis desfechos dos casos acompanhados depende da adesão ao tratamento terapêutico. O jovem sabe disso, e muitas vezes comparecem aos serviços enquanto condição exigida e param de frequentá-los quando já nenhuma dívida com a justiça.

Além disso, é comum os encaminhamentos serem acompanhados de algumas solicitações quanto ao objetivo do tratamento, como o pedido para a realização de um trabalho reabilitativo e reeducativo às normas e regras padronizadas que regem o funcionamento social. Rassial (2005), ao escrever a respeito, afirma que os profissionais que recebem este tipo de demanda devem evitar que se constitua, diante do discurso da lei, um discurso “reeducativo”, que pretenda assujeitar o adolescente; pois é necessário num trabalho analítico que o sujeito possa ter certeza de que o que ele diz a um ou a outro não serve para alimentar um discurso sobre ele.

Por outro lado, o atravessamento judicial nos casos, gera outros efeitos. O juiz tem um papel fundamental e decisivo, pois representa a lei enquanto delimitadora de excessos e a

colocação de interdito, sendo o regulador social que encarna o Outro da lei, que garante o regimento da ordem e a submissão do sujeito as regras. Como assinala Martins (1999), o sujeito vai em busca do exercício eficiente de autoridade, que acaba por resultar na gravitação em volta dos juízes. Os consecutivos atos infracionais parecem possuir relação com este encontro com a figura do juiz, já que a inserção na Fundação Casa e/ou aplicação de medidas reabilitativas, depende de seu parecer. Na fala dos adolescentes citados neste estudo, percebe-se uma submissão a ordem deste que encarna a Lei, além de uma preocupação em seguir o tratamento para não acender a fúria desta autoridade. Esta apreensão é muito observada em Francisco, que quando fala de um ato considerado contrário à regra, questiona se isso será informado ao juiz. Por outro lado, este adolescente possuía até o início do acompanhamento no CAPS, quatro passagens pela Fundação Casa, o que sinaliza a afirmativa anterior de querer o olhar do Outro, encarnado na figura do juiz.

Como salienta Lippi (2009), ao contrário de qualquer associação antinômica, esta busca mostra uma busca desenfreada e inconsequente de algo que faça barra e interrompa os atos infracionais destes adolescentes, apontando que a lei não se anula no movimento que leva à sua transgressão, porquanto a lei compreende também sua negação. A transgressão assim é uma tentativa de fazer interdito através da lei, já que o pai, enquanto função de representar a lei, acaba falhando.

Esta busca por algo que confirme a lei fornece alguns indícios para a compreensão dos processos ligados a constituição destes adolescentes. Como aponta Aichhorn (apud CRUZ, 2011) a delinquência está ligada às primeiras experiências emocionais da infância.

Partindo desta afirmativa, Freud e Lacan citam ao longo de suas respectivas obras, a relevância da presença de pessoas que possuam uma representatividade simbólica para a formação da singularidade psíquica de cada sujeito, para que exerçam uma função no lugar das figuras materna e paterna. O principal processo ligado as formações oriundas da infância, a saber, o Complexo de Édipo, envolve estes referenciais e produz efeitos significativos na subjetividade. De algum modo, os adolescentes citados neste trabalho, tiveram pessoas que exerceram esta função e possibilitaram a constituição subjetiva, no entanto, em todos os casos, os pais abandonaram seus filhos em determinado momento; com algumas distinções, os mesmos residiram com pais, familiares, abrigos e/ou na rua. Na consideração da relevância das formações edípicas, hipotetiza-se que esta pluralidade de figuras referenciais, pode ter refletido na construção da subjetividade de cada um deles e conseqüente início dos comportamentos transgressores. Freud (1923/2011) salienta que a solução de compromisso

resultante da operação edípica é extremamente complexa, pois envolve o incesto e o parricídio, dois crimes elencados ao par parental e produtor de sintomas.

Felipe, Carlos, José, Francisco e Ricardo apresentam fugas de casa e comportamentos transgressores, seja por pequenos furtos ou agressões, ainda na infância, num período posterior ao Complexo de Édipo, cujo termino é marcado por uma solução de compromisso que implica na identificação com as figuras parentais e recalque dos impulsos sexual, dando surgimento ao Supereu e iniciando o período de latência. Esta solução de compromisso é extremamente complexa, pois envolve o incesto e o parricídio, dois crimes relacionados ao par parental e produtor de sintomas. Assim, as nuances entre a significação envolvida nesta operação junto a oscilação dos referenciais parentais, certamente ressoam em formações elencadas ao surgimento do fenômeno delinquente. Neste sentido, Lacan (1950/2003), associa a realidade do crime ao simbolismo do Supereu como instância psicopatológica, cuja função produz efeitos na subjetividade e conduta do indivíduo.

Desde modo, pode-se pensar em uma falha nesta elaboração, pois os atos transgressores aparecem aqui como uma resposta a destituição destes pais, que demarcam o período da latência como um momento emancipatório. José, que viveu dos 9 anos 15 anos na rua, disse que “optou” por este lugar diante da violência sofrida com os maus-tratos do padrasto. De modo semelhante, Felipe também afirma que foi para a rua com o intuito de fugir das agressões do padrasto.

Com isso, é possível hipotetizar que a formação do ideal de eu, constituída pelos significantes do Outro, formado pela introjeção dos ditos dos familiares mais próximos, acaba prejudicada. Esta instância simbólica aparece como representação dos pais, conjuga o desejo e tem a força que move todo o imaginário, pela possibilidade identificatória. Com o rompimento precoce com as figuras parentais, o processo de incorporação acaba prejudicado, pois como aponta Alberti (2008), quanto mais sólida for esta operação, maior será a herança do par parental que servirá como recurso para o sujeito adolescente agir conforme suas próprias decisões

Vale notar que ambos se recusavam a viver em abrigos, pois todas as tentativas de inserção foram fadadas, pois houve varias evasões. Segundo Rassial (2005), a fuga representa não só uma ruptura intempestiva do contexto familiar, mas também uma busca de lugar em que o sujeito poderia sentir-se pertencente que não a casa dos pais. No entanto, diz o autor, esta busca acaba fadada ao fracasso, pois o sujeito só existe pelo lugar que lhe é simbolicamente dado (na língua e na família) e que o aliena. Portanto, o outro se apresenta e atravessa o sujeito, que mesmo tomando distância, mantém-se numa junção a ele.

Segundo Cruz (2011), este cenário leva a uma dificuldade por parte do adolescente em regular o fluxo de libido e manter suas expectativas libidinais em padrões aceitáveis, que resulta em uma inabilidade em construir novos laços sociais, ou em suspendê-los sem conflito quando a situação exige. Deste modo, esta conjectura de rompimento e abandono do outro acaba sendo revertida numa resposta de rechaço a qualquer um que o represente, fixando o adolescente numa ausência de lugar que se repete a cada fuga.

Estas primeiras experiências deixam marcas no psiquismo que se aparecem na manifestação dos fenômenos transgressores. Percebe-se na análise dos casos, que a adolescência foi um momento chave para a intensificação deste funcionamento hostil para com o Outro, da delinquência e da aparição naqueles que ainda não o haviam apresentado. O uso de drogas de Daniela e José, o aumento do comportamento agressivo de Carlos e Francisco, a intensificação da quantidade de furtos e roubos cometidos por Ricardo, e a violência de Felipe com sua namorada expressam este agravo.

As mudanças no âmbito sexual e a possibilidade de escolha de um objeto, diz Freud (1905/2006), leva a emergência da pulsão com o primado das zonas genitais na puberdade, produzindo o retorno dos “restos” recalcados no inconsciente, que voltam a gerar efeitos perturbadores sobre o psiquismo. Quando questionados sobre estes atos, na maioria das vezes prevalecia um grande silêncio, o que indica um não saber dizer sobre o que lhe acomete. Diante da premissa psicanalítica de falar tudo o que lhe passar pela cabeça, um desafio se coloca para o analista já o “tudo” pode subverter-se e se materializar enquanto “nada”, através do recrudescimento das possibilidades de apropriação e circulação da palavra, em fase da presentificação e manutenção de um silêncio absoluto que parece delinear os contornos de um emudecimento mortífero por parte do adolescente (ROSA, 2006)

Como aponta Solberg (2010), a adolescência pode ser vista como uma re-edição do complexo de Édipo, reinstaurando processos ligados aos objetos alvo da pulsão e o retorno da pulsão sexual. Com isso, os impulsos ligados aos pais enquanto objetos primordiais retornam, mas devem ser progressivamente direcionados para outras pessoas, para serem saciados, tendo em vista a lei universal do incesto. Neste sentido, observa-se na especificidade de alguns casos, uma violação desta “regra”, pois alguns dos adolescentes em questão, mantêm um laço incestuoso com suas mães, irrompendo com uma normativa que regula o social pela fixação no primeiro objeto de amor. Carlos, por exemplo, chega a verbalizar para a mãe, um pouco antes de ser abrigado que “não posso encontrar ninguém, senão perco você”. Esta ligação também aparecia nos atendimentos, já que o adolescente afirmava que ela era uma das duas únicas pessoas em quem confiava; além disso, justifica seu abrigo há um desejo próprio,

pois disse que saiu de casa para que a mãe pudesse ter onde morar, já que o padrasto o rejeitava. O adolescente se recusa a renunciar da mãe enquanto objeto de amor, não demonstrando nenhuma atração sexual por outras pessoas.

Esta dificuldade em abster-se da mãe tem relação com aquilo que Lacan (1958a/1999) denomina de lei da mãe, que inscreve no sujeito que alguma coisa em seu desejo é completamente dependente de alguma outra coisa, ou seja, o bem-querer ou malquerer da genitora. Esta lei é constitutiva e relevante nos primórdios da constituição, pois aliena o sujeito e instaura o desejo. Ela é apresentada pela mãe através da relação que estabelece com a criança, que se submete a tal lei, toma a genitora como objeto e tenta responder ao gozo da mesma. No entanto, é necessário um posicionamento materno que permita um equacionamento psíquico que destitua o filho deste lugar de puro objeto, em que o gozo da genitora impera e esmaga a condição desejante do filho.

Alguns aspectos na história dos adolescentes parecem apontar para a fixação na posição de objeto, como no caso de Carlos, e tentativas de responder ao desejo da genitora. Percebe-se que as mães de Felipe, José e Francisco os substituem pelos respectivos companheiros, todos padrastos, como se os filhos ocupassem um lugar equivalente, em que a presença de um excluiria a do outro, ou seja, que a escolha de apenas um seria necessária. Este funcionamento materno cria um cenário de extrema complexidade, pois a colocação do filho numa posição análoga ao parceiro, ou seja, do pai, os levam a uma tentativa cega de responder ao gozo materno, que os mantém numa posição primitiva em relação à mesma.

Neste sentido, Freud (1921/2012) afirma que o objeto de amor idealizado pode ser destrutivo pelo fascínio exercido, pois pode levar a pessoa a sujeitar-se e a subordinar-se a ele, tornando o processo alienatório patológico, na medida em que o objeto pode vir a ser tomado como o próprio eu do sujeito, que passa a basear suas ações neste ideal, conseguindo satisfação somente quando a correspondência entre os dois é alcançada. Este movimento é muito claro em Carlos e Daniela, que se mantêm alienados ao desejo de suas respectivas mães.

Em alguns casos, esta relação com a figura materna deixa marcas quanto a identidade sexual, parecendo haver uma confusão quanto a posição da mãe com a de mulher, evidenciando um curto circuito no ordenamento e solução edípica. Carlos e Felipe confirmam isto, na medida em reproduzem nos seus atos um intenso conflito pela confusão estabelecida do lugar ocupado no desejo da mãe. Ambas, apesar de abandonarem seus filhos, mantêm-se de certa forma próximas a eles. A mãe de Felipe o recebe em casa, mas o recusa como morador e a mãe de Carlos realiza visitas no abrigo, mas afirma posteriormente que o filho é

problema do Estado. Ambos os adolescentes possuem questões ligadas à posição sexual, já que Felipe mantém uma relação patológica com a namorada, que é alvo de agressões e paradoxalmente uma figura de dependência de Felipe; já Carlos não relata atração sexual por ninguém, se referindo somente à mãe como objeto alvo da pulsão. Neste sentido, como citado por Lacan (1957-58/1999), o Édipo tem uma função normativa na assunção de uma posição sexual, que depende das representações identitárias de gênero reverenciadas no discurso materno. Assim, o referencial identificatório masculino advém destas mães a quem se submetem os filhos, alienados a elas. Corroborando tal afirmativa Ceccarelli (1997) aponta que para formar uma identidade sexual, o sujeito baseia-se nas identificações advindas das trocas objetais parentais, dos ideais compartilhados socialmente e ainda das fantasias inconscientes dos envolvidos nestas relações, e do lugar ocupado pela criança no desejo dos pais.

Aquele que faz barra a esta invasão materna é o pai, que em sua função simbólica, inscreve a lei para o filho, o que permite a internalização da castração, ou seja, da falta, deslocando-o do lugar de falo materno. Lippi (2009) refere que o filho passa da transgressão da lei que interdita o incesto, para a traição da Lei do desejo do Outro, ou seja, passa de uma lei para a outra, negando-as, uma a uma, para no final retornar à primeira lei: a impossibilidade do gozo, a castração. Isso é possível pelo fato de que o pai junto aos elementos simbólicos que possui, oferece a possibilidade de o sujeito irromper o furo da falta e a ascender ao desejo, levando-o, para além da mãe, a se indagar da eterna questão acerca do enigma do desejo: o que este Outro deseja?

Apesar da impossibilidade de resposta a esta pergunta pelo furo instaurado pela linguagem, no momento Edípico, a criança confere o desejo a ordem do interdito, carregando a ilusão de que há alguém que pode designar um saber sobre o desejo por deter o objeto fálico, sendo, portanto, não castrado. Com isso, mantém-se a crença de possibilidade de acesso ao falo, sendo o único impeditivo a proibição instaurada através das leis de regulação social, que barram alguns desejos inconscientes, como o incesto e o parricídio, por exemplo. Desta forma, a lei enquanto imperativa e proibitiva perpassa o inconsciente e o desejo, levando o sujeito a agir conforme uma obrigatoriedade (FREUD, 1913/2006). Na adolescência, pelo encontro com o real do sexo e a constatação de que o pai não goza plenamente, a crença imaginária de possibilidade de acesso ao falo é rompida, o que permite ao sujeito perceber que o pai também está submetido à castração. Dito de outra forma, a crença na proibição dá lugar ao não acesso ao falo enquanto impossibilidade, ligada a uma falta inerente a qualquer sujeito, inclusive o pai. Esta operação só é possível com a eficácia da

função paterna, que coloca em cena a realidade da castração. Como afirma Bertol (2010), a ideia de interdição e a constituição do saber paterno acabam por serem formas criadas pelo sujeito de lidar com a falta, enquanto impossibilidade.

Este processo da internalização da lei é muito importante, pois ao mesmo tempo que impede a saciação do desejo, garante sua existência. Com isso, fixa a presença de uma falta no inconsciente, da castração, ou seja, simboliza a falha do Outro através da inscrição da lógica fálica.

Retornando aos casos, percebe-se uma falha nesta transmissão ligada ao pai, sendo possível algumas considerações. Como já exposto, com a fixação na posição primitiva em relação a mãe, o ingresso ao campo infinitamente complexo da castração ocorrido com a entrada na adolescência não acontece, mantendo o sujeito preso há um funcionamento no registro da privação, característico da infância (MELMAN, 1999). Desta forma, a crença de possibilidade de acesso ao falo permanece, e o adolescente, longe de internalizar a castração enquanto impossível, se relaciona com a falta no registro da privação e do interdito.

Com isso, os adolescentes, por meio dos atos infracionais, expõem a falha desta operação simbólica ligada as figuras parentais, pois a transgressão, representa, dentre outras coisas, a negação da lei enquanto expoente da falta. Os adolescentes em questão, possuem pais ou substitutos, em sua maioria padrastos, que assim como eles também transgridem, ou seja, não representam a lei. O pai de Francisco transgrediu burlando a lei de incesto, abusando sexualmente do filho; já os padrastos de Carlos e José são muito violentos e agressivos; o pai de Ricardo e Felipe delinquem e também são violentos com os respectivos filhos; e o pai de Daniela ultrapassa as leis traficando drogas e levando-a a cometer a mesma prática. Percebe-se neste funcionamento relacional, que estes pais e representantes acabam sendo omissos na transmissão da lei para seus filhos, já que eles negam a castração, gozando indiscriminadamente através de seus atos.

A construção da função do pai é de extrema complexidade e requer sua transposição a partir de diferentes registros, a saber, simbólico, imaginário e real, segundo Lacan, no seminário “As Relações de Objeto” (1957/1999). Para o autor, o pai simbólico é aquele cuja instauração depende de uma construção simbólica, alcançada somente a partir de uma construção mítica por ele não estar representado em parte alguma - como um pai morto, cuja função se exerce somente pela sua enunciação. O pai imaginário é descrito por Lacan como aquele que o sujeito lida o tempo todo, sendo a ele que é frequentemente referido toda a dialética, a da agressividade e a da idealização pela qual o sujeito tem acesso à identificação ao pai; e está integrado à relação imaginária que forma o suporte psicológico das relações com

o semelhante. Já o pai real, é aquele que interdita o gozo, sendo apreendido pela criança de uma forma muito difícil, pois transforma a relação imaginária especular pela inclusão do homem real em cena.

Apesar de exercerem a função simbólica de pai, os representantes paternos dos adolescentes citados, são patentes em sua presença enquanto real, ou seja, o homem totêmico que detém certo domínio sobre sua mulher e goza sem limites. Na infância, esta imponentia leva a criança a construir um pai imaginário onipotente, que burla a castração por meio do gozo desenfreado. Dito de outro modo, a presença de um pai que está atravessado pela castração mas falha na sua função de regulação da lei, impede a construção de um pai imaginário que garanta a criança simbolicamente pelo sustento da lei, que permite a inscrição da falta na subjetividade e a significação do desejo materno. Isso deixa o sujeito à deriva, levando-o a condutas desenfreadas e de grande desordem, como os comportamentos transgressores.

Em todos os casos os adolescentes constroem distintas formas imaginárias em torno da figura paterna. Carlos parece assemelhá-lo a um rival que ocupa o lugar almejado de parceiro materno, que o mantém numa relação incestuosa com a mesma. Daniela parece perceber o pai como aliado no desencontro e negação da lei, que suprime seu desejo e a mantém na repetição de atos em direção à morte; José se refere tanto ao pai como ao padrasto como alguém hostil, a quem tem total desinteresse e tenta perceber como inexistente; Felipe percebe o padrasto como violento e hostil a quem diz querer distância, porém, de uma forma ambivalente, se identifica com ele, na tentativa de ocupar um lugar fálico e onipotente, que nega a falta e o seu total desamparo; já Ricardo identifica-se com o pai extremamente violento e transgressor, fixando-se neste lugar no intuito de atingir o ideal de completude com a mãe; e por fim Francisco, que vê o pai de forma hostil e com grande receio.

As referências parentais parecem falhar em suas respectivas funções e colocam o adolescente diante de um Outro mortífero, que goza e desampara. Na infância, a consolidação deste Outro ocorre por meio dos referenciais parentais, cujo laço se torna base para o processo que permite a criança constitui-se subjetivamente. Enquanto modelo, o pai acaba ocupando o lugar de resposta ao desejo da mãe, que “o escolhe”, apontando para o seu desejo, no qual o adolescente está submetido. Desta forma, o pai enquanto função, ao invés de interditar a mãe e possibilitar uma identificação do filho para fazer margem ao encontro com o desejo do Outro, acaba por rivalizar com ele, que é tido como ameaçador na posse de seu lugar. Como já mencionado, a mãe, neste sentido, é omissa e conivente, e acaba por reforçar esta crença imaginária do pai,

mantendo um laço com o filho análogo ao do companheiro, em que a presença de um exclui a do outro, como foram nos casos de todos os casos com exceção de Daniela.

Percebe-se assim que os pais destes adolescentes aparecem de modo semelhante ao pai totêmico descrito por Freud (1913/2006), que goza plenamente, não está submetido à castração e detém as mulheres do clã. Desta forma, o adolescente permanece fixado a uma lei outra, do Outro gozador, que comanda e o direciona ao encontro com um desejo materno, mortífero, sendo excesso, violência e destruição, pois remete ao desaparecimento do próprio eu, que é esmagado pelo desejo deste Outro, no qual o sujeito é subserviente. Esta relação leva a um funcionamento no qual o fenômeno transgressor é reflexo. Neste sentido, como destacado por Alberti (2009), o adolescente é “conduzido” pelo que chama de uma “tendência em agir” do jovem, que “não pensa duas vezes” antes de agir, indo exatamente em direção gozo, seja pela ingestão de drogas, tentativas de suicídio, inibição da ação, dentre outros, como as condutas transgressoras.

Diante desta disposição do par parental, mesmo com a violência sofrida dentro do círculo familiar, há um posicionamento dúbio por parte destes adolescentes em relação: de rivalidade e de identificação. Felipe, José e Ricardo saem de casa por reconhecerem sua vulnerabilidade perante as agressões paternas, ao mesmo tempo em que reproduzem tais condutas por meio da violência com o outro como modo de serem de algum modo reconhecidos como possuidor de recursos que lhe conferem um valor fálico. Segundo Freud (1923/2011), a ambivalência é constitutiva do psiquismo e as trocas com o objeto de referência, que acabam sendo alvos de amor e ódio, como no complexo de Édipo. Tal articulação é fundamental no processo de identificação, ocorrido quando o objeto é perdido ou abandonado e o sujeito adquire os atributos oriundos ao mesmo como forma de conservá-lo. Deste modo, a identificação pode ser resultante tanto de uma relação afetuosa quanto de uma relação hostil com o objeto. A partir desta possibilidade, os adolescentes em questão parecem visualizar na figura paterna um modelo de identificação, que só será realizado por meio da aquisição de objetos de valor fálico através de atos transgressivos, numa tentativa desesperada de deixar de ser vulnerável e desamparado diante do outro.

Os casos contêm elementos que expõem estas afirmações. Felipe, por exemplo, mantém grande rivalidade com seu padrasto, a quem se refere com termos pejorativos e condenatórios nas sessões. Para além deste discurso hostil, há um desejo de alcançar o mesmo lugar imaginariamente onipotente do mesmo, pois é muito nítido em Felipe uma identificação maciça com este modelo paterno; assim como ele, o adolescente possui condutas transgressores e bate na namorada, do mesmo modo que o padrasto se relaciona com sua

companheira. O enigma sobre o Outro sexo, contido na mulher, fazia marca e apontava para a castração, insuportável de ser percebida por ambos. Nos momentos em que se separou da namorada, Felipe fica à deriva, deslocado do lugar identificatório, e com isso, respondia com maior agressividade, só que direcionada a um outro desconhecido. Nestes períodos, também tentava um retorno a casa da mãe, com quem rapidamente se desentendia, se distanciava e voltava a cometer atos infratores e violentos. As duas passagens pela Fundação Casa de Felipe ocorreram exatamente nestas circunstâncias. A falta de um Outro que pudesse fazer barra perante a castração leva o sujeito a um encontro com o não-senso do Real. Como cita Cruz (2011), busca-se deste modo uma satisfação completa de gozo, que no entanto, está fora do que é simbolizável, pois é algo da ordem do real, além do princípio do prazer, enquanto aquilo que não cessa de não se inscrever.

. É interessante notar na história de Ricardo elementos ligados com a resposta que ele dá diante da falha na função paterna e do processo identificatório constituído. No período em que residiu com a avó materna criança, entre 1 e 9 anos de idade, visitava o pai na prisão onde foi detido por roubo de carro e tráfico de drogas. Todas as idas neste local foram acompanhadas pela mãe, que se recusou a residir com o filho enquanto o marido estava preso, porém, de algum modo se aproximava de Ricardo para leva-lo na prisão. O mundo do crime e um discurso a favor da transgressão foram apresentados para Ricardo, que ainda criança começou a responder com condutas análogas as do pai. Quando sai da cadeia, este é pego pela polícia com grande quantidade de drogas, mas não é preso. Tal situação é vista por este pai como uma segunda chance, o que o faz parar totalmente com os roubos e tráfico, e a se converter a uma determinada religião. Depois desta mudança, tentava insistentemente convencer Ricardo a adotar seu exemplo, porém, quando o filho dizia que não queria seguir os novos passos de seu pai, acabava apanhando muito do mesmo. Assim, o pai tenta aparecer como um representante da lei, burlada novamente exatamente na relação com Ricardo, que já adolescente, era agredido. Mesmo nomeando a lei, este pai continuava estar aquém da mesma, ao menos na relação com filho. O “não” que representa a castração, não se faz presente. Depois de um episódio em que foi violentado fisicamente pelo pai, Ricardo sai de casa, vai viver na rua e começa a traficar e roubar, seguindo o modelo do pai.

Observa-se neste caso que a lei que se impõe para ele é a lei do crime, que acaba por regular seu funcionamento psíquico. Apesar da mudança do pai com a conversão religiosa, em um dos últimos atendimentos realizados, Ricardo é enfático em dizer que continuará vivendo no mundo do crime, e nada o fará parar de cometer roubos e traficar. Nessa perspectiva, as ações deste pai foram significadas de um modo em que Ricardo se identifica com o mesmo,

enquanto transgressor e gozador. O adolescente se subordina a autoridade paterna e a rigorosa lei imposta, porém, contrária aquelas que regem a sociedade. Além disso, a fixação neste modelo identificatório, parece ser também uma saída encontrada diante da nomeada rejeição por parte da mãe, que diz “não saber ao certo o motivo, mas não suporta Ricardo”. Dito de outro modo, a conflituosa relação com a mãe pode ter gerado uma ferida narcísica em Ricardo, produzindo efeitos na inscrição da lei reguladora do campo social.

Já Daniela se defronta com a omissão do pai em exercer função quando o mesmo lhe apresenta as drogas, inserindo-a no tráfico. Francisco, mesmo sendo um adolescente tranquilo, delinque por meio da fantasia incestuosa projetada em outro adolescente.

Vê-se, portanto, que o laço familiar, de algum modo, apresenta a lei imperativa e inquestionável, no qual os outros se subordinam. Com isso, estes jovens parecer nutrir uma fantasia de onipotência e de domínio sobre outro, pois é notório na narrativa destes adolescentes, a crença de que conseguem deter o controle sobre o outro e sobre si, mesmo com os riscos que correm delinquindo.

Quando ao aspecto ligado a rivalidade, com exceção de Daniela, os demais adolescentes em algum momento do acompanhamento terapêutico, relataram odiar o pai ou substituto, apesar de apresentarem as mesmas condutas que os mesmos, com a distinção de que suas agressões eram voltadas para um outro desconhecido. Neste sentido, a transgressão evidencia a adoção do discurso paterno, que gera efeitos em sua subjetividade, pois a proteção esperada dessa figura parental é convertida em violência, o que remete a uma associação entre os significantes ligados ao “cuidar” e ao “violentar”. A mãe reproduz essa dualidade ao permanecer com companheiros violentos. Pode-se hipotetizar assim que, a hostilidade se torna expressão de valorização do objeto, que acaba levando estes adolescentes a reproduzir e se identificar com este ideal.

Para além das infrações e transgressões da lei, os atos delinquentes colocam os adolescentes em situações de risco, já que podem ser gravemente agredidos, presos ou até mesmo mortos. Esta hostilidade voltada para o próprio sujeito pode ser relacionada a ação do supereu, em sua censura e vigia, que se põe em ação contra o eu e aparece como agente de coerção e gerador de culpa, que se expressa com uma necessidade de punição. No texto “O problema econômico do masoquismo” (1924/2011) Freud associa a presença de um sentimento inconsciente de culpa com o parricídio e o incesto, em que o sujeito busca uma punição pela lei, aplicada por um poder paterno. A transgressão, como já mencionado, coloca o sujeito em risco e uma série de situações aversivas e hostis, que permite a hipótese da ação

severa do supereu em função da identificação do sujeito com o pai totêmico e a rivalidade que se apresenta junto ao adolescente e as figuras paternas.

Apesar de ser o único caso em que não há uma relação de rivalidade com o pai, Daniela foi a adolescente que mais se colocava em risco ao cometer furtos, traficar e se prostituir; o que permite outras considerações acerca da constância ao risco.

Em função dos pequenos furtos que cometia na vizinhança, foi violentada física e sexualmente; em outro episódio, levou alguns policiais até um ponto de venda de drogas, sendo posteriormente ameaçada de morte por alguns traficantes; em uma situação ocorrida durante o acompanhamento no CAPS, foi enforcada com um cadarço por um homem com quem fez um programa. Verifica-se assim, que os atos transgressores tem uma estreita relação com um “empuxo-a-morte” presente em Daniela, que não verbaliza quase nada, apenas atua, indo constantemente ao encontro com a morte. Como assinalado por Marin (2003), muitas vezes por meio das manifestações violentas se experimenta o insuportável indizível, pois aí o pensamento e as palavras faltam para dizer o sofrimento, ou simbolizá-lo.

A delinquência parece assim o travamento de uma luta entre instinto de vida e de morte, não deixando de existir nessa ambígua tendência a agressividade como mote. No retorno a Freud, Lacan pontua que para o mais além da experiência de prazer inclui uma tendência à destruição, ligada a pulsão de morte. “A pulsão, como tal, e uma vez que é então pulsão de destruição, deve estar para além da tendência ao retorno ao inanimado. O que ela poderia ser? - Senão uma vontade de destruição direta” (LACAN, (1959-60/2008, p. 254).

Em um dos atendimentos realizados, a adolescente associou o início desses comportamentos à morte da mãe, com quem parecia estar identificada, enquanto morta. Chega a dizer que se sentia muito parecida com a mãe e queria morrer, assim como ela. Segundo relato de uma tia paterna, Daniela começou a usar drogas e traficar acompanhada pelo pai, antes da morte da mãe, que também possuía um histórico de condutas transgressoras. Percebe-se assim que o pai não exerce a função de transmissor da lei, pelo contrário, é influente na aparição dos atos delinquentes cometidos pela filha. Com isso, a adolescente mantém-se presa ao desejo da mãe, mortífero pela inexistência do enigma da falta por sua condição de morta. Neste sentido, Lacan (1959/2008 p. 106), diz que “A relação dialética do desejo com a lei faz nosso desejo não arder senão numa relação com a lei, pela qual ele se torna desejo de morte”.

Vê-se que as relações com o par parental são decisivas e influentes nas manifestações das condutas infracionais e comportamentos elencados. As mães, de alguma forma, são idealizadas e os pais ou padrastos são alvos de rivalidade e identificação. A partir do que foi esboçado até aqui, a falência do pai na função imaginária junto a cumplicidade da mãe, levam

o adolescente a perceber o Outro como ameaçador, por isso alvo de hostilidade e agressão. Enquanto objeto de amor da mãe, a inserção do Outro nesta relação, sem a mediação do pai, é tida como invasiva, ameaçadora e, portanto, rechaçada.

Junto a isso elenca-se as transformações inerentes da adolescência, marcada como um momento em que o sujeito se depara com a inconsistência do Outro e necessidade de separação do mesmo. Os pais, neste sentido, são figuras fundamentais com sua presença, para sustentar o filho diante desta queda. Como refere ROSA (2006), os pais denunciam sua fragilidade simbólica em lidar e servir de continência frente os impasses do filho, através da impossibilidade de conter os ímpetos da violência, decorrentes da conjunção da passagem à adolescência e a fragilidade de simbolização da lei; mediante a imposição da violência física, como tentativa de suportar o que se passa com as fraturas da relação do filho com a lei, assim como, em função da incapacidade de reconhecer a gravidade e autoria do ato infrator cometido pelo filho.

Esse posicionamento reflete um lugar de solidão e desapoio portanto, já que é localizado nos pais uma busca por um gozo desenfreado de ambas as partes. Desta forma, o Outro falta para o adolescente, que acaba sendo o Outro dele mesmo. Esta ausência compromete a possibilidade de subjetivação do sujeito diante da falta, cuja articulação está diretamente ligada ao dispositivo simbólico.

Como destaca Salum (2009), a fantasia, que pode ser utilizada para substituir o encontro com o objeto por articula-lo em conjunção e disjunção com o significante, acaba sendo um recurso pouco utilizado pelo adolescente transgressor, já que o par parental acaba falhando no fortalecimento simbólico do adolescente, que poderia ajudá-lo a encontrar formas subjetivas de lidar com a falta, como a fantasia. O adolescente acaba não encontrando o respaldo simbólico para inscrever a castração enquanto falta.

Assim, o sujeito aqui não é mais um significante que se representa por meio da conexão com outro significante, mas é aquilo que escapa ao simbólico, identificado com o objeto a (DERRIBA; STENZEL, 2013). Nesta posição, o sujeito desaparece, apenas age. Com isso, na ausência da palavra, seus atos aparecem como defesa contra a angústia de aparecer somente na sua vertente objetual.

Francisco com a especificidade sua história, expõe claramente esta ocorrência. Em seu caso, o pai abusa sexualmente dele, colocando-o assim na posição de puro objeto a, sem sexualidade, já que é suprimida sua condição desejante. A transgressão parece advir como resposta em ato da posição em ele é colocado, o de objeto, sem qualquer recurso simbólico.

Através dos comportamentos transgressores, portanto, o sujeito tenta ir ao encontro de algo que faça barra, ou seja, que ache algo que o localize perante o Outro. Num apelo ao pai, os adolescentes citados nos casos mostram esta busca, pois burlando a lei, vão ao encontro de figuras que possam fazer simbolicamente função de Outro, como o juiz, a polícia e até mesmo o Estado. Corroborando tais considerações, Rassial (2005) cita que o ato delinquente é, antes de qualquer coisa, uma tentativa, dentre várias outras, de inventar um outro espaço, outras regras de deslocamento e dos objetos.

Apesar do apelo ao Outro implícito na delinquência, racionalmente, os adolescentes veem a transgressão como uma afirmativa de independência. A identificação com uma representação identitária masculina ideal, onipotente, totêmica e portanto, independente do Outro, confirma esta ideia. Por estar na incerteza sobre si mesmo, de seu saber e o de outras pessoas, o adolescente tem a tendência ou de desvalorizar o saber ou então o contrário, a colocar um adulto, isolado, em posição de mestre detentor de todo o saber; ou ainda, se apoiar em sua boa figura para se apresentar ele mesmo como detentor de um saber inacessível ao outro (RASSIAL, 2005).

José, por exemplo, diz convictamente que é sozinho no mundo e repete constantemente que não precisa da família para sobreviver. Já Felipe resiste em frequentar assiduamente o CAPS, comparecendo somente quando quer, por acreditar que não precisa da ajuda de ninguém pra lhe dizer o que fazer.

Em casos mais extremos, na ausência deste Outro, o sujeito acaba muitas vezes indo para uma “passagem ao ato” num momento do embaraço maior e insuficiência de sua existência diante desta falha: “É então que, do lugar em que se encontra, ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito, ele se precipita fora da cena. (LACAN, 1962-63/2004, p. 129). Deste modo, o não encontro no discurso social de repercussões que possam significar as ações do adolescente, levam-no a passar ao ato através da violência, que representa a impossibilidade de substituição daquilo que faz falta. (JERUSALINSKY, 1999)

O caso de Carlos expõe tal problemática, pois depois da realização de uma audiência em que a mãe relata não querer mais ficar com ele, há uma queda da posição fálica, que imaginariamente o sustentava. A referência ao Outro não se faz presente, pois o sujeito é deslocado para o lugar do objeto *a*, que se caracteriza com um objeto de todo modo não simbolizável, excluído da cadeia significante. Com isso, ele vai ao encontro direto com o desejo mortífero do Outro, enquanto objeto *a*, esvaecendo perante a ausência de algo que lhe proteja. Carlos reage com seguidas passagens ao ato. O olhar do Outro seria de todo modo

necessário à subjetividade como forma de cessá-los. Vários autores como Alberti (2009), Cruz (2011) e Lippi (2009), apontam como saída a inserção da fantasia, que por meio do registro imaginário, permite a presença significativa.

Para além destes aspectos analisados em relação a delinquência, muitas questões se apresentam. No trabalho analítico, muitos destes adolescentes são inflexíveis quanto a desistência de cometer atos infracionais, sendo um desafio manejar com eles de modo a cessar ou diminuir a transgressão para que não se coloquem em risco. Há a prevalência de um forte sentimento de onipotência, pela dificuldade de reconhecimento dos limites entre si mesmo e o outro. A busca pelo gozo é desenfreada e interminável, a ponto de o adolescente arriscar sua vida para alcançá-lo. No agravo a esta questão, Aichhorn (apud CRUZ, 2011), cita também que a partir de seus estudos e atendimento de pessoas com histórico de delinquência, que há ausência de sofrimento nesses casos, o que implica numa grande dificuldade no tratamento psicanalítico. Como assinala Rosa Junior (2006), na ausência de reconhecimento de um sofrimento de qualquer natureza, torna o lugar do psicanalista no início do tratamento muito delicado, pois o adolescente parece não supor um saber neste, em relação ao seu padecimento.

Apesar deste complicado cenário, algumas considerações teóricas parecem fornecer pistas que possibilitem pensar alguns caminhos. Freud (1921/2012) no texto “Psicologia das Massas e Análises do Eu”, discorre sobre possibilidades de satisfazer as ditas pulsões agressivas de outras formas, propondo a formação de laços afetivos, que permitiriam uma posterior identificação entre os sujeitos e o deslocamento dessas pulsões para possibilidades sublimatórias. Nesta mesma linha, Rassial (2005) assinala que a tarefa do psicanalista não seria “curar” a delinquência, mas permitir ao sujeito explorar outras vias menos perigosas.

Esse movimento foi percebido em José, que atualmente, não comete mais atos infracionais. Os mesmos cessaram após sua inserção em local de moradia, no qual o convívio com outros moradores e profissionais parece também ter influenciado na construção de novos referências. Outro fator a se considerar neste caso, foi a decisão do adolescente de não querer mais morar ou depender da mãe. Segundo José, quando estava em situação de rua, tentava alguns retornos para a casa da mãe, mas acabava evadindo pelos conflitos que ali ocorriam. Percebe-se por meio deste movimento, que havia uma vontade de estar próximo a figura materna. Atualmente, diz que tem como planos futuros, encontrar um lugar para morar, trabalhar e às vezes fazer somente visitas a mãe. Esta por sua vez, esporadicamente se aproxima do filho, que certo de sua decisão, consegue manter-se distanciado das demandas ligadas a mãe.

Além disso, tratando-se especificamente da intervenção clínica, é fundamental que o analista ofereça sua escuta a estes adolescentes, como contrapartida à ausência de demanda, que como já mencionado, advém de outras instâncias e pessoas, que não o adolescente. Como aludido por Rosa Junior (2006), tal escuta pode ressoar para o jovem como o reconhecimento de um testemunho sobre sua história, em que o psicanalista, comprometido com sua função, aponta determinados significantes presentes no discurso do analisante, os quais, além de situarem a condição de desamparo em que ele se encontra, evidenciam o lugar de ignorância acerca do que se passa com o adolescente, na medida em que este outro que ele endereça sua fala, o escutou. Desta forma, é possível uma presença do jovem para além de qualquer cumprimento de ordem ligada a demanda judicial.

Como aponta Marin (2003), na clínica com adolescentes infracionais, é relevante a criação de um espaço em que o sujeito possa interrogar-se sobre si próprio, viver a culpa, responsabilizar-se e talvez assim deixar de ser vítima, submetido a um Outro insuportável. A direção do tratamento com estes jovens em conflito com a lei, deve considerar o reconhecimento da condição de ignorância do analista perante o desamparo vivenciado pelo sujeito ao longo de sua vida, incluindo a passagem adolescente, pois este desamparo o deixa envolto a um excesso de excitação que não pôde ser suficientemente simbolizada (ROSA JUNIOR, 2006).

A importância da função das palavras se coloca como forma de expressão de um sujeito que sofre e pede reconhecimento, mesmo que seja para pagar a sua culpa, que segundo Freud (1930/2006), origina-se pelos impulsos libidinais relativos ao complexo edípico. Neste sentido, a psicanálise teria como papel demonstrar o caráter simbólico do crime ao sujeito (CRUZ, 2011).

É relevante também a consideração do envolvimento dos familiares no tratamento terapêutico, pois como foi relatado ao longo de todo esse trabalho, eles possuem significativa influência na ocorrência no delinquir juvenil. Sabe-se que muitos se recusam a este envolvimento por delegarem a responsabilidade do cuidado de seus filhos ao Estado, como bem apontou a mãe de Carlos em audiência. Apesar de não comparecerem quando solicitado, é função dos serviços convocarem esses familiares, na tentativa de responsabilizá-los e mostrar a discordância de opiniões semelhantes aos da mãe de Carlos. Uma outra questão que se coloca é da Fundação Casa quanto ao seu objetivo recuperativo. Como citado no relato dos casos, apenas José parou com os atos infracionais após sair de uma internação nesta instituição. Foi perceptível uma mudança nos adolescentes no período em que ficaram internados, pois se sujeitaram às regras, provavelmente em função da necessidade de um bom comportamento para alcançar a liberdade. Nos atendimentos, Felipe e Francisco mantinham

um discurso colado ao que imaginavam ser uma demanda social direcionada a eles, pois afirmavam que quando saíssem do período de internação, certamente iriam voltar para a escola, trabalhar, cumprir a LA e parariam de delinquir. No entanto, quando saíram, Francisco e Felipe voltaram a transgredir.

Por outro lado, é de extrema relevância o caráter de responsabilidade presente na internação em Fundação Casa. Corroborando com esta colocação, Lacan (1950/1998) afirma que a responsabilização e o assentimento subjetivo se faz necessário à significação de qualquer aplicação de punição ou castigo, seja pelo próprio sujeito, seja pela aplicação prevista no código penal. A lei jurídica, assim, seria aquilo que precisa se presentificar, fazendo a função de barramento ao gozo, devido a algo que falha na simbolização da lei edípica.

A reclusão como forma de cuidado parece não ser efetiva, o que impõe novos desafios. Apesar da adoção de novos modelos interventivos, como o NPPE e CAPS, alguns atravessamentos acabam refletidos no manejo com esses adolescentes. O poder judiciário, apesar de estar cada vez mais aberto a considerar o parecer e avaliações realizadas pelos serviços citados, atravessa o trabalho interventivo realizado com os adolescentes por meio de decisões que não permitem a finalização do processo que estava sendo realizado. Considerando o espaço terapêutico como lugar em que está presente a transferência, a interrupção abrupta do acompanhamento pode reverberar como uma repetição do abandono, seja real ou simbólico, por eles vivenciados em algum momento. Em relação aos casos, este atravessamento jurídico ocorreu com Carlos e Daniela, que foram encaminhados para outros locais de moradia sem o conhecimento do CAPS, o que impossibilitou a realização do desligamento.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo procurou, a partir da orientação de Freud e Lacan, lançar algumas considerações sobre o ato infracional por meio da investigação dos processos constitutivos desde os primórdios da infância até a adolescência, na tentativa de verificar ligações entre este último período e a ocorrência dos fenômenos transgressores. Buscou-se também verificar o processo de internalização da lei e sua relação com a delinquência e posteriormente apontar para possibilidades que auxiliem a pensar na direção de tratamento com adolescentes em conflito com a lei. Considerando a especificidade de cada caso citado, tais adolescentes foram encaminhados para tratamento por apresentarem comportamentos violentos, marcados por histórias de vida com episódios de agressões sofridas e/ou recebidas, contexto familiar violento, abandono parental e/ou frequente desafio a limites impostos pelas leis de convívio social e jurídicas.

Verificou-se que as primeiras experiências infantis, que possuem uma fundamental importância na construção do aparelho psíquico, dependem e muito das figuras parentais ou substitutivas na ocorrência dos processos de formação do Eu e do Outro, cuja consolidação se dá por meio da internalização da lei enquanto sinalizadora da castração e existência do sujeito. O registro simbólico da lei depende da presença de um outro que apareça enquanto figura de identificação para a criança, que possibilitará a inscrição de uma alteridade, a orientação de seu desejo, a constituição de uma identidade sexual e escolha de objeto sexual. Os adolescentes que transgridem a lei, apresentam questões ligadas exatamente a este processo de inscrição da mesma e conflitos psíquicos elencados a tais aspectos.

Percebeu-se que as figuras referenciais dos adolescentes mencionados neste estudo aparecem como um Outro onipotente, fálico e que goza plenamente, falhando na função de apontar para a falta.

Com as complexas relações e laços familiares dos jovens infratores junto a este Outro gozador, o adolescente se vê desamparado e solitário, criando um impasse na subjetivação da diferença sexual e portanto da castração. A transgressão aparece como uma resposta ao lugar de identificação com as figuras referenciais que também transgridem a lei - viu-se que a mãe ou substituta posiciona o filho no lugar de identificação com o conjuge, fixando-o no lugar de seu falo imaginário; já o pai ou substituto parece se assemelhar ao pai totêmico, mantendo o filho numa posição de rivalidade com ele. Assim, a transgressão do adolescente aparece no real enquanto ato, na suplência de que alguém represente a lei, para fazer barra ao gozo. Ou

também, em casos mais extremos, na ocupação do lugar de objeto *a*, sem menção ao Outro e sem qualquer atravessamento simbólico pela emergência do real sem-sentido.

Esta insistente busca pela lei feita pelo adolescente por meio da delinquência parece inalcançável, visto a falta de implicação dos pais e familiares em dispender cuidados e apoio aos filhos. O adolescente passa a ser problema do Estado, uma instância sem nome e figura. O juiz muitas vezes representa o Estado e se mantém exercendo esta função durante a passagem do adolescente pela Fundação Casa. A drástica mudança de comportamento nos adolescentes nos períodos de internação, em que acatam regras e normas, mostra que a existência de alguém que encarna a lei paterna permite o cessar das condutas violentas e a nomeação de um desejo de parar de delinquir.

Fica também evidente, por meio da discussão realizada a partir dos preceitos psicanalíticos, que os fenômenos transgressores estão relacionados a fatores de ordem singular, as figuras referenciais, a formação subjetiva do sujeito e também as transformações adolescentes. Além disso, a relação estabelecida neste estudo entre as mudanças oriundas das transformações da adolescência e delinquência a partir da interlocução com alguns autores, lança outras questões acerca dos atos infracionais.

Sobre a direção de tratamento, viu-se que no processo interventivo no campo psicanalítico, a construção de novos modelos de identificação é de grande relevância para estes jovens, cujo laço social foi fundado no abandono, na agressividade e na violência, que deixaram marcas em sua constituição subjetiva. É importante também a criação de um espaço de escuta que, respaldado na ética psicanalítica, permita o surgimento de um sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas. Este trabalho é de grande relevância, pois permite que eles reflitam sobre sua realidade, elaborem questões e se coloquem em relação ao próprio dizer, facilitando o assentimento subjetivo em relação ao ato realizado, o que poderá abrir novas possibilidades, saídas e escolhas, para além de um circuito destrutivo e à margem da lei. Para isto, é necessário sempre uma posição de questionamento por parte dos profissionais para evitar qualquer tipo de acomodação ou conformidade com o que parece estar fixadamente instituído.

Todo este trabalho não é nada simples, pois são muitos os órgãos, instâncias e serviços envolvidos no tratar do adolescente infrator, o que parece aumentar a complexidade do trabalho a ser desenvolvido.

Apesar dos avanços com a implementação do ECA junto a criação de políticas públicas voltadas ao cuidados dos jovens infratores, é imenso o desafio de eliminar ou diminuir esse tipo de conduta tão arriscada e destruidora. Dos seis casos citados neste

trabalho, por exemplo, em apenas um o adolescente cessou com as condutas delinquentes, o que indica a necessidade de repensar estes modelos de tratamento. O enfoque reabilitativo parece se tornar ineficaz por desconsiderar no surgimento destes comportamentos o adolescente enquanto sujeito além do grande Outro familiar ou substituto.

A fragmentação do cuidado em diferentes serviços, leva a um esmagamento do adolescente enquanto sujeito, cuja palavra é secundarizada para a prevalência de opiniões, discussões e decisões de vários serviços – MSE, DEIJ, CAPS - unificadas nas audiências e decisivas nos encaminhamentos dos casos. Dito de outra forma, a avaliação dos serviços envolvidos como condição para as determinações legais e judiciais, acabam considerando o dizer adolescente, enquanto sujeito, como mais um dado dentre vários fornecidos pelas equipes destes órgãos e intuição de saúde.

Neste sentido, considerando as propostas interventivas, parece haver uma grande discrepância entre aquilo que os serviços ofertam como cuidado e o que estes jovens de fato almejam. Muitos não percebem suas condutas como erradas e não se convencem de que aquilo que lhe é indicado, é o melhor. Como mencionado no trabalho, a adolescência é época da queda do outro enquanto ideal. As verdades colocadas pelos adultos são recebidas com certa desconfiança. Junto a isso, o desamparo em que os jovens citados neste estudo foram lançados diante da ausência de figuras referências, tendem a aumentar ainda mais a incredulidade em relação ao outro, destituído de saber.

Além disso, o cuidado reabilitativo é acompanhado e conseqüente associado a medidas punitivas e obrigatórias, como a internação em Fundação Casa e a necessidade do cumprimento de atividades ligadas ao MSE como condição para a extinção de sua medida. O adolescente recebe um cuidado com enfoque reabilitativo, porém, lhe é oferecido de uma forma compulsória e inquestionável muitas vezes. Com isso, mesmo que os serviços como o CAPS e ao NPPE sejam serviços de saúde sem qualquer ligação com as instâncias jurídicas, acabam sendo atrelados a elas, o que parece dificultar o processo de vinculação e adesão do adolescente. Conclui-se portanto que o ato infracional se liga ao funcionamento subjetivo, sendo necessário, muito além da tentativa de eliminação da delinquência por meio da reclusão ou benevolência, a intervenção nas causas subjacentes e a consideração do ato enquanto prática e responsabilidade de um sujeito.

Deste modo, para a busca de um reordenamento da estrutura e da doutrina do sistema socioeducativo, é fundamental a efetivação de políticas públicas e modelos interventivos que considerem as dimensões clínica, educativa, social e política, pautados em uma visão integral do sujeito, enquanto detentor de um saber sobre o próprio desejo. A capacitação continua, a

organização dos profissionais, a proximidade de todas estas instâncias de uma forma transversal e a troca de experiências parecem necessárias para a efetivação de modelos mais integrados.

Como já mencionado, na tentativa de resposta aos questionamentos lançados nesta pesquisa muitos foram os enigmas surgidos, abrindo possibilidade da continuidade de novos projetos que contribuam para o embasamento científico envolvendo o ato infracional na adolescência, um assunto tão complexo mas ao mesmo tempo tão atual na contemporaneidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, S. **Esse sujeito adolescente**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2009

ALBERTI, S. **O adolescente e o outro**. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

BECKER, A.G.; POLI, C. Adolescência: Uma abordagem na psicanálise lacaniana. In: MACEDO, M.M.K. (Org.) **Adolescência e Psicanálise: Intersecções possíveis**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010, 2 ed., p. 201-210

BENHAIM, M. O materno e a delinquência. **Revista Ágora**. Rio de Janeiro, RJ. v. 11, n 1, p. 9-16, jun/jul 2008

BERTOL, C.E. **Inscrição da lei, constituição subjetiva e masculinidades: cenas de adolescentes cumprindo medida socioeducativa**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010

BRASIL. DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990.

CECCARELLI, P. R. Mal-estar na identificação. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**, São Paulo, n. 93, p. 37-46, 1997

CONTE, M., Ser herói já era: seja famoso, seja toxicômano, seja marginal! In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES. **O adolescente e a modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 147-152

CORSO, M. CORSO, D.L Game Over. ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999, 2 ed. p. 81-96

COSTA, A.M.M. O eterno hoje e o tempo da atividade adolescente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES. **O adolescente e a modernidade**. Rio de Janeiro, 2000. p. 147-152

CRUZ, H.M.; **Contribuições da psicanálise ao estudo da delinquência**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2011

DARRIBA, V. A. STENZEL, M. O ato na adolescência como resposta à inconsistência do Outro. **Revista LatinoamJoséana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, SP. v. 18, n 3, p. 477-489, set./dez. 2013

FEDIDA, P. **Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 1992

FERREIRA, M.B. (Org) **Aurélio: O Dicionário da língua portuguesa**. 8ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010

FREUD, S. (1901-1905). Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 2006

\_\_\_\_\_. (1906-1908). Gradiva de Jensen e outros trabalhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. vol. IX, Rio de Janeiro: Imago, 2006

\_\_\_\_\_. (1912-1913). Totem e Tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIII, p. 21-192

FREUD, S. (1914) Recordar, Repetir e Elaborar. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XII, p. 163-170

\_\_\_\_\_. (1914). Sobre o Narcisismo: Uma Introdução. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIV, p.77-110

\_\_\_\_\_. (1920). Além do princípio do prazer. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. vol. XIV. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-239

\_\_\_\_\_. (1921). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. vol. XV. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-113

\_\_\_\_\_. (1923-1925). O Eu e o Id, Autobiografia e Outros Textos. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. vol. XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

\_\_\_\_\_. (1930). O futuro de uma ilusão, mal estar na civilização e outros trabalhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 2006

\_\_\_\_\_. (1933[1932]) Feminilidade In: In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XXII, p. 113-134

\_\_\_\_\_. (1939 [1934-1938]) Moisés e o monoteísmo. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXIII, p. 19-152

GUERRA, L.; MARCHETTI, M. Dados do último boletim estatístico da Fundação Casa. **Jornal do Campus**. São Paulo, 10 mai 2013. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br>>. Acesso em: 28 ago 2014

JERUSALINSKY, A., Traumas da Adolescência. ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999. 2 ed, p. 10-28.

LACAN, J. (1948) Agressividade em psicanálise. In: \_\_\_\_\_ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 105-126

\_\_\_\_\_. (1949) “O estádio do espelho como formador da função do eu ”. In \_\_\_\_\_: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 96-103

\_\_\_\_\_. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: \_\_\_\_\_ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 127-151

\_\_\_\_\_. (1950) Premissas ao desenvolvimento possível da criminologia. In: \_\_\_\_\_ **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 127-132

\_\_\_\_\_. (1953-1954) O Seminário, livro 1. Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986

\_\_\_\_\_. (1954-1955) **O Seminário livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985

\_\_\_\_\_. (1956-57). **O Seminário, livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995

\_\_\_\_\_. (1957-58a). **O Seminário, livro 5: As formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

\_\_\_\_\_. (1958b). A significação do falo. In:\_\_\_\_\_ **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 692-703

\_\_\_\_\_. (1959-1960). **O Seminário, livro 7: A ética em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

\_\_\_\_\_. (1962-1963). **O Seminário, livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

\_\_\_\_\_. (1964). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 807-842

\_\_\_\_\_. (1969-1970). **O Seminário, livro 17: O Averso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

LIPPI, S. Os percursos da transgressão (Bataille e Lacan). **Revista Ágora**. Rio de Janeiro, RJ. V. 12, n 2, p. 173-183, jul/dez. 2009

MARIN, I.S.K. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, SP. v. 6, n 3, p. 94-109, set 2003

MELMAN, C. Os adolescentes estão sempre confrontados com o minotauro. ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999. 2 ed, p. 29-44

\_\_\_\_\_. **Alcoolismo, delinquência, toxomania: uma outra forma de gozar**. São Paulo: Escuta, 2000

MOURA, M.C.M.; PINHEIRO, M.L.E. Adolescência: sintomas da modernidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES. **O adolescente e a modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 232-241

NOGUEIRA, C.S.P. **A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo**. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2006

OLIVEIRA, M.B. O jovem transgressor e suas implicações na ação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES. **O adolescente e a modernidade**. Rio de Janeiro, 2000. p. 226-231

PEREIRA, L.S., Metamorfose Ambulante. ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999. 2 ed, p. 97-104

PINHO, G.S. Acting out e passagem ao ato: algumas questões a partir da análise da jovem homossexual. In: RELENDO FREUD E CONVERSANDO SOBRE A APPOA - **A psicogênese de um caso de homossexualidade feminina**. 2002. Canela: APPOA. 2002, p. 76-81

POLI, M.C. **Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012

RASSIAL, J.J. A adolescência como conceito da teoria psicanalítica. In: ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. **Adolescência: entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1999. 2.ed. p.45-74

RASSIAL, J.J. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005

REFOSCO, L.L. **Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei**. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2012

ROSA, N.C.D.F. **Adolescência e Violência: Direção do Tratamento Psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2006

ROZA, G. Pulsão de Morte. In: \_\_\_\_\_ **O Mal Radical em Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999, p. 127-145

SALUM, M.J.G. **Psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões, violência na clínica psicanalítica contemporânea**. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2009

SANTOS, T.C. Sobre a clínica da psicanálise de orientação lacaniana: dos impasses da sexuação à invenção do parceiro-sinthoma. **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, RJ, v. XII n. 1. p.9-26, jan/jun 2009

SANTOS, T. C.; ZEITOUNE, C.M. Amor, impasses da sexuação e ato infracional na adolescência. **Tempo psicanalítico**. Rio de Janeiro, RJ, v. 43, n. 1, jun 2011 . Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/>>. Acesso em 5 jan 2015

SÃO PAULO, SP..Lei Estadual nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a mudança a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP, passa a denominar-se Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Disponível em < <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129750/lei-12469-06> >. Acesso em: 3 set 2014

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenação das Subprefeituras. São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias> >. Acesso em: 11 abr 2015

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004, p. 130-159

SOLBERG, M.H.C. **Adolescência: Segundo tempo de constituição do sujeito**. 2010. 93f. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010

TRUFFI, R. Uma em cada três unidades da Fundação Casa tem superlotação. **Carta Capital**. São Paulo 8 mai 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-em-cada-tres-unidades-da-fundacao-casa-tem-superlotacao-acima-do-permitido-pela-justica-2637.html>> . Acesso em: 13 set 2014

TUBERT, S. O enigma da adolescência: enunciação e crise narcísica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES. **O adolescente e a modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 23-39

ZEITOUNE, C.M. **A clínica psicanalítica do ato infracional: os impasses da sexuação na adolescência**. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2010

## **ANEXO – FRAGMENTOS DE CASO**

### **CARLOS – 15 ANOS**

#### **ENCAMINHAMENTO**

Carlos, 15 anos, foi encaminhado para acompanhamento no CAPS pelo abrigo onde havia acabado de ser inserido, por apresentar muitos comportamentos agressivos. Foi acompanhado entre setembro de 2012 a junho de 2013. Nunca houve demanda verbal para atendimento pelo adolescente, porém, o mesmo comparecia regularmente, se ausentando raramente, o que indicava transferência.

#### **DADOS DA HISTÓRIA**

Carlos, 15 anos, é o terceiro filho de cinco irmãos maternos, porém, foi o primeiro que Silvia, sua mãe, decidiu criar, pois os dois mais velhos foram abandonados na cidade de origem da mesma. **Segundo Silvia, ela estava se relacionando com dois homens diferentes quando engravidou de Carlos, por isso, nunca soube quem era o pai.** Para o filho, disse saber quem era seu pai mas afirmava que não tinha nenhuma informação sobre seu paradeiro.

Como não tinha nenhum familiar na cidade onde residia no Nordeste, Silvia decidiu ir morar em São Paulo junto com o filho, no intuito de encontrar um emprego. Nos primeiros anos, viveram com muitas dificuldades financeiras e chegaram a permanecer um tempo em situação de rua. Quando Carlos tinha 3 anos, Silvia conheceu seu atual marido, Roberto, com quem logo foi morar, levando junto seu filho. Durante o período de relacionamento, o casal teve dois filhos, um de 9 anos e um caçula de 4 anos.

**Carlos teve uma infância marcada por episódios de muita violência dentro e fora do contexto familiar.** Em função disso, o caso do adolescente é acompanhado pela Vara da Infância desde quando ele era criança. Tanto a mãe como o padrasto batiam muito em Carlos. Segundo informações adquiridas sobre o caso, quando tinha 6 anos, Carlos foi espancado com um pedaço de pau pela mãe e o padrasto por conta de uma lata de Mucilon, leite em pó. A escola fez um boletim de ocorrência por ver as marcas roxas no menino.

Carlos começou a apresentar os primeiros comportamentos transgressores e agressivos ainda na infância. Com 8 anos, roubou um estilete de um colega da escola, além de fazer pequenos furtos em mercados. Na escola, brigava constantemente com seus colegas e

apresentava um histórico com muitas evasões e interrupções na frequência escolar. Quando começou o acompanhamento no CAPS, estava cursando o nono ano do ensino fundamental.

Com 15 anos, foi abrigado após um episódio em que foi muito agredido pela mãe e o padrasto.

## **TRABALHO INTERVENTIVO**

Apesar da demanda não espontânea, Carlos sempre comparecia aos atendimentos, o que indicava transferência. O adolescente apresentava um repertório verbal muito empobrecido simbolicamente. No início do tratamento, muitos atendimentos eram permeados por grande silêncio de sua parte. Eram necessários questionamentos para que ele falasse. **Aparecia em seu discurso, somente falas auto afirmativas e onipotentes.**

**Em um dos primeiros atendimentos, disse que foi para a Fundação Casa duas vezes.** No entanto, era algo da ordem da fantasia, pois consultando o histórico do seu caso, nada constava sobre. Falava com certa notoriedade sobre os furtos que já havia cometido. Relatou que seu primeiro furto foi quando ainda era criança, em que roubou de um colega um canivete.

**Sobre seu abrigamento, Carlos dizia que “aceitou”<sup>13</sup> para proteger a mãe, pois sabia que se continuasse na casa do padrasto, ele a expulsaria e não teria onde morar.** Mantinha uma fala muito idealizada da mãe, sendo a única figura com quem mantinha uma relação de afeto. No seu discurso, outras pessoas eram referenciadas de forma hostil e com certo rechaço. **Contava diversas histórias de agressão a colegas na escola, em quem batia por conta de provocações.** Também se referia ao seu padrasto com grande crítica, repetindo diversas vezes que o odiava. A única pessoa, além de Silvia, que falava com certa afeição era o pai, a quem desejava muito conhecer e conviver, apesar de não saber se quer seu nome. Disse que a mãe sabia quem ele era, porém, não sabia de seu paradeiro. Repetia diversas vezes que um dia iria conhecê-lo.

**Atrelava a escassez do vínculo à falta de confiança que tinha nas pessoas. Em um atendimento, citou duas pessoas em quem confiava: um colega da “Febem” (fala do adolescente) e a sua mãe.** Sobre o primeiro, afirmou que conseguiu confiar depois que o menino lhe defendeu de uma briga, dentro da Febem. Já na mãe, dizia confiar porque ela “tinha oportunidade de colocar veneno na sua comida, mas nunca fez isso”.

---

<sup>13</sup> Todas as palavras, frases e expressões delimitadas com aspas foram falas dos adolescentes.

Durante o período de abrigamento, a mãe esporadicamente visitava-o. Após ser convocada várias vezes, compareceu em um atendimento no CAPS. Silvia tinha uma fala dúbia sobre o filho, pois ao mesmo tempo em que dizia amá-lo, expunha que ele não podia morar com ela por conta do marido e de sua família, que não aceitava o adolescente. **Além de falar um pouco sobre o filho quando criança, era nítido em seu discurso a dualidade estabelecida entre o padrasto e o Carlos, de modo que a presença de um excluía a do outro.** Enquanto equiparado ao padrasto, Carlos e a mãe mantinham uma fala de certa forma marital. **Em determinado momento do atendimento, a mãe chega a dizer que Carlos lhe falou “não posso encontrar ninguém, senão perco você”.**

A partir da transferência, pude perceber que o adolescente se impunha com um silêncio que se fazia ouvir, pois era muito difícil sustentá-lo. Em dois atendimentos, tive manejos drásticos, repetindo o comportamento imponente do adolescente. Por outro lado, em uma sessão que me mantive em reserva e com falas mais sutis, o adolescente chega a dizer “você está com cara de que quer desabafar”. **Isso mostra o quando Carlos se comporta e se relaciona da mesma forma como vê o outro, enquanto espelho.**

Considerando o caso, adoto como linha de tratamento, investir na fantasia do adolescente de encontrar um pai, o que poderia permitir a ele encontrar a lei, algo que tanto almejava, tendo em vista a fantasia ligada à Fundação Casa e os sucessivos episódios de brigas que se envolvia. Além disso, o aparecimento da lei também faria barra a fixa idealização da mãe.

**Durante o acompanhamento, Carlos se envolveu em brigas na escola com vários alunos. Já no abrigo, se desentendeu especificamente com um adolescente, mais novo do que ele. Depredou várias portas e objetos do abrigo.** Em um destes episódios, a guarda municipal foi chamada. Em audiência sobre o caso, em que compareceram conselho tutelar, coordenadora do abrigo, representantes do CAPS e Silvia, o adolescente foi encaminhado para a Fundação Casa (por estar de certa forma num limbo, cuja presença não se adequava a nenhum lugar). **Nesta audiência, a mãe foi enfática em dizer que não dava nem queria receber o filho de volta.**

Após um período de 45 dias, saiu da internação e voltou a residir no mesmo abrigo. Com isso, retornou o acompanhamento no CAPS. Depois desta passagem, **Carlos desconsidera a mãe como uma figura de confiança, já que para ele, ela optou em ficar ao lado do padrasto. Dizia ser sozinho e repetia o desejo de conhecer o pai.**

**Depois disso, voltou a quebrar objetos e móveis no abrigo com maior frequência e violência, além de ameaçar outros moradores e funcionários. A queda do referencial**

**materno, colocou o adolescente num grande sofrimento, pois não havia algo nem ninguém que pudesse ocupar o lugar de ideal para ele.** Por isso tenta construir imaginariamente um pai para fazer barra. **A partir dessas inúmeras passagens ao ato, durante os atendimentos, tento manejar de forma que ali fosse um espaço para que ele falasse e com isso criasse a figura de um pai, que pudesse se tornar um referencial identificatório para exercer uma função simbólica.**

Porém, durante este trabalho, após mais um episódio de agressividade, foi encaminhado para uma Clínica de moradia fixa de pacientes com transtornos mentais, localizada em outro município. Essa mudança foi feita por um serviço ligado à rede de assistência e não foi comunicada. Com isso, não foi realizado ao menos um atendimento de desligamento.

## **DANIELA – 16 ANOS**

### **ENCAMINHAMENTO**

Adolescente foi encaminhada por ordem judicial para uma instituição de moradia transitória para adolescentes no município de São Paulo. Daniela chega ao serviço após 5 meses internada em um Hospital Psiquiátrico, encaminhada com um laudo cujo diagnóstico era “transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas” (SPA). Foi internada no Hospital acima referido após decisão judicial, já que seu caso era acompanhado há algum tempo pela Vara da Infância do município de residência, devido à situação de vulnerabilidade social e diversos processos judiciais por furtos cometidos por Daniela.

### **DADOS DA HISTÓRIA**

Daniela, 16 anos, é filha do meio de seus pais. Tem um irmão de 18 anos e uma irmã de 11 anos. Ao longo da infância, a adolescente residiu entre a casa dos pais e a da avó materna. Segundo Ana, uma tia paterna, **os pais de Daniela eram usuários de drogas e por isso não tinham condições de cuidar de seus filhos.** Regina, a mãe da adolescente, chegou a ficar em situação de rua por vários períodos ao longo dos anos. Em função disso, o irmão mais velho da adolescente, foi morar com Ana quando ainda tinha seis meses.

Ao longo da infância, Daniela foi uma criança muito agitada e agressiva. Em um episódio na escola, chegou a arrancar um pedaço da orelha de um colega. **Com 12 anos, Ana**

**começou a fazer uso de SPA, traficar drogas e cometer alguns furtos. Segundo Ana, foi Felipe, o pai da adolescente que lhe influenciou a usar drogas e se envolver com o tráfico.** Nesta época, parou de frequentar a escola.

A mãe de Daniela, que será chamada aqui de Regina, faleceu quando a adolescente tinha 14 anos, por complicações do vírus HIV, contraído e não tratado. Depois da morte de Regina, a irmã mais nova da adolescente foi residir com Ana. Daniela ficou morando com o pai, pois Ana a preteriu pelo seu histórico de “comportamentos rebeldes e uso de drogas”. Após a morte da mãe, o uso de SPA se intensificou e Daniela passou vários períodos em situação de rua, até sua internação no Hospital acima referido. **Daniela estava ameaçada no território de residência pelos vizinhos, em função dos diversos furtos que cometeu; e por traficantes, por ter atraído a polícia até o ponto de venda. Após um episódio de furto, alguns vizinhos agrediram física e sexualmente Daniela, introduzindo um pedaço de pau no seu ânus. Nesta época ficou bastante debilitada fisicamente e acamada. Porém, logo após melhorar, evadia e voltava a ficar na rua.**

Em função deste comportamento, a adolescente foi encaminhada para vários abrigos do município, mas sempre evadia, ficando várias vezes em situação de rua. Estava morando com a avó materna um pouco antes da internação no Hospital acima referido. Na data do acolhimento de Daniela no CAPS, o pai estava internado em uma comunidade terapêutica para tratamento de dependência química.

## **TRABALHO INTERVENTIVO**

A adolescente foi acompanhada pela equipe do CAPS por 6 meses, dentre eles 3 frequentando o serviço e 3 durante um período de internação. Ao longo deste período ocorreram muitas atravessamentos e intervenções, o que dificultou o trabalho interventivo.

No início dos atendimentos, Daniela afirmava que apesar de ter sido encaminhada, queria o tratamento, pois “queria mudar de vida”. Porém, todos os atendimentos ocorriam quando as referências do caso lhe lembravam e na maioria das vezes era encerrado pela adolescente. Comparecia ao serviço com frequência, mas por um curto período de tempo, pois dizia que “não conseguia ficar parada”.

**Neste início, falava muito pouco, se limitando a responder as perguntas feitas para ela. Se mantinha muito dispersa, embotada e alheia a própria condição.** A única coisa que falava mais longamente era da mãe, a quem dizia sentir muita saudade. Percebia um discurso idealizado desta mãe, cuja morte aparece como marco do início de seus

comportamentos transgressores, pois Daniela afirma que começou a fazer uso abusivo de SPA crack e furtos, somente depois deste falecimento. Segundo seu relato, o pai, assim como ela, também começou a usar drogas após a morte de Regina.

Ao longo do acompanhamento da adolescente, foram realizados alguns atendimentos com uma tia materna, principal figura de referência apesar de não ser legalmente responsável pela adolescente. **Ana compara Daniela a Regina, que por muito tempo foi andarilha, se prostituía e fazia Uso de SPA.** Nunca cuidou dos filhos. Depois de Daniela, Regina teve um outro filho, que acabou falecendo depois que a mãe dormiu em cima dele enquanto amamentava.

Vinte dias após o começo do acompanhamento no CAPS, a adolescente evadiu do local onde estava residindo. No dia seguinte a saída, Ana, a tia materna, entra em contato para informar que a sobrinha estava em sua casa, no município de origem da mesma, onde permaneceu por 3 dias. Ana trouxe a sobrinha de volta para São Paulo. **Durante este curto período, segundo a tia, Daniela ficou em situação de rua, cometeu pequenos furtos na vizinhança e voltou a ser ameaçada por traficantes e alguns vizinhos.**

Daniela voltou debilitada e com notório uso de SPA. Em função disso, ficou 4 dias em hospitalidade noturna, porém, saiu por vontade própria antes da alta e voltou para a Instituição onde estava residindo anteriormente. **Nesta segunda passagem pelo serviço, comparecia ao CAPS mas demonstrava maior resistência na adesão aos atendimentos individuais.** A fala de que queria ajuda “para mudar de vida” não apareceu mais. Mantinha uma fala lentificada, confusa, além de grande inquietação durante os atendimentos. **Mais uma vez mostrava aparente indiferença quanto aos fatos ocorridos com ela na passagem pelo seu município de residência.** Pontua esta falta de implicação em relação a própria história e da violência que sofria. Se limita a responder que queria voltar para o município de residência para ficar perto da família. Também assinalo que da última vez que fez isso, mal passou pela casa da avó e da tia e logo foi para a rua, onde permanecia. Durante o período em que ficava no CAPS, direcionada constantes demandas as referências de seu caso. **Quando tais demandas eram respondidas, quase que imediatamente, demandava uma outra coisa. Pontuamos essa inconstância como forma de evitar o contato com o sofrimento, que por não passar pela via da palavra, aparecia através do ato autodestrutivo.**

Após alguns atendimentos se limitando a fazendo vários pedidos, Daniela verbaliza que tinha muita vontade de voltar para seu município apesar das ameaças. Repetia que queria estar perto da família, especificamente de Ana e da avó. Também conseguiu dizer que tinha muita saudade do pai e gostaria de visitá-lo na comunidade terapêutica onde estava sendo

acompanhado. Logo depois, Daniela evade mais uma vez e vai direto para o seu município de residência, onde permanece por dois dias e só retorna levada por sua tia, Ana. **Depois de seu retorno, sua fala quanto ao desejo de voltar para seu município se intensificou. Com isso, os atendimentos ficavam muito focados no questionamento deste desejo, neste empuxo-ao-gozo, além de serem feitos vários apontamentos enquanto colocação de limite, no intuito, em transferência, de tentar evitar uma nova evasão, pois cada vez que isso acontecia um novo risco de morte se efetivava.** Daniela se silenciava diante das colocações ligadas a sua intensa pulsão de morte; demonstrava grande resistência, e se limitava a dizer da falta que sentia da família, da mãe e do pai, com quem repetia insistentemente querer voltar a morar. Em um dos últimos atendimentos realizados, afirmou que era muito parecida com a mãe, na aparência e personalidade.

Um tempo depois, roubou um celular e voltou a seu município de moradia, ficando desta vez por 7 dias. Mais uma vez ficou a maior parte do tempo na rua e raras vezes ia na casa da tia ou avó, que não conseguiam segurá-la. Em uma das idas na casa da avó, Daniela adormeceu e a tia conseguiu mantê-la trancada e acionou o conselho tutelar, pois a adolescente apareceu muito machucada e com graves escoriações no pescoço, com nítida marca de estrangulamento. Como a adolescente se recusava a sair do seu município, a tia mentiu e disse que iria levá-la ao médico quando na verdade a levou de volta ao CAPS (sem o nosso conhecimento). Daniela chegou ao serviço extremamente arredia, chegando a agredir algumas pessoas. Disse que não queria retornar para São Paulo e nem para o tratamento no CAPS, mas aceitava uma nova internação. Tendo em vista os riscos que estava correndo e quadro debilitado, ela acabou sendo encaminhada para internação em uma Unidade de atendimento de adolescentes usuários de drogas.

Permaneceu neste serviço por 3 meses. Neste período foram realizados atendimentos semanais com a adolescente naquela Unidade. Inicialmente, logo que me viu, pediu para ir visitar o CAPS e disse que queria sair da internação. Pontuo sua inquietação nos lugares, que sempre eram incabíveis e indesejados para ela. Mais uma vez se esquivava em falar sobre suas questões. Porém, quando pontuo ela escuta sem interferir com a criação de demandas.

**Ao longo dos atendimentos, Daniela vai sistematicamente iniciando um discurso mais apropriado de sua história, já que conseguiu pensar e se questionar sobre diversas coisas. Diz que suas idas para o município em que nasceu ocorriam pelo desejo que tinha de morrer, surgido depois da morte da mãe. Não queria mais viver sem a mãe. Retomo a fala de que ela se achava parecida com a mãe, e que portanto, se colocava num lugar semelhante a ela, ou seja, de morta.** Também conseguiu dizer, neste mesmo atendimento,

que seus machucados no pescoço foram provocados por uma tentativa de estrangulamento de um homem que não queria pagá-la após ter se prostituído com ele.

No último atendimento realizado, a adolescente disse que seu pai foi visitá-la e que fizeram planos de morarem juntos. Porém, soube depois que ele afirmou no Conselho Tutelar que não tinha condições de cuidar da filha. Além disso, teve uma nova recaída, voltando a fazer uso de drogas. Após sair da internação, Daniela foi inserida no PPECAAM (Programa de Proteção a Adolescentes Ameaçados de Morte) e encaminhada para um abrigo fora de seu município de origem. Por se tratar de um programa de proteção, não tivemos acesso ao nome do local em que ela estava.

## **FRANCISCO – 15 ANOS**

### **ENCAMINHAMENTO**

Por ordem judicial. No início do acompanhamento estava internado na Fundação Casa pela quarta vez, sendo decidido em audiência seu encaminhamento para tratamento terapêutico em CAPS.

### **DADOS DA HISTÓRIA**

Francisco é o terceiro filho de cinco que os pais tiveram. **Sergio, seu pai, era alcoolista e maltratava com violência física a mulher e seus filhos. Francisco viveu os primeiros anos de sua infância neste contexto.** Quando o mesmo tinha 6 anos, Sérgio começou a abusar sexualmente dele e de mais uma irmã, Manuela, e um irmão. Segundo o adolescente, o pai chegava muito embriagado e violento em casa. Com isso, sua mãe acabava indo para a casa de suas irmãs e deixava o marido sozinho com os filhos. Era nesses momentos que os abusos aconteciam. Depois de alguns meses, ele, com 7 anos, e Manuela, de 12, resolveram ir até uma delegacia para denunciar o pai, que acabou preso. No entanto, a família paterna e a mãe fizeram com que ambos voltassem atrás na denúncia para que Sérgio saísse da cadeia. Depois disso, Francisco e a irmã foram abrigados. O adolescente perdeu o contato com a família, que não demonstrou interesse em estar perto. As únicas pessoas com quem manteve contato até os dias atuais é Manuela e Pedro, um irmão mais velho, que parecem preocupados com seu cuidado.

**Até os 12 anos, Francisco teve uma morada muito conturbada nos abrigos onde residiu, em função dos constantes desentendimentos com outras crianças e episódios de**

**agressividade. Quando tinha 13 anos, foi residir com Pedro, sua esposa e a família da mesma. Porém, pela permanência dos comportamentos agressivos e brigas que tinha com a família da cunhada, acabou voltando a ser abrigado.**

Quando ainda tinha 13 anos, Francisco tentou agredir uma moradora do abrigo com uma faca e com isso foi para a Fundação Casa, onde ficou por 2 meses. Após esta passagem, saiu mas logo depois foi flagrado em uma tentativa de homicídio e mais uma vez foi preso, ficando desta vez por 6 meses. Há cerca de 1 ano, pela terceira vez se envolveu em um episódio de violência contra um morador do abrigo onde residia e retornou a ser internado na Fundação Casa, onde permanece até os dias atuais. Durante essa última passagem, começou a se auto flagelar, promovendo graves e profundos cortes nos braços e pernas, motivo de seu encaminhamento para acompanhamento no CAPS. Quando questionado sobre o motivo das auto- agressões, Francisco diz que foi orientado pelos colegas da unidade onde está internado a fazer esse tipo de machucado, pois o ajudaria a sair mais rápido.

## **TRABALHO REALIZADO**

Os atendimentos foram iniciados recentemente. No início, o adolescente se mostra dócil e receptivo ao cuidado que o CAPS oferece. Já no segundo dia, ele entregou uma carta em agradecimento pela ajuda que estávamos oferecendo a ele. Promete, por conta própria, que mudaria de vida após sair da internação, afirmando que desejava voltar a estudar, trabalhar e “nunca mais bater em ninguém”. Fala também sobre o abandono da família e a violência que sofreu como um relato, aparentando estar contando uma história que não era a dele. Fala somente das passagens pela Fundação cujo motivo foi agressão. Se recusa a comentar sobre a tentativa de homicídio (informação dada pelos Funcionários da Fundação Casa). Nesse primeiro momento, foi oferecido um espaço de escuta para o adolescente e apontado o paradoxo de seu discurso, já que ao mesmo tempo que diz querer muito sair da Fundação Casa, teve várias passagens pela mesma, o que indica uma repetição. Francisco se esquivava e se limita a dizer que age de uma forma impulsiva quando agride alguém e conseqüentemente acaba na Instituição. Ao longo deste período de tratamento, a autoflagelação cessou.

Durante este acompanhamento, ocorre uma audiência onde é decidido pela saída do adolescente da Fundação Casa. Francisco vai morar em uma Instituição de acolhimento. **Após esta mudança, o adolescente modifica radicalmente seu comportamento no CAPS.** O adolescente não comparece na frequência solicitada no serviço, e se mostra mais desimplicado. Seu discurso fica repleto de demandas e queixas sobre situações que o

contrariam. O principal pedido feito por Francisco é que pudéssemos ajudá-lo a fazer um currículo. Além disso, sempre que comparece ao serviço questiona se alguns de seus comportamentos, como fumar maconha, sair do local onde reside atualmente sem autorização, entre outros, são condutas consideradas contrárias à regra e se informaremos ao juiz.

Também começa a falar de uma saudade que sente da família e o desejo de ir morar com Manuela. Dizia que amava todos, menos o seu pai, a quem não gostava. Em muitas das colocações de Francisco, aparece significantes atrelados à violência física, como abusar, estuprar e maltratar. **Tanto no CAPS como na Instituição onde reside, c também se desentende com outros adolescentes, a quem ameaça e agride fisicamente algumas vezes.** Quando questionado sobre tais episódios, se limita a dizer que foi provocado ou dedurado. Os atendimentos realizados atualmente são focados na demanda do currículo. Através da sua criação, busca-se uma forma de fazer passar pela palavra aquilo que ele mostra pela via do ato, por meio das agressões.

## **JOSÉ – 18 ANOS**

### **ENCAMINHAMENTO**

O adolescente teve duas passagens pelo CAPS. A primeira em 2010, em que foi encaminhado pela Guarda Civil Metropolitana após ser flagrado usando drogas e em situação de rua; e a segunda em 2013, encaminhado pela Fundação Casa. Iniciou o acompanhamento durante a internação mas continuou após sua saída. O tratamento no CAPS faz parte das atividades e obrigações integrantes de sua Medida Sócio Educativa.

### **DADOS DA HISTÓRIA**

José é filho de um relacionamento casual de Joana, sua mãe. Perdeu o contato com o pai de José, que se recusou a registrá-lo. Depois de seu nascimento, a mãe se envolveu com Vitor, com quem teve outras três filhas. **Durante a infância, José sofreu maus tratos, realizados por Vitor. Com 9 anos, em função da constante violência sofrida, foi “morar” na rua.** Nesse período começou a usar drogas, se envolveu com o tráfico e cometeu furtos e assaltos. Ficou em situação de rua por 6 anos. Foram realizadas diversas tentativas de inserção em abrigos, mas o adolescente sempre evadia. **Durante esse período, voltou algumas vezes**

a morar com a mãe por curtos tempos e foi internado duas vezes na Fundação Casa três por tráfico de drogas e uma vez por assalto a mão armada.

Após sair desta última passagem, quando já havia retornado o acompanhamento no CAPS, foi residir em uma Instituição de caráter transitório que recebe adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou uso de drogas.

## TRABALHO INTERVENTIVO

No acompanhamento realizado durante a primeira passagem pelo CAPS, José disse que não queria tratamento e compareceu somente algumas vezes. Na época a mãe compareceu ao serviço solicitando ajuda para José “sair das drogas”. Disse que a relação com o filho era bem difícil. **Relatou que havia separado de Vitor e perdido a guarda das três filhas após denúncia de maus tratos e negligencia feita pelo ex marido ao Conselho Tutelar.** Disse que queria muito ajudar o filho e foi até a defensoria pública solicitar internação compulsória. **Durante esta conversa, fala que o desejo de que José aderisse ao tratamento tinha relação com a vontade dela de recuperar a guarda das filhas, pois com um “filho drogado e nóia”, dificilmente conseguiria.** No entanto, a internação compulsória não ocorreu.

Três anos se passaram e José compareceu uma segunda vez ao serviço, levado pela Fundação Casa, onde estava por assalto a mão armada. Segundo o adolescente, durante esse período em que se ausentou do CAPS, continuou em situação de rua. Havia perdido contato com a mãe, que se mudara para outro bairro de moradia. O adolescente era apático, muito silencioso e aparentemente desimplicado com a própria vida. Neste momento, os atendimentos foram conduzidos de forma a aparecer demandas, já que nenhuma era verbalizada ou demonstrada pelo adolescente. **Dizia sempre “tanto faz” para as questões ligadas a própria vida. Em determinado atendimento, quando questionado, disse que “optou” em morar na rua para fugir da violência sofrida com os maus-tratos do padrasto, a quem dizia não gostar. A única afirmativa que aparecia, era sua recusa em retornar a morar com a família.** Diz convictamente que é sozinho no mundo e repete constantemente que não precisa de ninguém para sobreviver. **Aos poucos, o adolescente foi aumentando seu repertório verbal, surgindo falas e até questionamentos ligados a possibilidade de desejar e viver, para além da rua e do cerne familiar. Atualmente ele está trabalhando, parou com as condutas delinquentes e diminuiu drasticamente o uso de drogas.** Tem pouco contato com

a mãe, com que as vezes encontra pela rua e troca rápidas palavras. Continua em acompanhamento no CAPS.

## **FELIPE – 18 ANOS**

### **ENCAMINHAMENTO**

Adolescente chegou ao serviço espontaneamente, acompanhado pela namorada que já estava inserida em tratamento no CAPS.

**Histórico familiar:** Felipe é o quinto de filho entre nove irmãos. Com exceção dos maiores de 18 anos, todos estão residindo em abrigo. Segundo o adolescente, cada um dos irmãos são filhos de Cleuza, mas com pais diferentes. **Nunca falou muito sobre o seu pai, mas pelo pouco que diz, sabe quem é, mas nunca conviveu com ele.** Quando ainda era bebê, a mãe começou a se relacionar com o seu padrasto, com quem está até os dias atuais. **Desde que era bebê, sofria maus tratos cometidos pela mãe e o padrasto. Segundo Felipe, o mesmo foi diversas vezes preso por cometer roubos.** Em função dessa violência que sofreu ao longo de sua infância, Felipe começou a ficar em situação de rua aos 10 anos de idade. Entre idas e vindas da casa da avó materna, da mãe e diversas passagens por abrigos de onde sempre evadia, permaneceu vivendo na rua até recentemente. Viveu por muitos anos com Ana, uma namorada, com quem também se relaciona entre idas e vindas.

**Possui duas passagens pela Fundação Casa. A primeira ocorreu após cometer um furto quanto tinha 15 anos. Já a segunda aconteceu por Felipe estar de “busca e apreensão” por ter quebrado o cumprimento da Liberdade Assistida.** Atualmente, o adolescente está preso em um CDP após ser pego em flagrante cometendo um furto.

### **TRABALHO REALIZADO**

Em 2011, o adolescente chegou ao serviço com uma grave queimadura no braço, feita após derrubar água quente. Seu vínculo inicial foi construído por meio dos acompanhamentos até a Unidade Básica de Saúde e Pronto Socorro dos profissionais para ajudá-lo no cuidado do

ferimento. Nos primeiros meses comparecia ao CAPS sempre acompanhado pela namorada. Dizia que a amava muito, mas constantemente a agredia fisicamente por sentir muito ciúmes.

Apesar de frequentar o CAPS por mais de dois anos, a construção do acompanhamento terapêutico era muito difícil, pois ele aparecia no serviço somente quando queria, não seguindo o Projeto Terapêutico proposto e elaborado com ele. **O adolescente comparecia na maioria das vezes após um episódio de conflito. Na maioria dos atendimentos ele relatava o que havia ocorrido, mas de uma forma descritiva, como se estivesse ali somente para nos comunicar. Disse que foi morar na rua para fugir da violência sofrida com os maus-tratos do padrasto. O adolescente mantinha grande rivalidade com seu padrasto, a quem se referia com termos pejorativos e condenatório nas sessões. Dizia que se virava muito bem na vida e sabia resolver seus problemas sozinho. Extremamente defensivo.** O que sempre repetiu nos seus atendimentos foram falas acerca das figuras femininas com que tinha um vínculo: mãe, avó e Ana. **Foram inúmeras tentativas de voltar a morar com a mãe, mas ora ela o expulsava por brigas ocorridas com o padrasto e/ou com ela, ora ele saía da casa da mãe por não aguentar ficar “muito tempo perto”. No entanto, sempre que estava longe e ia visitar Cleuza, a mesma voltada a convidá-lo a morar com ela.**

Depois de mais ou menos um ano de tratamento no CAPS, o adolescente foi encaminhado para residir em uma Instituição que acolhe adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/u uso de drogas. Ficou nesta residência por três meses e saiu depois de pedir desligamento. Durante este período, esteve mais presente no CAPS. **Nos atendimentos, foi falado sobre o quanto a ação sobrepunha a palavra, na medida em que Felipe pouco dizia sobre seu sofrimento, que aparecia por meio dos constantes episódios de agressividade vivenciados. Tenta manejar os atendimentos de modo a aparecer os significantes ligados as figuras femininas, muito presentes em seu discurso; era possível perceber uma idealização da namorada e principalmente da mãe, que é eximida das escolhas que faz pela presença do padrasto, que rege a sua vida.** Esta construção era reproduzida na relação com a namorada, que quando tentava fazer escolhas para além de Felipe, ele a agredia. O ato violento sobrepunha o querer da mulher.

Durante esse processo, após um episódio de desentendimento no local de moradia, em que pediu para lavar as roupas da namorada, mas foi impedido, ameaçou os moradores e profissionais que trabalhavam na Instituição, e acabou pedindo para sair para voltar a morar com Ana. Algum tempo, ambos romperam a relação.

Felipe ficou vários meses sem comparecer ao CAPS e fomos informados que ele estava na Fundação Casa após ser pego em uma abordagem policial. Durante o período que ficou internado, retomou os atendimentos no CAPS. **De modo distinto há épocas anteriores, o adolescente estava mais comunicativo e interagindo com outros profissionais que não eram suas referências. Dizia que desta vez mudaria de vida, queria voltar a estudar e trabalhar.** Disse também que no período em que ficou ausente do tratamento, engravidou uma outra adolescente. Falava de modo irônico e desimplicado que seria pai.

Após sair da Fundação Casa, ficou cumprindo semiliberdade. Porém, após um reencontro inusitado com a ex-namorada, acabou quebrando a medida e voltou a ficar de busca e apreensão, não comparecendo mais ao CAPS. Recentemente, sabemos que o adolescente, agora com 18 anos, cometeu um furto e acabou preso.

Percebe-se aí a fixação de Felipe no lugar de transgressor da lei. Anterior a esta segunda passagem pela Fundação Casa, o adolescente estava de Liberdade Assistida (em função da primeira passagem), mas tinha como obrigação ir uma vez por semana na Medida Sócio- Educativa. No entanto, Felipe se ausentava deste compromisso e acaba entrando em “Busca e Apreensão”. Com isso, caso fosse pego em uma abordagem policial, corria o risco de ser internado na Fundação Casa em regime de “sansão” (90 dias de internação por quebra de medida). Mesmo após duas oportunidades em que os profissionais do CAPS o acompanharam até a defensoria pública e o ajudaram a regularizar sua situação judicial, Felipe descumpria novamente a Liberdade Assistida e voltava a ficar de “Busca e Apreensão”.

## **RICARDO - 15 ANOS**

### **ENCAMINHAMENTO**

Adolescente foi encaminhado para atendimento pelo conselho tutelar após ser encaminhado para um abrigo.

### **DADOS DA HISTÓRIA**

Ricardo é o filho mais novo de seus pais Lucia e João, que também tem uma filha dois anos mais velha que o adolescente. Os pais eram casados havia 13 anos, e moravam desde então com os filhos. **Quando Ricardo tinha um ano, seu pai foi preso por roubo a carro.** Depois disso, ocorreram várias mudanças no contexto familiar. Lucia começou a usar drogas, se separou do marido e se recusou a cuidar dos filhos. Com isso, Ricardo e a irmã

foram morar com a avó materna, com que viveram por 8 anos. **Apesar de cuidar, a mesma era bem violenta com o adolescente, que apanhava constantemente. Durante este período em que morou com a avó, Ricardo visitava seu pai na prisão com frequência, sempre levado pela mãe.**

Depois de 8 anos o pai saiu da prisão, e Ricardo voltou a residir com os pais, pois Lucia também se reconciliou com o marido. Alguns meses depois, João estava com algumas drogas para traficar e foi pego em uma abordagem da policia, porém, acabou sendo liberado. Depois deste episódio, João parou radicalmente com os comportamentos transgressores, pois acreditou que não foi preso por “Deus ter lhe dado uma segunda chance”. O mesmo **se converteu religiosamente. Com isso, eram constantes os desentendimentos com Ricardo, que não escutava o pai, que queria de todo o modo que o filho parasse com os comportamentos delinquentes para seguir sua doutrina religiosa.**

**Quando Ricardo tinha 10 anos, alguns dias após uma briga com os pais em que João lhe deu um soco no rosto, ficou 10 dias fora de casa, em situação de rua. Quando retornou, começou a cometer pequenos furtos na escola.** Em um determinado episódio, com esta mesma idade, chegou a roubar de um policial a chave de uma viatura que estava próxima ao seu colégio. Depois desta primeira evasão, ocorreram várias outras. **Em função das constantes fugas de casa e dos maus tratos cometido pelos pais, chegou a ser abrigado várias vezes.** Foi nesta época, ainda com 11 anos de idade, que foi encaminhado ao CAPS pelo Conselho Tutelar. Neste período, **também se envolveu com tráfico de drogas e gradualmente foi agravando os delitos cometidos. Com 12 anos, começou a roubar cargas e fazer assaltos a mansões.**

**Em uma das passagens por um abrigo, roubou algumas medicações e ingeriu, sendo necessário ser hospitalizado.** Quando ainda estava com 12 anos, sua mãe engravidou. Nesta época Ricardo estava abrigado e quando retornou para casa, seu irmão já havia nascido. **A única gaveta que tinha para guardar suas coisas foi utilizada para guardar as coisas do bebê. Depois disso, o adolescente começou a ficar em situação de rua com maior constância e parou de frequentar o CAPS com regularidade.** Neste período, começou a traficar crack. **Em uma abordagem da policia, para não ser detido, engoliu 30 pedras de crack, sendo hospitalizado e em seguida detido na Fundação Casa.** Após sair desta primeira passagem pela Instituição, voltou a ficar em situação de rua e mais uma vez foi abordado pela policia com drogas e novamente internado. Nesta segunda passagem, estava sendo levado para acompanhamento no CAPS, porém, conseguiu fugir da Fundação Casa e ficou por um logo período sumido. Soube-se depois que o adolescente, já com 13 anos,

começou a traficar cocaína e foi internado pela terceira vez na Fundação Casa após tentativa de assalto a mão armada. Em função da fuga cometida na última internação, não fez acompanhamento no CAPS, sendo priorizado o regime de total reclusão. Após sair desta terceira passagem, foi para a casa dos pais, porém, dois meses depois foi abordado pela polícia e detido por porte de drogas. Mais uma vez foi internado na Fundação Casa. Nesta quarta passagem, retornou ao tratamento no CAPS. **Depois de sair deste período de internação, segundo informações fornecidas por sua mãe, foi residir no ponto de venda de drogas. Não retornou para o tratamento no CAPS.**

## **TRABALHO REALIZADO**

No início do acompanhamento no CAPS, quando tinha 11 anos, Ricardo aderiu ao tratamento e as atividades que lhe foram propostas. Era uma criança muito educada e polida. **Quando se envolvia em situações aversivas ou se via diante de um impasse, tanto nos atendimentos individuais como no espaço de convivência com outros usuários, reagia de modo desafiador e hostil.** Nesta época, foram realizados vários atendimentos com sua família, visto que as questões apresentadas por Ricardo tinham relação com o contexto familiar. **No início, sua mãe se mostrou extremamente resistente nos atendimentos, e se referia de um modo extremamente hostil ao filho. Chegou a dizer que não gostava de Ricardo, pois sentia uma repulsa a ele, mas não sabia dizer o porquê. Afirmou também que “ninguém o suportava”. Relata ainda que o filho tinha alguns comportamentos estranhos, como subir em muros e lugares altos sem demonstrar nenhum medo.** Era enfática ao falar que não queria saber do filho, porém, sempre comparecia ao CAPS quando solicitada. Neste início, **João também compareceu aos atendimentos e demonstrava preocupação e interesse em cuidar de Ricardo. Falava que tentava educar e orientar o filho, mas tinha muita dificuldade, pois percebia que o adolescente não o escutava. Diante de sua desobediência, batia muito em Ricardo, como forma de se fazer ouvir.**

Nos atendimentos individuais com Ricardo, apareciam questões relativas a imagem construída sobre seus pais. **Disse que tinha muita vergonha dos mesmos, pois ambos eram muito mal educados, já que faziam comentários sobre ele que para outras pessoas que o deixava sem graça.**

**Ainda sim, se comparava o tempo todo com os mesmos, já que de modo não intencional, "fazia coisas que não eram bem vistas pelas outras pessoas", como os roubos. Ao longo dos meses, deslocou a fala centrada na família para os atos infracionais**

**que estava cometendo.** Afirmou que começou com os pequenos furtos pelo fato da mãe não ter dinheiro para comprar as coisas que ele queria. Ao longo do tratamento, foi cometendo delitos mais graves, como assaltos a mansões e cargas, e os descrevia nos atendimentos. **Desta forma, parecia expor em transferência a situação de risco em que se colocava, como modo de evocar o olhar do Outro, na tentativa de que algo pudesse lhe impor a lei.** Foram feitos apontamentos no sentido de indicar a gravidade e a responsabilidade do adolescente por tais atos. Nesta época, o adolescente estava ficando constantemente em situação de rua e os pais relatavam grande preocupação com Ricardo, principalmente nos períodos em que ficava fora de casa. Nos momentos em que estava residindo em abrigo, a mãe frequentemente ligava no CAPS para saber se Ricardo estava comparecendo no serviço. **Com 12 anos, no período em que a mãe estava grávida, o adolescente começou a fixar seu discurso na apologia ao roubo, e afirmava que “a coisa que mais gostava de fazer na vida era roubar”. O pai foi gradualmente se distanciando de Ricardo e também do CAPS, até parar definitivamente, mais ou menos na época em que seu filho mais novo nasceu.**

Depois de sua segunda passagem pela Fundação Casa, a mãe começou a frequentar com regularidade o CAPS e mudou completamente seu discurso, agora implicado e preocupado em despender cuidado ao filho. Em todas as passagens pela Fundação Casa, ela foi visitar Ricardo, ao contrário do pai, que foi uma única vez e afirmou, segundo a mãe, ter desistido do filho. Durante a terceira passagem do adolescente pela Fundação, sua mãe teve uma grave recaída nas drogas.

Durante o acompanhamento de Ricardo no período entre a primeira e última internação, o mesmo dizia ser tranquilo ficar na Fundação Casa. **Falava muito pouco nos atendimentos e dizia constantemente "tanto faz" quando questionado sobre algo. O discurso acerca da mãe mudou, pois afirmava que sentia repulsa da mesma. Sobre o pai, disse que ficou "emocionado" com a única visita que ele realizou mas logo depois se refere a ele com grande hostilidade e raiva.** Depois disso, dizia repetidamente que "era viciado em roubar e não via outra possibilidade para ele que não o mundo do crime". Alguns de seus amigos morreram nas tentativas de assalto realizadas com ele. Mesmo assim, o discurso colado no crime mantinha-se.

**Em um dos últimos atendimentos afirmou que "estou na vida que meu pai pediu para eu sair", indicando um laço de identificação junto a uma rivalidade com a figura paterna.**

Depois da quarta passagem pela Fundação, na época em que já havia parado de frequentar o CAPS, sua mãe compareceu em um atendimento, em que aponta o filho como o **"delinquente incorrigível da família"**